

DESASTRE NA BACIA DO RIO DOCE

Desafios para a universidade e para instituições estatais

Cristiana Losekann e Claudia Mayorga

ORGANIZADORAS



DESASTRE NA BACIA DO RIO DOCE

Cristiana Losekann
Claudia Mayorga
ORGANIZADORAS

DESASTRE NA BACIA DO RIO DOCE

Desafios para a universidade e para instituições estatais



Copyright © 2018 dos autores
Copyright © 2018 desta edição, Letra e Imagem Editora.

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98)

Revisão: Luciana Bastos Figueiredo
Fotografia de capa: Diego Kern Lopes

CONSELHO EDITORIAL

Felipe Trotta (PPG em Comunicação e Departamento de Estudos Culturais e Mídia/UFF)
João Paulo Macedo e Castro (Departamento de Filosofia e Ciências Sociais/Unirio)
Ladislau Dowbor (Departamento de pós-graduação da FEA/PUC-SP)
Leonardo De Marchi (Faculdade de Comunicação Social/Uerj)
Marta de Azevedo Irving (Instituto de Psicologia/UFRJ)
Marcel Bursztyn (Centro de Desenvolvimento Sustentável/UNB)
Micael Herschmann (Escola de Comunicação/UFRJ)
Pablo Alabarces (Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de Buenos Aires)
Roberto dos Santos Bartholo Junior (COPPE/UFRJ)

Realização:



e Observatório Interinstitucional
Mariana Rio Doce

Publicação realizada com o apoio do PROEXT–MEC/SESu, FAPEMIG e CNPq

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L879d Losekann, Cristiana

Desastre na bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais / Cristiana Losekann, Claudia Mayorga. - Rio de Janeiro: Folio Digital : Letra e Imagem, 2018.

216 p. : il. ; 15,5cm x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN 978-85-5473-007-9

1. Ciências Sociais. 2. Geografia. 3. Brasil. 4. Desastre de Mariana. 5. Rio Doce. I. Mayorga, Claudia. II. Título

2018-534

CDD 363

CDU 36

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

Ciências Sociais : Desastres 363

Ciências Sociais : Desastres 36

www.foliodigital.com.br

Fólio Digital é um selo da editora Letra e Imagem

tel (21) 2558-2326

letraimagem@letraimagem.com.br

www.letraimagem.com.br

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
Para pensar a pesquisa-extensão – Apresentando a <i>Arena Itinerante Grandes Empreendimentos e o Desastre da Samarco</i> realizada com os atingidos pelo desastre <i>Cristiana Losekann</i>	11
Diálogos de saberes em meio ao desastre: Reflexões e práticas a partir do Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais <i>Rafaela Silva Dornelas</i>	45
Trabalho e Memória como Categorias de Reconstrução: Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce na UFOP <i>Carolina Saraiva, Margareth Diniz e Iaísa Magalhães</i>	71
Metodologias participativas como estratégias de ensino e intervenção em contextos de desastres <i>Débora Diana Rosa, Leticia Cardoso Barreto e Claudia Mayorga</i>	97
Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce <i>Bruno Milanez, Tatiana Ribeiro de Souza, Karine Carneiro, Manoela Carneiro Roland e Cristiana Losekann</i>	121
O acordado sai caro, e muito caro! Percepções iniciais da Defensoria Pública acerca dos processos indenizatórios da Bacia do Rio Doce <i>Rafael Mello Portella Campos e Mariana Andrade Sobral</i>	147
A atuação do Ministério Público para garantir a participação dos atingidos no processo de reparação dos direitos violados pelo rompimento da barragem de Fundão operada pela Samarco em Mariana <i>Guilherme de Sá Meneghin e Nívia Mônica da Silva</i>	171
<i>Sobre as autoras e os autores</i>	205
<i>Sobre os grupos de pesquisa e instituições</i>	211

APRESENTAÇÃO

O presente livro apresenta reflexões de vários atores que se envolveram, de diferentes maneiras, na tarefa de acompanhar, compreender e buscar reparação para o desastre causado pelo crime socioambiental da mineradora Samarco, em Mariana/MG, Rio Doce e a costa litorânea do Espírito Santo. Dentre os temas abordados no livro, estão aspectos relativos aos efeitos socioambientais do desastre levando-se em conta a perspectiva das comunidades atingidas, ao longo de 2 anos de desastre. O objetivo central desta obra é apresentar ao público em geral e aos próprios atingidos um balanço acerca das reivindicações e processos institucionais em curso, além de provocar reflexões e autor-reflexões sobre a atuação da universidade, da ciência e de instituições de justiça. As autoras e os autores da obra têm em comum uma atuação enraizada nas comunidades atingidas durante todos esses anos de desastre – alguns com trabalhos nessas mesmas comunidades que precedem a ruptura da barragem. Alguns pesquisadores já vinham produzindo pesquisas sobre os conflitos de mineração e conflitos relacionados a grandes empresas que violam Direitos Humanos. Assim, as diferentes experiências de pesquisas reuniram uma reflexão sobre o desastre a partir de questões ligadas aos problemas de gênero, do trabalho e dos efeitos das próprias atividades científicas no cotidiano das comunidades afetadas. Além disso, o livro conta também com os relatos e análises de duas instituições de Estado ativas nesse caso, a DP/ES e o MP/MG, ambas apresentando aspectos centrais de suas atuações nesses 2 anos desde o rompimento da barragem de Fundão em Minas Gerais.

O capítulo 1 e 2, de Cristiana Losekann e Rafaela Silva Dornelas, intitulados, respectivamente “Para pensar a pesquisa-extensão – Apresentando a *Arena Itinerante Grandes Empreendimentos e o Desastre da*

Samarco realizada com os atingidos pelo desastre” e “Diálogo e escuta: intercâmbios e metodologias nas arenas públicas” apresentam o trabalho de extensão do Organon - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo, refletindo sobre as formas de construção do conhecimento, a dimensão ética do trabalho científico e as questões que se colocam para a ciência e universidade quando se trabalha com situações de grave sofrimento individual e coletivo. No capítulo 1, é destacado como resultado dos trabalhos com as comunidades atingidas, a dimensão de *interdição* de seus modos de vida, fundamentalmente construídos nas relações vivenciadas entre as pessoas e a natureza (rio, peixes, água, mar, etc). No capítulo 2, a necessidade de abertura para a *escuta do saber local* através de uma rediscussão das metodologias convencionais.

O capítulo 3, de Carolina Saraiva, Margareth Diniz e Iaísa Magalhães, intitulado “Trabalho e Memória como Categorias de Reconstrução: Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana-Rio Doce na UFOP” apresenta a proposta de dois grupos de pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, o “Caleidoscópio”, grupo de pesquisa e extensão, vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, e do grupo de pesquisa “Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração”, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. O capítulo discute o processo de *vitimização* dos atingidos que equivocadamente os toma como seres passivos e objetos da reparação, quando ao contrário, são sujeitos reivindicando como querem que a reparação ocorra.

O capítulo 4, de Débora Diana Rosa, Leticia Cardoso Barreto e Claudia Mayorga, intitulado, “Metodologias participativas como estratégias de ensino e intervenção em contextos de desastres - Observatório Interinstitucional Mariana - Rio Doce”, traz a perspectiva da psicologia comunitária e busca questionar como a universidade pode colaborar com os processos de reivindicação das comunidades atingidas. São realizadas análises, a partir de incursões de campo, da atuação da psicologia comunitária atendendo para as dificuldades deste trabalho, sobretudo na dimensão metodológica e para os desafios éticos envolvidos. A noção de *participação* é destacada como forma e princípio de uma melhor atuação em campo.

O capítulo 5, intitulado, “Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do rio Doce”, é de autoria da Rede de Pes-

quisa Rio Doce, constituída pelos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Homa – Centro de Direitos Humanos e Empresas e PoEMAs - Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, ambos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilização Social, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O capítulo traz a preocupação comum entre esses grupos de pesquisa em compreender como a ciência e a própria universidade estabelecem relações duvidosas ou mesmo indesejáveis com empresas e os interesses econômicos. Nesse sentido há uma questionamento acerca da ideia de *neutralidade científica*, revelando que mesmo aqueles que defendem esta ideia atuam imersos a uma série de subordinações das próprias empresas mineradoras.

No capítulo 6 de autoria dos Defensores Públicos de Espírito Santo, Rafael Campos e Mariana Andrade, intitulado: “O acordado sai caro, e muito caro! Percepções iniciais da Defensoria Pública acerca dos processos indenizatórios da Bacia do Rio Doce” relata uma parte da atuação da DPES na defesa dos direitos das comunidades atingidas no ES frente às empresas responsáveis pela causação do desastre. O texto aborda os problemas causados pelos acordos que foram feitos, sobretudo, pelo TTAC e, especificamente, os problemas relacionados ao processo indenizatório promovido pelo PIM. A análise produzida pelos Defensores Públicos traz uma contribuição fundamental às interpretações que vêm sendo construídas sobre o caso, isso porque, assim como o capítulo 7 de promotores do MPMG, apresenta a perspectiva de instituições públicas de justiça que vem sendo atores centrais nos processos de reparação dos danos.

O capítulo 7 de autoria dos Promotores de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Guilherme de Sá Meneghin e Nívia Mônica da Silva, intitulado: “A atuação do Ministério Público para garantir a participação dos atingidos no processo de reparação dos direitos violados pelo rompimento da barragem de Fundão operada pela Samarco em Mariana”. No texto, eles contam como o MPMG construiu sua atuação em Mariana buscando criar inovações na sua atuação que permitissem um trabalho junto aos atingidos no sentido que garantir que a partir dessa interlocução fossem produzidas estratégias de ação, entre as quais está a elaboração e ajuizamento uma ação civil pública voltada exclusivamente para defesa dos direitos humanos dos atingidos.

Finalmente, é importante destacar que o livro apresenta reflexões e informações produzidos a partir de atividades de pesquisa e extensão junto às comunidades afetadas pelo desastre de Mariana Rio Doce provocado pelo rompimento da barragem de Fundão em Minas Gerais em 2015. O livro é fruto do PROEXT 2016/2017 do Organon - Núcleo de estudo, pesquisa e extensão em mobilizações sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e conta ainda com o apoio e participação do Observatório Interinstitucional Mariana - Rio Doce, do qual fazem parte grupos de pesquisa e extensão da UFMG, UFOP e UFES. Ambos os projetos financiados com recursos públicos fundamentais para o desenvolvimento de tantos trabalhos. Reconhecemos, portanto, a importância no MEC e do Proext, assim como do financiamento da FAPEMIG para a realização desta obra.

Cristiana Losekann

Claudia Mayorga

Para pensar a pesquisa-extensão – Apresentando a *Arena Itinerante Grandes Empreendimentos e o Desastre da Samarco* realizada com os atingidos pelo desastre

Cristiana Losekann

A ATIVIDADE DE PESQUISA E EXTENSÃO

Há nas Ciências Humanas no Brasil um grande distanciamento entre o fazer pesquisa e o fazer extensão. De forma geral, quem faz um não faz o outro e há até certa rivalidade entre essas diferentes vocações da universidade. Por um lado, pesquisadores de ciências humanas preocupados em dotar suas pesquisas de uma imagem de cientificidade entendem que a extensão é uma atividade menor, daqueles que não fazem ciência, mas, sim, engajamento. De outro lado, alguns extensionistas nutrem um preconceito com a pesquisa calcada em métodos científicos tradicionais e acabam ampliando esse distanciamento. Dessa forma, ainda é desafiador combinar atividades de pesquisa e extensão em ciências humanas.

Um desses desafios está na própria concepção do conhecimento, sua finalidade, e seus limites. Em certa visão da ciência, caberia ao cientista a construção do conhecimento, simplesmente através da execução de suas pesquisas e a extensão se limitaria à divulgação de tal conhecimento produzido. Contudo, a perspectiva de extensão que hoje se debate em larga escala¹ (embora ainda seja mais debatida do que executada) projeta o conhecimento como algo que se constitui muito além do laboratório ou do gabinete do pesquisador (FARIA, 2001). Nessa linha, uma série de debates foram produzidos sobre extensão, sobretudo, a área da educação popular, e Paulo Freire é uma referência fundamental (FREIRE,

¹ Isso pode ser observado ao longo dos anos em que esteve em execução a política pública do PROEXT do Ministério da Educação.

1992). Não obstante, na impossibilidade de esgotar um tema tão vasto, queremos enfatizar aqui as implicações diretas na relação entre pesquisa e extensão enquanto produção de conhecimento científico.

Na relação pesquisa-extensão, compreendemos que a universidade precisa estar em conexão com a sociedade, produzindo pesquisa voltada não apenas à agenda de acumulação do conhecimento científico e acadêmico, mas, para as questões mais concretas de vida. Além disso, caberia à atividade de pesquisa justificar interna e externamente a relevância da produção daquele conhecimento. Nesse sentido, os problemas de pesquisa precisariam ser construídos com justificação para dentro do campo acadêmico e também para fora. Ao fazer isso, o pesquisador estaria dando um primeiro passo à extensão, que poderia, então, ser pensada em termos mais organizados e formais enquanto projeto e ação.

Dentro dessa perspectiva, torna-se fundamental pensar também a dimensão ética da produção do conhecimento e da função social da universidade. Mas a justificação ética em jogo aqui é menos aquela proposta pelos Comitês de Ética das universidades e mais o processo de discussão, acordos e ajustes entre o projeto científico e os anseios que este gera na comunidade a qual ele envolve. Não se trata, portanto, de estabelecer um procedimento final ou mesmo almejar a possibilidade de conciliação total entre o que se espera da ciência interna e externamente; a questão está em abrir a dúvida, em ampliar o processo científico para além dos laboratórios, técnicas, bancos de dados, cálculos e outros aspectos metodológicos com os quais a ciência tem se ocupado e restringido. Entende-se ainda que a interação entre diferentes sujeitos sociais (cientistas e não cientistas) é essencial para a própria construção do conhecimento científico, e assim, também há que se valorizar diferentes saberes e não somente aquele que vem da academia, na linha de Freire (1992).

Por outro lado, é preciso considerar todo o debate já feito sobre a condição fundamental de autonomia da ciência no sentido proposto por Kuhn (1963). Assim, a produção científica precisaria ser pensada com certa autonomia em relação ao ambiente social. O cientista não deveria ser capturado ou dominado pelos interesses que o circundam. Esta ideia encontra ampla validação no meio científico ainda que sua observação no fazer concreto da ciência seja menos evidente, basta observar todo o investimento que as empresas privadas fazem às universidades ou aos órgãos de fomento científico, para financiar projetos que prometem a resolução de

questões que são do seu interesse próprio e não necessariamente relacionadas àquilo que se coloca para a agenda de produção do conhecimento.

É preciso ter cuidado também com um discurso bastante comum, que pode ser facilmente confundido com a ideia de função social da universidade e que diz respeito à valorização das ciências aplicadas em detrimento das ciências cujo resultado se mantém na dimensão do pensamento. Esta questão é abordada por Stengers no trecho a seguir:

Hoje em dia, muitos pesquisadores, especialmente físicos e químicos, afirmam que é exatamente isso que está acontecendo. As instituições financiadoras só se interessariam pelo que promete “aplicações”. Numerosos pesquisadores não poriam seus instrumentos a funcionar a não ser para angariar “números” que pudessem ser úteis a indústria. Os estudiosos caçoariam quando lhes falam de “questões fundamentais”. (2002, p. 23).

Assim, é preciso ter em mente que um dos pontos centrais da produção do conhecimento está nas condições da própria construção do problema a ser investigado. Na medida em que as perguntas de pesquisa passam a ser construídas atendendo aos editais, aos temas e questões dos financiadores o fazer científico vai sendo evidentemente direcionado a despeito daquilo que os próprios cientistas querem.

Mas, um complicador é que as justificações encontradas para o fazer científico em sua autonomia precisam também ser vistas de forma cuidadosa e isso não se trata de uma discussão superada ou simples. Conforme escreve Stengers,

“Em nome da ciência”, incontáveis animais foram viviseccionados, descerebrados, torturados, a fim de produzir dados “objetivos”. “Em nome da ciência”, um certo Stanley Milgram assumiu a responsabilidade de “repetir” uma experiência já realizada pela história humana e mostrou que se podia “em nome da ciência” fabricar torturadores como outros o fizeram “em nome do Estado” ou “em nome do bem da espécie humana”. (2002, p. 32).

O limite entre práticas científicas e não científicas e suas justificações é uma questão importante e, conforme os exemplos apresentados

por Stengers, podemos refletir que o fazer científico nem sempre implica na produção daquilo que é mais inovador ou de vanguarda, já que uma série de comportamentos condenados socialmente e cuja formalização já se dá em leis de proibição (maus tratos aos animais por exemplo) são justificados no fazer científico.

Essa discussão é bastante complexa, como se pode aprofundar através da leitura de Stengers (2002) e não temos a pretensão de apresentá-la em sua complexidade aqui. Nossa questão não está em assumir uma posição internalista ou externalista, ou de autonomia total ou relativa da ciência, mas de admitir que há uma tensão inexorável entre a validação interna e externa da ciência e que parte da função da universidade é pensar sobre esta tensão, expondo-a.

O QUE AS PESSOAS E GRUPOS SOCIAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA-EXTENSÃO NOS DIZEM SOBRE A CIÊNCIA?

Ao longo de cinco anos de trabalho com pesquisa-extensão nós temos ouvido muito. As (os) jovens da cidade e as pessoas das comunidades as quais visitamos, e com as quais trabalhamos, sempre quiseram nos dizer o que pensam sobre nós. As identificações deles em relação a nós foram, principalmente, nos seguintes termos: “professores”, “pesquisadores”, “a universidade”, “a ciência”. Ou seja, há um pensamento elaborado deles sobre nós e nesse pensamento nós somos os produtores e difusores de certo tipo de conhecimento, o científico.

Em minha percepção pessoal, mas também presente nas percepções do grupo todo, composto por pesquisadores em diferentes estágios de formação, sempre houve respeito e admiração pelo nosso trabalho, mas, nunca, subordinação. Essas pessoas demonstram uma imensa satisfação por sairmos dos prédios da universidade, às vezes viajando horas, e chegarmos aos seus espaços. Há também muita cobrança para que a universidade vá mais até eles, para que ela convide mais eles a entrarem², para que ela reconheça o saber deles (isso foi dito de forma bastante direta em muitos momentos) e para que ela volte para com-

² Em alguns eventos que fizemos ouvimos relatos de pessoas que não tinham nunca entrado na universidade.

partilhar respostas³. Mas, em nenhum momento houve qualquer gesto de demanda para deixarmos de ser universidade, pesquisadores, cientistas e professores. Na verdade, o que sempre ocorreu (e ocorre) foi o contrário, há uma valorização do saber científico e uma vontade grande de se aproximar dele. Nesse sentido, o que essas pessoas querem ao criticar a universidade e a ciência não é a ruptura, mas a possibilidade de disputar essa demarcação do conhecimento.

De qualquer forma, a pesquisa e extensão são atividades passíveis de gerar inúmeros efeitos e afetos os quais nem cientistas, nem as pessoas ou grupos sociais implicados são capazes de prever. É preciso compreender, portanto, que mesmo com grande reflexão, cuidado e aceitação, como qualquer outra ação, não somos capazes de saber quais são todos os efeitos possíveis de curto, longo e médio prazo das atividades científicas. Apesar da imensa complexidade desta tarefa, uma série de estudos vem se dedicando a analisar efeitos e implicações das atividades científicas para as comunidades estudadas ou pessoas implicadas no estudo (FETZ e VARGAS, 2017).

PESQUISA E EXTENSÃO NOS ESTUDOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Dentro das ideias expostas na sessão anterior, devemos, então, refletir sobre o que significa trabalhar a extensão quando pesquisamos os movimentos sociais. Mais uma vez, é recorrente observarmos uma oposição entre extensionistas que atuam *com os movimentos sociais* e pesquisadores que trabalham *sobre os movimentos sociais*. Essa oposição não é promissora para o tipo de trabalho que envolve a integração entre pesquisa e extensão.

A despeito da importância de se observar as questões éticas que envolvem a exposição de dados de pesquisa que podem prejudicar pessoas,

³ Em 2016, em uma de nossas viagens de campo nos territórios afetados pelo desastre causado pelo crime socioambiental da Samarco no Vale do Rio Doce, ao chegarmos com o carro com a identificação da UFES fomos logo questionados sobre os resultados de uma coleta de peixes que alguns pesquisadores fizeram para conhecer os níveis de contaminação do pescado na região. Isso porque os pesquisadores nunca voltaram para compartilhar os resultados.

ou interferir de forma diretamente prejudicial àqueles que compõem o objeto de investigação, também não se pode simplesmente renunciar a uma investigação que produza reflexão voltada para o próprio campo do conhecimento. Ou seja, ainda que a pesquisa *sobre movimentos sociais*, se feita sem os devidos cuidados, possa nos levar a resultados contrários aos movimentos sociais, portanto, eticamente questionável, a pesquisa *com os movimentos sociais*, em si, também não gera, necessariamente, benefícios aos mesmos. Nesse sentido, ainda que se queira uma universidade aberta ao social, não se pode desconhecer que a universidade ocupa um espaço específico na sociedade e este é diferente do espaço dos movimentos sociais. O compromisso ético e intrínseco à produção do conhecimento deve respeitar a possibilidade de questionamento, de crítica e de método. Assim, pesquisar *sobre os movimentos sociais* pode se tornar, *com* ou *para os movimentos sociais* na medida em que as questões investigadas gerem conhecimentos relevantes aos movimentos sociais e ao seu próprio campo de estudo.

Além disso, uma visão não essencialista dos movimentos sociais nos permite compreender que eles não estão livres das práticas de opressão e dominação que atravessam as relações sociais, e que, portanto, um compromisso com o conhecimento que possa gerar justiça social pressupõe o reconhecimento de problemas e erros que possam ser observados através da pesquisa.

Assim, um tipo de trabalho de extensão e pesquisa em movimentos sociais pode significar abrir um espaço para um diálogo crítico com os sujeitos implicados e com outros atores que não estejam em processo de engajamento. A criação da abertura, do espaço para que diferentes grupos organizados possam trocar experiências, ideias e discutir sobre suas causas de luta dentro de uma mesma sociedade, pode se constituir como uma forma, tanto de levar as questões centrais da teoria dos movimentos sociais (por exemplo, quais são os desafios para a ampliação do engajamento?) para que eles próprios as discutam, quanto de refletir sobre a própria teoria gerando *insights* e melhoramentos. Mas, além disso, um trabalho desse tipo pode gerar um fomento à organização social e ao combate de certas práticas opressivas dentro dos próprios movimentos, na medida em que conecta diferentes sujeitos que estão em luta, motivados por bandeiras diversas.

AFINAL, O QUE FAZEMOS? ARENAS PÚBLICAS COMO PROPOSTA

Dentro desta linha de pensamento, nosso desafio no *Organon – Núcleo de ensino, pesquisa e extensão em mobilizações sociais* era pensar em como construir uma atividade de pesquisa-extensão em que os problemas concernentes à teoria da ação coletiva, que são também problemas para os próprios atores sociais, fossem tratados. E já observando que um dos problemas da ação coletiva em produzir mobilização e sustentá-la está no desgaste que as formas associativas e procedimentos de mobilização enfrentam, nós, logo de início, abrimos a possibilidade para a criação e experimentação de formatos diferentes. Assim, não queríamos fazer simplesmente um curso ou reunião, tampouco aplicar um método criado externamente. Queríamos repensar o espaço, o lugar, o tempo e o conteúdo de nossas atividades.

Além disso, outros elementos nos levavam para o caminho do menos formal e da experimentação. As discussões mais críticas da teoria política contemporânea apontam os problemas dos modelos de democracia, de participação, de representação e também os problemas das configurações internas às próprias práticas da sociedade civil e dos movimentos sociais. A produção indiana, pós-colonial, crítica ao conceito de sociedade civil, alerta para o fato de que a própria sociedade civil seria produtora de exclusão e que muitas pessoas encontram dificuldade de acessar mesmo as organizações desta (CHANDAHOKÉ, 2001; CHATERJEE, 2004).

Esses aspectos se tornavam cada vez mais evidentes nos estudos dos integrantes do Núcleo, uma vez que percebíamos a ampliação dos atores que protestam através de formas muito diversas e muito além das tradicionais associações. Nas cidades maiores os jovens, com demandas por novos espaços e novas formas de dizer e fazer a política e a vida pública. Nos conflitos ambientais envolvendo comunidades tradicionais e vilarejos pequenos mais distantes dos meios urbanos, também encontramos um tempo e uma linguagem diferente das ONGs ou grandes movimentos sociais.

Assim, a questão era: como podemos propor um trabalho que discuta a mobilização social, a participação e a democracia, e que inclua esses novos processos sociais, essas diferentes formas de ação coletiva

e esses públicos não convencionais para os estudos de movimentos sociais, democracia e participação?

Não por acaso, foi na junção das práticas de movimentos sociais e comunidades tradicionais, com alguns debates já conhecidos da teoria política contemporânea que encontramos uma forma de iniciar essa jornada de trabalho.

Assim, as discussões sobre auto-organização e autodesenvolvimento de Iris Young (2002) foram fundamentais para pensar a ação coletiva levando-se em consideração a necessidade tanto de garantir formas de resolver injustiças de redistribuição, quanto de que isso seja feito através da auto-organização, para evitar, entre outras coisas, as formas recorrentes de opressão do Estado e da cultura. O princípio de autodeterminação é importante, por exemplo, na constituição de grupos que, insatisfeitos com as convenções, propõem práticas alternativas, podendo, dessa forma, dinamizar o processo de mudança social na interface com o Estado, ou mesmo, expressando a insatisfação através da contestação e do confronto. Um exemplo dessas práticas é a organização em torno da agroecologia, que envolve a luta por um modo alternativo de vida, portanto, também é antissistêmico. Outra forma de auto-organização que pode se constituir como disseminadora de valores democráticos é aquela ligada à valorização de sujeitos em situações de extrema vulnerabilidade ou que contrariam a cultura hegemônica, como, por exemplo, organizações que ajudam mulheres que sofrem de violência, associações de mães e mulheres de presos, grupos que lutam por uma existência fora dos padrões da heteronormatividade, da estética “normal”, dentre outros.

Valorizamos também as teorias críticas ao deliberacionismo habermasiano, sobretudo, pelo trabalho de Mouffe (1996), Laclau (1986) e Rancière (2005). O ponto importante da crítica está na valorização do conflito e na impossibilidade de uma conciliação total do social, da própria ideia de justiça social (MOUFFE, 1996). Portanto, a dimensão conflitiva da vida social é compreendida como algo inexorável e mesmo desejável, já que qualquer consenso seria a manifestação de uma totalidade dominando outras. Assim, os diversos temas, identidades e enquadramentos apreendidos do terreno da sociedade civil e dos movimentos sociais, são atravessados por muitas tensões, e estão em permanente rearranjo. É necessário, portanto, reconhecer e compreender

as várias formações identitárias existentes no social e as tensões e conexões entre elas (LACLAU, 1986, 1994; BUTLER, 2003). Além disso, é preciso entender as formas como as identidades se fundam a partir de “essencialidades provisórias estratégicas” (LACLAU, 1994) capazes de dar visibilidade para diferentes formas de exclusão, mas, que estão em permanente deslocamento.

Contudo, em sociedades democráticas, o descontentamento e o confronto precisam de espaços para serem expressados e manifestados. Além disso, uma perspectiva não essencialista do social precisa compreender que as dinâmicas dos conflitos envolvem deslocamentos, mudanças e conciliações provisórias (MOUFFE, 1996). Isto é, comunidades e culturas são mutáveis, criam justaposições, atravessamentos, transformações, hibridismos e inovações. Assim, as trocas e aproximações entre grupos sociais com distintas e, por vezes, inicialmente antagônicas formas de realização podem criar desdobramentos que minimizem as injustiças.

Então, chegamos na questão do “como”. Se o conflito precisa ser experienciado, desenvolvido, conversado, teatralizado, para que possamos chegar, talvez, em conciliações provisórias, como isso poderia acontecer? Qual seria a forma de trabalhar os problemas sociais, enfrentando os pontos críticos, sem terminarmos em uma situação catastrófica ou violenta?

Então, pensamos na criação de arenas públicas, que seriam espaços abertos, criados e não habituais – realizando uma marcação na rotina das pessoas. São espaços abertos para a troca de ideias, diálogo, enfrentamentos e confrontações entre os próprios integrantes de movimentos, organizações e comunidades, e entre esses e atores do Estado. Essa proposta sugere que as pessoas exponham suas posições, ideias, incertezas, de maneira argumentativa ou através da expressão estética, emocional e espontânea. Os temas e métodos são definidos previamente, a partir de formas já amplamente utilizadas por movimentos sociais, comunidades e associações, mas permitindo inovações, espontâneas ou projetadas. Através de experiências com formatos variados tais como, oficinas, encontros, saídas de campo, *toxic tours*, videoclubismo, performances artísticas, mareatas, caminhadas, expedições, entre outras, buscamos fomentar espaços de manifestação e elaboração dos conflitos internos à sociedade civil e entre esta e o Estado. Como argumentamos anteriormente, os conflitos não são ruins, mas, fundamentais para a democracia, porém precisam de espaços para serem elaborados e expressos.

Do ponto de vista teórico, estudos inovadores sobre a democracia, os movimentos sociais e a participação têm afirmado que as emoções, a estética e a experiência são fundamentais nas práticas de movimentos sociais, porém poucos estudos e poucas iniciativas institucionais valorizam isso (PLEYERS, 2010; JASPER, 2011; CEFAL, 2009). Assim, a perspectiva de partilha do sensível (RANCIÈRE, 2005) também nos interessa aqui. Como alguns pragmatistas (RORTY, 1996) argumentaram, o conhecimento sobre uma situação de injustiça pode ser mais bem compreendido se eu puder ouvir uma narrativa de alguém, sentir sua dor, e assim construir uma experiência de altruísmo.

RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA SINGULAR: “ARENA ITINERANTE – GRANDES EMPREENDIMENTOS E O DESASTRE DA SAMARCO”

Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte dessa partilha (Rancière, 2005, p. 15)

O *Organon – Núcleo de ensino, pesquisa e extensão em mobilizações sociais* – realizou, entre os dias 16 e 19 de novembro, uma Arena Itinerante com o tema “Grandes Empreendimentos e o Desastre da Samarco”. Nesse momento específico, a Arena fazia parte de um processo de formação de defensores populares da participação e de direitos e teve como objetivo discutir os *desafios dos atingidos na construção da mobilização e no acesso à justiça*. A expectativa era formar três tipos de agentes na defesa de direitos: assessores jurídicos populares, advogados populares e defensores populares. Tais objetivos foram definidos a partir das experiências anteriores de investigação sobre os efeitos socioambientais de grandes projetos de desenvolvimento e construídos em parceria com os atuais atores com os quais estamos trabalhando, principalmente, ligados ao processo de mobilização em torno do desastre-crime da Samarco no Rio Doce.

A ação de extensão foi programada durante meses, nos quais a equipe pensou sobre as metodologias participativas, principalmente pela

coordenação da pesquisadora-extensionista Rafaela Dornelas, com larga experiência nas redes de agroecologia e na Rede brasileira de Justiça Ambiental e com profundo conhecimento teórico sobre o tema. Refletimos, também, sobre os aspectos da captação e uso das imagens com o trabalho do artista-pesquisador Diego Kern Lopes que suscitou a discussão sobre porque, para que e como coletar imagens. A partir da percepção de um excesso na captação de imagens em trabalhos anteriores foram estabelecidas apenas algumas pessoas para realizar esse trabalho, buscando de qualquer forma, refletir sobre como isso seria feito.

Toda a logística de locais, alimentação e hospedagem foi realizada em parceria com as comunidades locais. Em cada lugar havia um membro da nossa equipe responsável por construir o processo da arena no local, em termos amplos: metodologia, infraestrutura, público, alimentação etc. A Diocese de Colatina colaborou com a hospedagem e alimentação em boa parte do percurso. O assentamento Sezínio nos acolheu para dormir em uma noite e a comunidade de Povoação nos acolheu na última noite. Todos dormiram e comeram sob as mesmas condições, professores, atingidos, estudantes, militantes.

A data de saída, 16 de novembro, marcava a chegada da lama no Espírito Santo e foram percorridos os territórios afetados de Baixo Guandu até o norte da Foz do Rio Doce. Além das atividades de formação do Organon, movimentos sociais e grupos que acompanharam a Arena realizaram ações e outras propostas de atividades conforme relato visual a seguir.

Dentro da proposta de ser um processo de formação, além dos atingidos, foram convidados diferentes atores já engajados em debates sobre o desastre-crime provocado pela mineradora Samarco ou atores que debatem mineração em outros territórios. Os grupos que colaboraram na organização e realização da arena do Organon foram: MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, Diocese de Colatina, Gesta/UFGM, Gepse/UFOP, GEPEDES/UFES, Coletivo Margarida Alves, ONG Justiça Global, MAM – Movimentos pela soberania popular na mineração, Fórum de Defesa do Rio Doce do Norte da Foz, Fórum de Defesa do Rio Doce de Colatina, MPA/ES – Movimento dos Pequenos Agricultores do Espírito Santo, Assentamento Sezínio/MST, Paróquia de São Pedro Apóstolo, Brigadas Populares, Cine Clube Ecosocial, SOS Ambiental, Pró-reitoria de Extensão da UFES, Defensoria Pública do Espírito Santo.

Ao longo do percurso foram propostas pequenas arenas de debate em torno da questão do desastre e dos grandes empreendimentos e as pessoas foram convidadas a se expressarem através de diferentes dinâmicas: escrevendo e/ou desenhando em tarjetas (conforme fotos a seguir) incluindo, também, elementos em um “rio de ideias” – uma atividade proposta pelo MAB. Em todos os lugares, com pequenas variações, nós propusemos que as pessoas falassem das suas percepções sobre os impactos, e os desafios das mobilizações após a ruptura da barragem – através da ideia de “denúncias” e “anúncios”. As comunidades discutiram, denunciaram, se expressaram de muitas maneiras que foram registradas de formas diversas (relatorias escritas e audiovisuais). Em todos os momentos houve também espaço para alimentação, descontração, música e as conhecidas “místicas” típicas dos movimentos sociais. A fala era livre, mas em todos os espaços as pessoas eram convidadas a refletirem sobre sua conduta: permitiam-se a igualdade de gênero, étnico-racial, geracional, ou simplesmente se atentavam para o tempo da sua fala. As crianças participaram de diversas formas: desenharam, falaram, escreveram, ou simplesmente brincaram durante a atividade. Os animais também puderam ficar presentes e o ambiente de realização das arenas foi escolhido por cada comunidade havendo espaços abertos (beira do rio), salas de associações comunitárias, praças ou quadras de esportes. Em alguns lugares, policiais estiveram presentes observando e em quase todos os lugares os moradores locais e militantes de movimentos sociais relataram perceberem a presença de “enviados das empresas”, ou seja, pessoas que eles sabiam que trabalhavam para a Vale, Samarco ou Fundação Renova.

O processo da arena durou 4 dias e envolveu todos os que transitaram pelos territórios e cada comunidade particularmente. Em cada pequena arena local, os atores externos foram convidados a se apresentarem e contarem sobre suas próprias vivências e lutas nos seus locais de origem ou relacionadas aos seus ofícios (sobretudo no caso de advogadas populares). A ideia era provocar a criação de experiência singular no sentido de Dewey (2010) na vida de todos os participantes, entendendo a formação como o resultado, ou “consumação” (Dewey, 2010), de uma experiência que mobiliza os afetos. Entendendo que a troca de experiências, e, sobretudo, o convívio durante tantos dias e através da experimentação de coisas comuns, pode construir conheci-

mento, formar o pensamento e produzir novas práticas. Durante a arena todos estavam em formação e, a não ser por distintas responsabilidades, a hierarquia típica da universidade não era um princípio definidor das decisões e relações.

Para além dos objetivos típicos de uma atividade de extensão, onde nós construímos juntos um processo com as comunidade afetadas, levando em consideração as questões teóricas que norteiam o debate dos movimentos sociais e das teorias da democracia, a atividade também foi geradora de conhecimento. Ao longo do percurso conhecemos a realidade de comunidades que foram atingidas pela lama da Samarco e que são historicamente impactadas por grandes empreendimentos extrativos. Através das diferentes formas de relatoria, nós produzimos a identificação de efeitos da lama nas vidas das comunidades e pudemos compreender os desafios dos processos de mobilização social.

DESCRIÇÃO VISUAL DA ARENA ITINERANTE:

Mascarenhas



Foto de Claudia Rangel



Fotos de Claudia Rangel



Fotos de Claudia Rangel

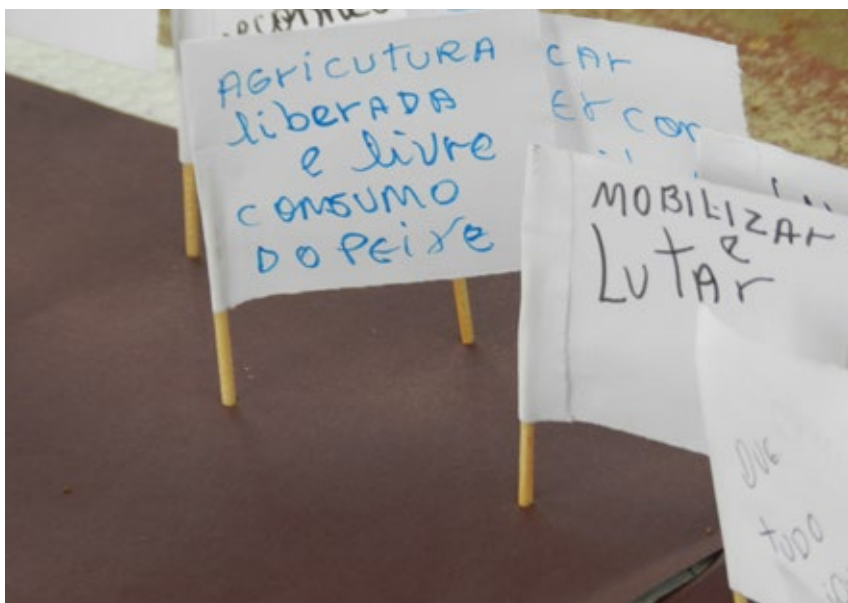
Itapina



Foto de Diego Kern Lopes



Foto de Claudia Rangel



Fotos de Claudia Rangel

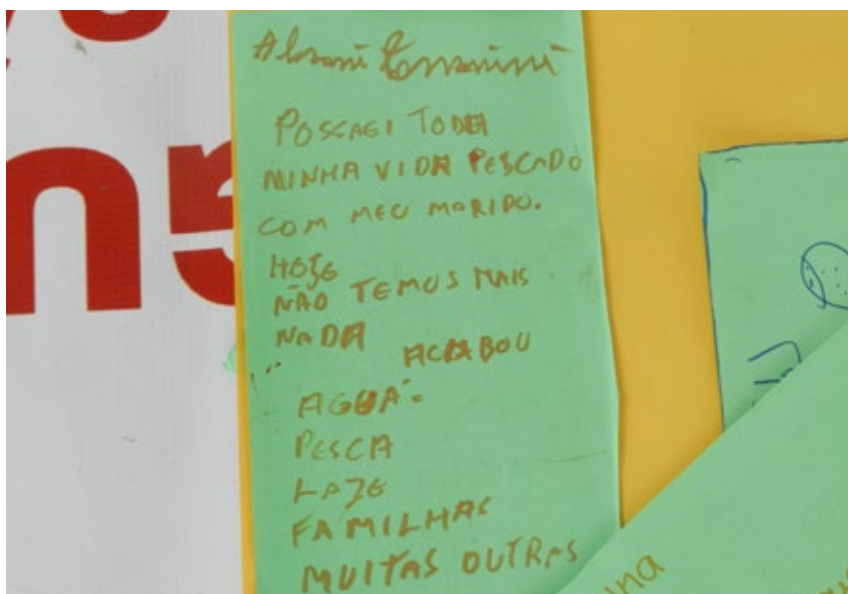


Foto de Diego Kern Lopes



Foto de Claudia Rangel

Maria Ortiz



Fotos de Claudia Rangel

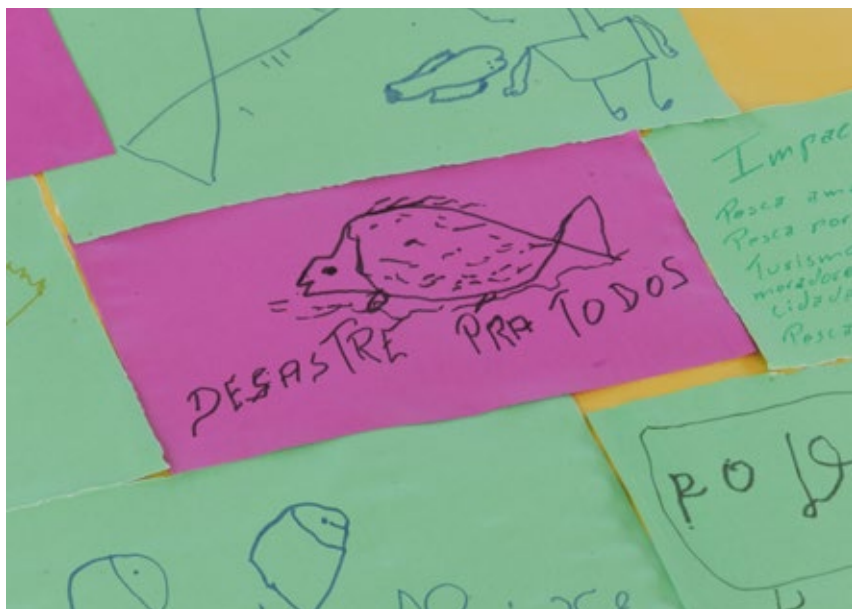


Foto de Claudia Rangel



Foto de Thaís Henrique Dias



Foto de Thaís Henrique Dias



Foto de Diego Kern Lopes



Foto de Diego Kern Lopes



Foto de Thaís Henrique Dias



Foto de Thaís Henrique Dias

Assentamento Sezínio



Foto de Claudia Rangel



Foto de Claudia Rangel

Povoação



Foto de Claudia Rangel



Foto de Claudia Rangel



Fotos de Claudia Rangel



Foto de Claudia Rangel



Foto de Thaís Henrique Dias



Foto de Thaís Henrique Dias

Barra do Riacho



Foto de Claudia Rangel



Foto de Diego Kern Lopes

DA EXPERIÊNCIA ÀS REFLEXÕES TEÓRICAS E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Do ponto de vista da produção do conhecimento a atividade nos possibilitou acessar com muito mais atenção aspectos menos observados através dos métodos e técnicas tradicionais de pesquisa qualitativa ou quantitativa. Contudo, é importante observar que isso só foi possível graças a um fazer etnográfico com o qual o grupo todo está comprometido. O estabelecimento de laços entre atingidos e pesquisadores foi fundamental para que a atividade fosse possível em sua radicalidade e não redundasse em uma experiência artificial. Isso significa que não se trata aqui de defender um modelo que se torne padrão de pesquisa em extensão, mas de discutir as próprias condições de construção do conhecimento a partir da nossa experiência.

Após a Arena Itinerante, reunimos e sistematizamos todo o material, codificamos inclusive os desenhos, e buscamos compreender através de análises com o software Nvivo, entre outros tipos de sistematização, quais os conteúdos extraídos de cada pequena arena local e os pontos

Gráfico 2. Árvore de palavras por posição no contexto das frases e outras palavras



Fonte: Elaborado por Cristiana Losekann a partir de dados de atividades realizadas junto às comunidades de Colatina, Maria Ortiz, Itapina, Povoação e Barra do Riacho em 2016. O tratamento dos dados foi dado pelo software Nvivo 11.

A análise das duas representações gráficas das tarjetas nos mostra por um lado a relevância dos elementos que compõem a interação das pessoas nessas comunidades afetadas com a natureza afetada. Assim, aparecem em evidência o “peixe”, a “água” o “rio”, mas também chama a atenção a presença importante de verbos tais como, “pescar”, “pescamos”, “queremos”, “precisamos”, “acabou”, “perdemos”, todos envolvendo um desejo e uma falta. Daí torna-se compreensível também porque a palavra “não” aparece como uma das mais recorrentes. Esta palavra descreve a situação de interdição dos modos de vida, e da ruptura brusca nas relações estabelecidas entre essas pessoas e a natureza.

Se observarmos (no gráfico) a análise da palavra “não” pelo contexto no qual ela aparece nas ideias manifestas pelos participantes das arenas fica evidente isso: “não posso mais pescar”, “não podemos mais pescar”, “não podemos mais tomar banho”, “não temos definição da contaminação”, “não temos mais a nossa moqueca”, “não temos mais nada, acabou a água”, entre outras construções de ideias. Devemos destacar ainda a relevância da palavra “lazer” o que contraria a ideia sustentada em apresentações e relatórios da Fundação Renova, onde a ênfase é colocada excessivamente na ideia de que as pessoas estariam se aproveitando do desastre para ganhar dinheiro. Ou seja, o que observamos além das reivindicações pelas restituições das perdas econômicas é um lamento profundo pela perda de formas de vivência com o Rio e outros aspectos da natureza que foram afetados pelo desastre. Além disso, as construções verbais demonstram um sofrimento que é vivido coletivamente. Reparam que, em geral, as conjugações são feitas pelo sujeito “nós”.

Finalmente, é importante escrever que esse trabalho, somado às análises de ações judiciais, de entrevistas e da observação participante em outros momentos, resultou em inúmeras possibilidades analíticas que ainda estão sendo concluídas na forma de publicações em textos, vídeos ou trabalhos artísticos. Por exemplo, pudemos contrastar essas manifestações, nas arenas, das pessoas afetadas com aquilo que está sendo discutido juridicamente, para compreender até que ponto as instituições de acesso à justiça operam com capacidade de dar vazão a tais insatisfações, por exemplo, observando quais dispositivos legais e instrumentais vem sendo utilizados e de que maneira.

CONCLUSÃO

Tendo em vista tudo o que apresentamos, acreditamos que uma série de possibilidades se abre da pesquisa em extensão. Contudo, evidentemente, esta prática não está destituída de problemas, questões e fracassos. Em uma breve reflexão sobre este ponto é imperativo destacar que o envolvimento maior com o trabalho de campo, que cria laços entre as pessoas, também gera expectativas, que muitas vezes estão muito além da nossa capacidade de ação. Nós nos acostumamos, por exemplo, a ouvir muitas queixas de que deveríamos ir mais vezes até às comunidades, o que embora seja uma crítica justa e pertinente, não podemos resolver, já que estamos envolvidos com inúmeras outras tarefas além da pesquisa e da extensão nas universidades e há uma limitação de recursos para extensão (sobretudo no momento atual). Sendo assim, esse trabalho também precisa de uma grande dose de responsabilidade e autotolerância. A primeira, para evitar as tentações egoicas da vaidade, comuns no meio acadêmico, observando que não somos salvadores, não somos super-heróis e que essa dimensão desse limite precisa ser comunicada. Precisamos nos mostrar como realmente somos, limitados e cheios de dúvidas. A autotolerância é importante para que não caiamos em uma profunda melancolia com tudo aquilo que não somos capazes de fazer a partir de tantas dores que conhecemos. Como escreve Stengers em *No Tempo das Catástrofes* (2005, p. 9), “Era preciso lembrar esse contraste quase estarrecido entre o que sabemos e o que nos mobiliza, para ousar colocar o futuro que se prepara sob o signo da barbárie”. O que se torna necessário nesta perspectiva de trabalho de pesquisa-extensão com grupos que sofrem profundamente é operar essa relação, essa transformação, entre o conhecer a dor dos outros e projetar uma ação que caiba dentro do nosso próprio espaço de ação. Para isso, torna-se fundamental compreender a nossa própria dimensão de afetação e de que forma, podemos nós trabalhar com ela dentro e fora da universidade.

REFERÊNCIAS

BENHABIB, Seyla. **The Claims of Culture**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. São Paulo: Civilização brasileira, 2003.
- CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas. Rio de Janeiro. **Revista de Estudos de Conflitos e Controle social**, v. 2, n. 4, 2009.
- CHANDHOKE, Neera. **The Conceits of Civil Society**. Oxford: University Press, 2003.
- CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EdUFBA, 2004.
- DE FARIA, Dóris Santos. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FETZ, Marcelo; VARGAS, Marcelo. Pesquisa e Desenvolvimento Intercultural: Dilemas de Acesso, uso e Divisão Justa e Equitativa de Benefícios. **Revista TOMO**, Sergipe, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão**. Vol. 7. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.
- LACLAU, Ernesto. Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-47, out. 1986.
- _____. **The Making of Political Identities**. Verso Book, 1994.
- JASPER, James. Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research. **Annual Review of Sociology**, n. 37, p. 285-304, 2011.
- KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1963.
- MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- PLEYERS, Geoffrey. **Alter-globalization: Becoming actors in a global age**. Cambridge: Polity Press, 2010.
- RANCIÈRE, Jacques. **Estética e política: a partilha do sensível**. São Paulo: Expo, experimental, 2005.
- RORTY, Richard. In: MOUFFE, Chantal (Ed.). **Deconstruction and Pragmatism**. London and New York: Routledge, 1996.
- STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- _____. **No Tempo das Catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Diálogos de saberes em meio ao desastre

Reflexões e práticas a partir do Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais

Rafaela Silva Dornelas

INTRODUÇÃO

O Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais é vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O foco do Organon é o estudo da ação coletiva de movimentos sociais e organizações da sociedade civil para mudança social, participação e contestação política. Nós nos organizamos em três eixos: Juventude; Gênero e Sexualidade; e Atingidos por Grandes Projetos. Tais eixos não são fixos, o esforço de classificação é no sentido de abarcar a diversidade de sujeitos e organizações que compõem e/ou são parceiros do Núcleo. O Organon conta ainda com espaços como o GETPol (Grupo de Estudos em Teoria Política Contemporânea), o Mapa das Mobilizações e o Observatório de Ações Judiciais de causas coletivas. Como elementos conceituais norteadores da ação do Núcleo estão debates recentes desenvolvidos na teoria política e social sobre democracia, mobilização social, participação e justiça social. Entendendo que questões da participação política e da conquista e concretização de direitos estão interligadas, propõe-se um conjunto de investigações, estudos e ações que buscam, em diálogo com organizações e movimentos sociais, fortalecer a luta por direitos e as estratégias de ação coletiva.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão foi elencada como prioridade desde o surgimento do núcleo. As problematizações sobre a função social da universidade, a forma de interação com os sujeitos e comunidades e os desafios de processos participativos permeiam constantemente as reflexões em reuniões e grupos de estudo. Desde o

rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, o Organon voltou a maior parte de suas atividades para o trabalho junto às comunidades atingidas. Isso ocorreu, em grande medida, por trabalhos que já desenvolvíamos com parte dessas comunidades, ligados aos impactos de grandes projetos às pescadoras e pescadores artesanais no Espírito Santo. Buscamos criar e participar de espaços dedicados às trocas e mobilizações entre as/os atingidas/os e de escuta dos mesmos sobre o desastre, os danos e as demandas. Para isso, entre outras atividades, propomos a realização de arenas públicas:

As arenas públicas de debates, espaço abertos para a troca de ideias, diálogo, enfrentamentos e confrontações entre os próprios integrantes de movimentos, organizações e comunidades e entre estes e atores do Estado. Essa proposta sugere que as pessoas exponham suas posições, ideias, incertezas, de maneira argumentativa ou através da expressão estética, emocional e espontânea. Os temas e métodos são definidos previamente, a partir de formas já amplamente utilizadas por movimentos sociais, comunidades e associações, mas permitindo inovações, espontâneas ou projetadas. (ORGANON, 2018).¹

Um dos pontos centrais nas atividades do Organon são as experiências com metodologias participativas. O modelo das arenas públicas pressupõe espaços de escuta e de trocas em contexto de diversidades. As práticas mais usuais em seminários e reuniões envolvem, geralmente, alguém que coordena o espaço, as exposições e as inscrições para debate. Na arena com temática sobre o desastre, assim como no *Seminário Balanço de 2 anos do rompimento da Barragem de Fundão*, estiveram presentes pesquisadoras(es), agricultoras(es), pescadoras(es), quilombolas, estudantes, professoras(es), ativistas, entre outras(os). Nesse contexto de diversidade, alguns tem mais intimidade com falas públicas e se inscrevem, enquanto outros não se sentem à vontade para expor suas reflexões. No sentido de potencializar o diálogo entre diferentes saberes, experimentamos metodologias com base, principalmente, na proposta do Círculo de Cultura, proposto por Paulo Freire.

¹ Disponível em: <<http://organon.ufes.br/nucleo/>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

Para a construção do círculo de cultura utilizam-se tarjetas (recortes de papel) onde são registradas as memórias, impressões, sugestões e destaques de cada pessoa. A ideia é que cada pessoa, circulando na sequência a partir da manifestação da primeira pessoa, registre uma ideia por vez. Com isto, há horizontalidade da fala e cada um pode colaborar com um aspecto do todo que é construído pelo coletivo. (SOUZA et al., 2017, p. 3).

Nesse sentido, para refletirmos sobre essas práticas, o texto é dividido em três partes: contextualização do desastre pela ótica da desigualdade ambiental e sua relação com as lutas sociais; a perspectiva da extensão, em diálogo com a valorização de saberes e educação popular; e uma reflexão sobre a adaptação de metodologias, pela equipe do Organon, com ênfase no contexto das comunidades atingidas pelo desastre.

Desde a organização e preparação das Arenas do Organon, um dos princípios que nos acompanhou em todo percurso foi o cuidado com os processos. Ao mencionar o ato de cuidar, nós nos referimos ao entendimento de que um encontro de pessoas, que se pretende um espaço de diálogo e diversidade, não acontece apenas por uma opção de formato ou ferramentas. Na construção sobre os objetivos, as vagas, a metodologia, o transporte, a infraestrutura e tudo mais que envolve a Arena, buscamos a participação e apoio de parceiros. As metodologias utilizadas são inspiradas pela Educação Popular, uma proposta educativa que se constrói no cotidiano da prática de organizações, na medida em que reconhecem a diversidade e relevância dos saberes populares na construção de alternativas para os processos educativos da sociedade em geral. No prefácio do livro *O que é Educação Popular?*, de Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão (1984), em diálogo com as ideias de Alfonso Castilho e Pablo Latapi, reflete sobre as questões pertinentes à Educação Popular.

As maiorias sociais não se encontram “marginalizadas”, mas exploradas e oprimidas. As nações do Terceiro Mundo não são atrasadas e primitivas, senão que dependentes e radicalmente distintas. As soluções não podem ser transportadas e adaptadas dos países industrializados e “desenvolvidos”. Pelo contrário, esta posição (a da educação popular) aponta para uma profunda fé nas potencialidades

e na riqueza das pessoas exploradas, sistematicamente depreciadas. A construção de uma sociedade em que os oprimidos sejam os sujeitos de seu próprio processo libertador é o objetivo global desta busca utópica. (p. 13-14).

Nesse sentido, buscamos aprender mais sobre as metodologias participativas já utilizadas nestes contextos e como adaptá-las à realidade das Arenas. A centralidade das metodologias para o Organon parte do entendimento da importância da dedicação aos processos que construímos, como ensino, pesquisa e extensão, considerando a indissociabilidade desses pilares da universidade pública. Júlia Suárez-Krabbe (2011), em seu artigo “Na realidade. A caminho de metodologias de pesquisa decoloniais”, elabora uma crítica à separação de saberes implícita na prática do trabalho de campo, tendo como base os conceitos de “distância crítica” e “integridade teórica”, como referenciais ainda positivistas: calcados na neutralidade e “objetividade”. Assim, propõe a proximidade metodológica, uma pesquisa que tenha em vista os fins fixados na realidade e nos sujeitos com quem se trabalha.

[...] escribir, pues, no tiene sentido si no va validado por los procesos de transformación. Un eje importante de las discusiones de Vasco acerca de la metodología y en general el quehacer antropológico está sintetizado en su reconocimiento de la necesidad de conocer resaltada arriba. En mi opinión, conocer en el sentido de Vasco implica lo que Santos ha denominado «desaprender para reaprender» (Hernando-llorens et al., 2009), en nuestro caso desaprender nuestras propias teorías e ideas de científicidad para, sobre la marcha, ir generando nuevas con los sujetos con quienes se trabaja. Implica pues también reconocer la teoría y las visiones de la gente con quien se trabaja, e ir, en compañía con ellos, aprendiéndolas y adaptándolas al quehacer científico y viceversa. (p. 199).

Esse texto busca, inicialmente, reunir debates importantes nas práticas do Organon – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais, tendo por foco os processos que envolvem o desastre da Samarco, Vale e BHP. Além disso, na última parte do texto, buscamos refletir sobre a adaptação de metodologias, com foco em dois momentos:

a *Arena Itinerante – Grandes Empreendimentos e o Desastre da Samarco* e o *Seminário Balanço de 2 anos do rompimento da Barragem de Fundão*.

DESIGUALDADE AMBIENTAL E LUTAS SOCIAIS

No dia 5 de novembro de 2015 rompeu em Mariana, Minas Gerais, a barragem do Fundão, pertencente à Mineradora Samarco S.A., uma joint-venture entre a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. De acordo com Bowker Associates (2015), esse foi o maior desastre envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo, considerando os registros iniciados em 1915. Em sua análise, os autores consideram o volume de rejeito liberado (cerca de 60 milhões de m³), a distância percorrida pela lama (mais de 600 km até chegar à foz do Rio Doce) e os prejuízos estimados (US\$ 5,2 bilhões, ou R\$ 20 bilhões, baseado no valor estipulado pelo governo federal). (MILANEZ e LOSEKANN, 2016, p. 11).

O rompimento da Barragem de Fundão desencadeou, desde 2015, uma série de violações de direitos de sujeitos e comunidades ao longo da bacia e na região costeira do Espírito Santo. Tais violações recaem de forma desproporcional sobre grupos sociais que já se viam ameaçados por outros contextos no estado, como nos casos da monocultura do eucalipto, da cana, grandes projetos de portos, estaleiros, entre outros. Ao referir-se ao conjunto de textos que compõem o livro *50 anos da refinaria Duque de Caxias*, no Rio de Janeiro, e a expansão da indústria petrolífera no Brasil, Henri Acselrad (2013) argumenta que trazem claramente uma ideia sobre a Questão Ambiental: [...] a questão ambiental [...] não diz respeito, como pretende o senso comum, despolitizado, à racionalidade mais ou menos “ecológica” das escolhas técnicas, mas, sim, à disputa entre diferentes formas de apropriação e uso dos recursos ambientais – terras, águas, atmosfera e sistemas vivos –, por um lado, fonte de sobrevivência para os povos e, por outro, fonte de acumulação de lucros para as grandes corporações (ACSELRAD, 2013, p.14).

Em 1991, Lawrence Summers, o então economista chefe do Banco Mundial, redigiu um documento elencando os motivos pelos quais os países periféricos deveriam ser destino dos ramos industriais mais da-

nosos ao meio ambiente. O primeiro dizia sobre a “estética” do meio ambiente, que segundo ele é uma preocupação apenas dos ricos. O segundo argumentava que as pessoas mais pobres viveriam menos de qualquer forma; assim, não estariam vivos para sentir os efeitos da poluição ambiental. Por fim, o terceiro apontava que mortes em países pobres custam menos que mortes em países ricos. O documento ficou conhecido como Memorando Summers e nos esclarece o papel das elites mundiais no processo de desenvolvimento (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009, p. 7-8).

A lógica sugerida no Memorando Summers nos remete ao conceito de desigualdade ambiental. O Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental, que se reuniu no Seminário *Desigualdade Ambiental e Regulação Capitalista: da acumulação por espoliação ao ambientalismo-espetáculo*, em 2012, traz o conceito de desigualdade ambiental como forma de dar destaque à orientação desigual quanto à distribuição dos danos do modelo de desenvolvimento.

O conceito de desigualdade ambiental permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se aos grandes interesses econômicos e os danos, a grupos sociais despossuídos. (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012, p. 165).

Quanto à Justiça Ambiental, trago, nesse momento, o texto *O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental*, de Selene Herculano. De forma sintética, a autora define a Justiça Ambiental como:

[...] o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. (2011, p. 2).

Tal conceito teve em suas origens as mobilizações de comunidades negras nos Estados Unidos, na década de 1980, ao perceberem e verificarem, através de estudos empíricos, que a destinação do lixo químico era prioritariamente coincidente com os locais onde viviam comunidades negras. A prática foi denominada como Racismo Ambiental e foi novamente debatida de forma intensa quando da ocorrência do furacão Katrina, que evidenciou a vulnerabilidade de certos grupos relacionada principalmente à capacidade desigual de obter proteção das autoridades públicas.

Uma condição decisiva para a produção da desigualdade ambiental é o esvaziamento da dimensão política da questão do meio ambiente. Disto faz parte a dinâmica de naturalização da poluição e a difusão da ideia de que “somos todos responsáveis pela degradação do meio ambiente”. (2012, p. 167).

O rompimento da Barragem de Fundão e os desdobramentos, ao longo de mais de dois anos do desastre evidenciam uma série de injustiças ambientais. As/os camponesas/es, pescadoras/es, quilombolas, indígenas, ribeirinhas/os entre outros povos e comunidades, que tem o modo de vida enraizado em seus territórios, tiveram profundas alterações em decorrência de mudanças exógenas. Pouco ou nada puderam ou podem decidir sobre seus territórios. Este processo suscitou também uma intensa crítica que deu origem a mobilizações sociais diversas, principalmente em Minas Gerais e no Espírito Santo. Tais processos de mobilização podem ser entendidos a partir do tema das lutas por justiça ambiental. Nos debates da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), criada em 2001, a principal convergência, na diversidade de sujeitos e organizações que a compõe, é a constatação de que existe uma desigualdade na distribuição dos danos provocados pelo desenvolvimento econômico, que pesa majoritariamente sobre populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Pensamos que o tema da justiça ambiental – que indica a necessidade de trabalhar a questão do ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça – representa o marco

conceitual necessário para aproximar em uma mesma dinâmica as lutas populares pelos direitos sociais e humanos e pela qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental. (Manifesto da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2001, on-line).

Dessa forma, o desastre é entendido aqui como fruto de desigualdades ambientais anteriores, como exemplo a escolha do local onde se instala uma barragem de rejeitos da mineração, e também como o gerador de mais uma série de processos caracterizados pelas injustiças ambientais, pela desigualdade de poder sobre o ambiente, como nas negociações de compensação pós rompimento da barragem. As mobilizações de populações atingidas, movimentos sociais, ONGs, grupos da universidade entre outras organizações se caracterizam também como processos de luta por justiça ambiental, na medida em que reivindicam direitos humanos e sociais ligados aos diversos modos de vida das comunidades atingidas.

Diante dessas reflexões e da diversidade de sujeitos e saberes no caso do desastre, ao pensarmos a atuação do Organon, levamos em conta a necessidade de construir coletivamente as adaptações de metodologias que já conhecíamos de outras vivências. A próxima parte busca refletir sobre o papel da universidade, com foco na extensão, utilizando-se de conceituações da ecologia de saberes, da educação popular e da extensão enquanto processo de comunicação.

DIVERSIDADE DE SABERES E PRÁTICAS DE EXTENSÃO

Ao final dos anos 1970, é possível identificar a ideia de supremacia do saber acadêmico sobre outras formas de saber, ou seja, a ciência moderna como lócus do saber legítimo, como produtora exclusiva de conhecimento válido. Flora Pidner (2010) faz as seguintes considerações sobre a posição da ciência moderna:

A ciência formula um futuro comum para si e para o mundo: um destino ancorado em padrões e repetições, um repertório congelado. Trata-se de um processo de homogeneização da produção do conhecimento: uma paisagem de monocultura do saber, tal como Boaventura

de Sousa Santos (2006) se refere ao critério hegemônico de verdade produzido pela ciência moderna. Os critérios hegemônicos modernos e científicos são concebidos e divulgados como se fossem o único caminho possível. Assim, a verdade só existiria enquanto verdade científica. Entretanto, como pensar em uma única forma de produção do conhecimento? Como, afinal, refletir sobre os paradigmas modernos senão através de uma postura crítica, capaz de promover questionamentos sobre a própria prática de produção do saber? (p. 9).

A ideia de supremacia do saber acadêmico consolida-se também através da desvalorização de outros saberes. A ciência que desconsidera a diversidade de saberes e modos de vida incorre em grande possibilidade de estabelecer relações com base em critérios que não dialogam com a realidade dos sujeitos com os quais trabalha.

Nessa perspectiva, a ciência cria a sua hegemonia, que se fundamenta, também, na negação histórica dos saberes não científicos e, portanto, não hegemônicos, que são sufocados e bloqueados, a despeito das suas representatividades nos lugares. As particularidades desses diversos saberes são deslocadas para a margem, para os lugares mais distantes do conhecimento legitimado como científico. (PIDNER, 2010, p. 11).

Boaventura de Sousa Santos, em seu artigo “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, aborda as duas sociologias citadas como estreitamente relacionadas. A sociologia das ausências traz saberes historicamente ocultados que compõem uma diversidade fértil. A sociologia das emergências traz novas formas de adaptação, também baseadas em saberes ocultados.

Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis (conhecimentos e agentes), maior será a expansão do presente e a contracção do futuro. Na sociologia das ausências, essa multiplicação e diversificação ocorre pela via da ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, ao passo que a sociologia das emergências as revela por via da amplificação simbólica das pistas ou sinais. (SANTOS, 2002, p. 259).

O mesmo autor, em *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes* (2007), propõe a reflexão a partir do conceito de pensamento abissal. Trata-se de um sistema de distinções visíveis e invisíveis da realidade social em duas dimensões, “este lado da linha” e o “outro lado da linha”, sendo que o que é estabelecido como “o outro lado” é tido como incapaz de ser relevante ou compreensível. A principal característica do pensamento abissal é a impossibilidade de que os dois lados existam e se façam presentes concomitantemente.

No campo do conhecimento, as tensões que envolvem a ciência, a filosofia e a teologia ainda se passam “deste lado da linha”, ou seja, dentro do que existe, é relevante e compreensível. Mas se considerarmos, por exemplo, o saber camponês ou o saber indígena, chegamos ao que Santos denomina o “outro lado da linha”, a saberes que são desconsiderados como forma de produção de conhecimento válido, relevante e/ou comensurável.

Assim, a linha visível que separa a ciência de seus “outros” modernos está assente na linha abissal invisível que separa, de um lado, ciência, filosofia e teologia e, de outro, conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem nem aos critérios científicos de verdade nem aos critérios dos conhecimentos reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia. (SANTOS, 2007, p. 73).

Flora Pidner contribui também nessa reflexão a partir do lugar atribuído aos saberes locais na história da ciência moderna.

[...] a história da ciência moderna é marcada pela periferização dos saberes locais, a despeito da sua centralidade na vida social desenvolvida nos lugares. São saberes que não se fundamentam nas metodologias da ciência moderna. Saberes ricos, pois carregam a possibilidade da criatividade que cria sem percursos programados. Saberes desprezados, desperdiçados, desautorizados, emudecidos pelo projeto de uma ciência baseada na razão pura e na comprovação, produzida, sobretudo, em laboratórios. (2010, p. 11-12).

Ainda nesse contexto, surgem perspectivas teóricas que buscam questionar e, ao mesmo tempo, pensar propostas que deem conta de

romper com o pensamento abissal. Santos (2007) fala do pensamento pós-abissal, construído a partir da referência em uma epistemologia do Sul, esse Sul entendido não como a exata divisão no globo, mas como o que, majoritariamente na história, se situa do “outro lado da linha”.

O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Ele confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia. A ecologia de saberes se baseia na idéia de que o conhecimento é interconhecimento. (p. 85).

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), trata desse rompimento a partir da ideia de desprovincianização da razão. A crítica tem como alvo a admissão de apenas um pensamento universal. A proposta foca no reconhecimento e valorização de outros mundos de vida, para além do que nos é sugerido/imposto pelo pensamento europeu. Nas palavras do autor:

Com essa desprovincianização da Europa da idéia de pensamento universal o que visamos é o deslocamento do lugar de enunciação e, assim, proporcionar que outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo. Insistimos que não se trata de negar o pensamento europeu, o que seria repeti-lo com sinal invertido, mas sim nos propomos dialogar com ele sabendo que é europeu e, portanto, de um lugar de enunciação específico, ainda que sabendo: que essa especificidade não é igual a outros lugares de enunciação pelo lugar que a Europa ocupa na contraditória estrutura do sistema mundo moderno colonial; nem tampouco que esse lugar de enunciação europeu seja homogêneo e não abrigue perspectivas contraditórias, seja de afirmação da ordem, sejam de perspectivas emancipatórias. (2006, p. 42).

Pidner novamente traz argumentos que sustentam a compatibilidade entre o pensamento pós-abissal como um rompimento com a Colo-

nialidade do Saber². Dessa forma, o diálogo de saberes aparece como uma proposta que é capaz de fortalecer uma potencial descolonização nesse âmbito.

O encontro dialógico entre saberes significa o diálogo entre sujeitos. São os sujeitos que produzem saberes, carregam saberes e, ao se comunicarem, põem os saberes em intercâmbio. Assim, a transformação do mundo demanda a transformação dos sujeitos sob novas referências, outras racionalidades, saberes ainda inéditos. Uma nova concepção de saber significa uma nova concepção de sujeito, desfeito de convicções, vaidades, egoísmos e feito de disponibilidade ao diálogo, ao aprender com, na coletividade, na integração de saberes. (2010, p. 112-113).

Para que diferentes saberes estabeleçam diálogos, principalmente no que diz respeito a intervenções que envolvem a universidade, é necessário o questionamento da supremacia do saber acadêmico, e isso não é assunto simples. A extensão, como um dos pilares da universidade pública, tem, ao longo de seu debate conceitual, funções que vão desde a prestação de serviços assistencialista ou para quem possa pagar, até a produção de conhecimento compartilhada com os sujeitos com os quais se trabalha. Dentre essas, destaco aqui uma elaboração do Fórum Nacional de Pró-reitores de extensão:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docente e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular – terá como

² Uma das componentes do que Santiago Castro-Gomez (2007) denomina estrutura triangular da colonialidade (DORNELAS, 2016).

consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (GARRAFA, 1989, p.109 apud TAVARES, 2001, p. 77).

Essa concepção começa a ser elaborada já no final dos anos 1980, sob forte influência de temas da educação debatidos por Paulo Freire. Mas a primeira referência legal à extensão universitária, no Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, faz a seguinte consideração sobre a extensão:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão de modo eficaz para elevar o nível da cultura geral do povo. (BRASIL, 1931, on-line).

Na descrição acima, a extensão é entendida como o ato de levar saberes da universidade para a sociedade, com o vetor claro sobre o conhecimento que é legitimado, o acadêmico. O livro *Extensão ou Comunicação?*, de Paulo Freire tem importante papel na reflexão sobre as práticas de extensão. Ainda que focado na atividade extensionista na área da agronomia, traz contribuições para todas as áreas do saber. O livro em questão foi publicado pela primeira vez em 1969, no Chile. A principal problemática é a comunicação entre saber técnico e saber camponês, e a denominação de extensão para um trabalho que, para o autor, remete ao de um educador. Começando por uma análise etimológica, Freire nos mostra que o termo extensão traz enormes limitações para designar o que seria, de fato, o trabalho do agrônomo em campo.

Para realizar essa reflexão, é usada a ideia de “campos associativos”, ou seja, o que se relaciona a uma determinada estrutura linguística. No caso do termo extensão são elencadas relações como transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, entre outros. Daí é possível elaborar que a ideia de extensão, em seu campo associativo, remete a algo como levar um conteúdo capaz de

“normalizar” o que é inferior, o que é provido de “faltas”. Há um vetor claro na transmissão do que é considerado saber. Ao sujeito que recebe é praticamente negado o potencial de ação ou reflexão transformadora no mundo. A ideia de persuasão e convencimento do agrônomo, também no campo associativo, no caso da Extensão Rural, impossibilita pensarmos tal ação enquanto educativa, se tomarmos a educação como prática da liberdade. Paulo Freire (1983) considera, assim, um dilema fundamental para o agrônomo chamado “extensionista”:

Tal é o dilema do agrônomo extensionista, em face do qual precisa manter-se lúcido e crítico. Se transforma os seus conhecimentos especializados, suas técnicas, em algo estático, materializado e os estende mecanicamente aos camponeses, invadindo indiscutivelmente sua cultura, sua visão de mundo, concordará com o conceito de extensão e estará negando o homem como um ser da decisão. Se, ao contrário, afirma-o através de um trabalho dialógico, não invade, não manipula, não conquista; nega, então, a compreensão do termo extensão. (p. 34).

Durante a pesquisa, Freire pôde interagir com muitos agrônomos extensionistas. Nesses contextos, percebe, no discurso da maioria deles, que o argumento central para que não exerçam, em campo, a dialogicidade de saberes é a inviabilidade e quando cogitam a viabilidade a negligenciam pela lentidão. Ou não reconhecem o saber do agricultor ou não o consideram cognoscível. Quando perguntados sobre a viabilidade da dialogicidade muitos em pronto respondiam que eram os camponeses que não se colocavam para o diálogo, uma espécie de mutismo por parte dos mesmos. Freire argumenta enfaticamente que o que parece um mutismo por não “ter conhecimentos” se trata de um condicionamento histórico-sociológico pelo qual esses sujeitos passaram e passam. Com isso, muitos agrônomos reforçam a ideia da extensão como depósito de conhecimentos. Na visão de Freire:

Não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação. Ainda quando, para nós, o trabalho do agrônomo educador se restringisse apenas à esfera do aprendizado de técnicas novas, não haveria como comparar a dialogicidade com a antidialogicidade. Toda demora na primeira, demora

simplesmente ilusória, significa um tempo que se ganha em solidez, em segurança, em autoconfiança e interconfiança que a antidialogicidade não oferece. (1983, p. 38).

Ao lançar luz sobre saberes ocultados pela lógica da supremacia da ciência moderna, a proposta da Educação Popular encontra convergências com a ideia do pensamento pós-abissal, formulado posteriormente por Boaventura de Sousa Santos. Se a centralidade está na valorização dos saberes de sujeitos oprimidos, historicamente depreciados, representa então um rompimento com a linha que “separa os dois lados”, e que delimita o conhecimento válido. Da mesma forma, representa uma proposta de diálogos de saberes na medida em que sugere a diversidade de saberes no processo de construção do conhecimento.

Tanto Freire como Nogueira e Brandão, apesar de realizarem esforços de definição da Educação Popular, pontuam que a mesma se constrói cotidianamente nas práticas de organizações, movimentos e sujeitos que se dispõem a considerar a diversidade e a relevância dos saberes populares na construção de alternativas para os processos educativos e para a sociedade em geral. Com base nessas reflexões, construímos, no Núcleo Organon, nossas propostas metodológicas no campo da pesquisa e extensão. Na próxima parte, trataremos de algumas metodologias que utilizamos no contexto do desastre da Samarco, Vale e BHP e as trocas possibilitadas por meio delas.

METODOLOGIAS, INSPIRAÇÕES E REFLEXÕES

Destacamos, nesta parte, algumas metodologias-chave para o trabalho que o Organon tem desenvolvido junto às comunidades atingidas pelo desastre da Samarco, Vale e BHP. O objetivo não é esgotar o tema, mas apresentar com exemplos a materialidade das reflexões teórico-metodológicas que fizemos até aqui. Para isso, resgatamos a aplicação de algumas metodologias, com foco em dois momentos: *Arena Itinerante – Grandes Empreendimentos e o Desastre da Samarco* e o *Seminário Balanço de 2 anos do rompimento da Barragem de Fundão*.

Nesses dois espaços, a Arena e o Seminário, trabalhávamos com o desafio metodológico de, em meio às diferenças, garantir não apenas os espaços de fala, mas diversificar as formas de intervenção e comunica-

ção. Para isso, nos apoiamos na compreensão de que, em decorrência da desigualdade ambiental, nos processos em curso que envolvem os discursos sobre o desastre, o público que menos tem tido espaço de participação são os próprios atingidos. Em comum acordo entre os organizadores, essa foi uma orientação metodológica em ambos os eventos: prioridade das falas para atingidas/os. Optamos também por fazer adaptações do Círculo de Cultura para os dois contextos.

A Arena itinerante do Organon ocorreu entre os dias 16 e 19 de novembro de 2016, um ano após a chegada da lama de rejeitos no Espírito Santo. A Arena percorreu parte do território atingido, propondo atividades e participando das que já estavam previstas, como audiências públicas nos municípios. A atividade fez parte de um processo mais amplo de formação de defensores de direitos humanos. Entre os participantes havia pescadoras(es), agricultoras(es), estudantes, militantes de movimentos sociais, ativistas, professoras(es), pesquisadoras(es), entre outras(os). A Arena saiu de Vitória e passou pelos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Aracruz e Linhares, em diversas comunidades atingidas pelo desastre.

Na Arena, tínhamos como prioridade a escuta nas comunidades por onde passamos. As próprias comunidades são heterogêneas. Uns mais comunicativos, outros menos, a idade dos participantes varia muito, a questão de gênero, que influencia também na participação, eram algumas das leituras do grupo, advindas de outras vivências. O uso das tarjetas no círculo de cultura tem sua centralidade na ideia de que em cada tarjeta cabe apenas uma ideia. Então, optamos pela utilização das tarjetas da seguinte forma: cada participante recebeu três tarjetas, em uma destaca um impacto, na outra, uma demanda e na terceira uma mobilização da comunidade frente ao desastre. Cada um apresenta suas tarjetas e explica a priorização com falas curtas. Se cada participante elencasse todos os impactos, demandas e mobilizações que perceberam, o tempo seria inviável para a participação de todas(os) e muita coisa se repetiria por tratar de visões compartilhadas. E o mais importante nessa metodologia é que mesmo que cada um destaque apenas um elemento em cada tarjeta, o conteúdo geral dos impactos, demandas e mobilização aparece quase na totalidade quando reunimos as tarjetas. Caso tenha algum elemento que não foi citado, eram livres os acréscimos ao fim da primeira rodada de falas. Não necessariamente a expressão na tarjeta precisava ser feita com palavras, podiam ser desenhos e outras representações.





Dinâmicas com tarjetas na Arena Itinerante. Fotos: Cláudia Rangel

A reunião dessas tarjetas, junto aos relatórios textuais, fotos e vídeos, traz um panorama construído coletivamente, em cada comunidade, dos principais impactos, demandas e mobilizações frente ao desastre. Esse material foi sistematizado pela equipe e desde então integra as bases de nossas reflexões e ações no caso do desastre.

Outro momento de aplicação adaptada da dinâmica com tarjetas foi o *Seminário de Balanço de 2 anos do rompimento da Barragem de Fundão*, que aconteceu na Universidade Federal do Espírito Santo, entre os dias 6 e 8 de novembro de 2017 e teve por objetivo reunir atingidas(os) e parceiros de diversas áreas para refletir juntos sobre os desdobramentos após 2 anos do início do desastre. A organização foi um esforço coletivo que envolveu: Organon – UFES, Defensoria Pública do Espírito Santo, HOMA – direitos humanos e empresas, Grupo Política Economia Mineração Ambiente e Sociedade PoEMAS – UFJF, Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), ONG Justiça Global, Friederich Ebert Stiftung (FES), Movimento pela Soberania popular na Mineração (MAM), Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA – UFMG), Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA – UFOP) e Ministério Público Federal.

Dois seminários como esse já tinham sido realizados, um aos 6 meses e outro com 1 ano do rompimento, ambos no estado de Minas Gerais. Na edição de 2 anos, a primeira no Espírito Santo, consideramos o esforço em trazer, para esse espaço mais amplo, os aprendizados de nossa trajetória junto às comunidades atingidas neste período. O seminário, com caráter de balanço, acontecendo dentro de uma universidade, já tinha previsto um formato de mesas com falas expositivas de técnicas(os), pesquisadoras(es) e atingidas(os) sobre os principais aspectos do desastre e das medidas compensatórias. Após cada sessão de falas expositivas acontecia o debate aberto. Considerando a grande quantidade de atingidas(os) presentes, optamos por priorizar o tempo para os debates, garantindo, em todos os momentos, o mínimo de 1 hora e 30 minutos de debate, restando assim, 15 minutos para cada exposição das mesas. Além disso, antes do início de todos os debates, duas/dois atingidas(os) faziam um breve relato de experiência.

No início da primeira plenária, informamos aos participantes que seriam distribuídas tarjetas e canetas a todas(os). As tarjetas teriam duas funções: 1) auxiliar a sistematização das ideias durante as exposições,

para que no debate as pessoas destacassem seus comentários e dúvidas; 2) possibilitar que, mesmo sem se inscrever para falar, qualquer um possa deixar contribuições, questões e comentários para a relatoria do seminário. Parte das(os) atingidas(os) que estavam presentes, já tinham, em outro momento, trabalhado com dinâmicas que envolvem tarjetas, em espaços de grupos menores. Foi possível perceber, ao longo do seminário, diversos usos da tarjeta. Alguns, quando se inscreviam, levavam junto a tarjeta com as principais ideias. Outros fizeram anotações e guardaram para si. Outros, fizeram anotações e nos entregaram para que fizesse parte da memória do seminário. Digitalizamos o que nos foi entregue e seguimos no processo de organização dos registros.



Por que o MPF está costurando um acordo no qual se vonta de fiscalizar os programas durante sua realização se ele está do lado dos atingidos, quando é evidente que a renova não respeita as deliberações realizadas pelo CIF e outras instâncias administrativas de decisão?

A Renova tem se construído enquanto poder paralelo ao Estado (e se mostra mais poderosa que este) e NÃO se submete aos ^{órgãos} ~~prop~~ de fiscalização criados no acordo escrito por ela.

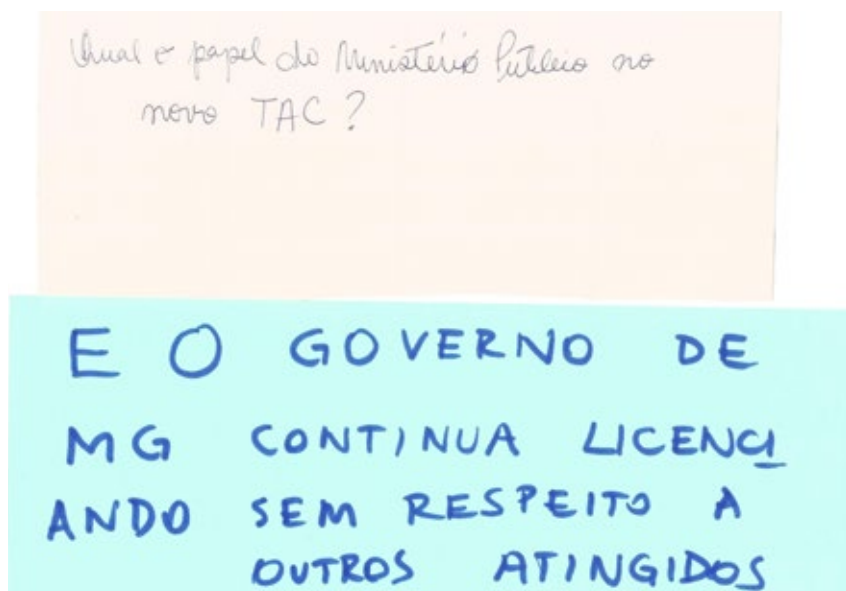
Epo do MP estadual e ao MPF não se furtem de fiscalizar a Renova por nenhum minuto, pois, POR ENQUANTO é a único órgão ao qual ela AIINDA responde.

Como a Justiça
Vai se posicionar
com o crime.

Deixar apressar
um valor
diferenciado entre
bancos a termo e
bancos a motor
mas não pescadores
porque todos iguais

não tem nenhuma
base que responda
o pescador se ele avisa
o lucro emite no
ano seguintes.

EXISTE um Projeto Proposto pelas empresas Vale e Samarco Para a construção de um novo Bento Rodrigues, as empresas dizem que o local está sendo escolhido junto com a comunidade. Até que ponto os atingidos estão de acordo com a construção do novo Bento em outro local?



Exemplos de usos das tarjetas durante o seminário. Fotos de Thaís Henriques Dias

A simplicidade aparente da aplicação das metodologias, inspiradas no círculo de cultura, é o que aproxima os sujeitos em suas diversidades. Professoras(es), agricultoras(es), pescadoras(es), estudantes e técnicos com o mesmo pedaço de papel era garantia de um espaço para uma ideia/fala. A complexidade que envolve as reflexões, planejamentos e, depois, a sistematização e uso dessas informações é o que demanda a abertura de diálogo com o “outro lado da linha”. Entender e apreciar a proposta da ecologia de saberes, ou da educação popular e outras próximas, é um passo para experimentações de outras práticas. Para além do reconhecimento da existência e relevância de outros saberes, temos ainda um longo caminho de experiências que viabilizem, cada vez mais, “revirar” nossos formatos e valorizar as diversidades em processos coletivos.

Ao longo das dinâmicas, as salas se enchem de tarjetas, ou papéis coloridos, com muitos registros. O cuidado com esses papéis, o registro com fotos e a devida sistematização em tabelas ou textos é parte essencial do processo, assim como o diálogo com esses panoramas coletivos na elaboração de materiais de comunicação com a sociedade e devo-

lutiva às comunidades. Além dos momentos citados aqui, utilizamos adaptações do círculo de cultura em outros contextos, tanto em espaços internos ao Organon quanto em eventos públicos.

Os processos que envolveram o trabalho do núcleo junto às comunidades atingidas, para a equipe, tiveram forte papel de formação em metodologias e adaptações das mesmas para diferentes configurações. Ao mesmo tempo, trouxeram a possibilidade de ouvir diversas histórias, pontos de vista e análises sobre o desastre. As reflexões em nossos momentos de avaliação nos remetem ao quanto temos aprendido sobre a espera da hora de falar, a garantia do espaço de fala e principalmente sobre a escuta, que Rubem Alves (1999) chama “escutatória”.

Parafraseio o Alberto Caeiro: “Não é bastante ter ouvidos para se ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma.” Daí a dificuldade: a gente não aguenta ouvir o que o outro diz sem logo dar um palpite melhor, sem misturar o que ele diz com aquilo que a gente tem a dizer. Como se aquilo que ele diz não fosse digno de descansada consideração e precisasse ser complementado por aquilo que a gente tem a dizer, que é muito melhor. (p. 65).

Os intercâmbios de saberes vivenciados pela equipe do Organon, no contexto do desastre, nos alertam, constantemente, que construir conhecimento coletivamente é, para além de uma escolha, um permanente exercício de “escutatória”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H.; DO AMARAL MELLO, C. Campanello; BEZERRA, G. Das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- _____. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- ALVES, Rubem. **Escutatória. O amor que acende a lua**. Campinas: Editora Papirus, 1999. p. 65.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- BRASIL. **Estatuto das Universidades Brasileiras**. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. **Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?** 2012. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/ecadernos17/07.Coletivo-Bras.Pesq.DesigualdadeAmbiental.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- DE FARIA, Dóris Santos. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados. Campinas: **Cadernos pagu**, v. 5, p. 7-41, 2009.
- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. São Paulo: **InterfaceEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 3, n. 1, 2011.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009. 439 p.
- MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2016.
- ORGANON (Org.). **Sobre o Núcleo**. 2018. Disponível em: <<http://organon.ufes.br/nucleo/>>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- PIDNER, Flora. **Diálogos entre Ciência e Saberes Locais: dificuldades e perspectivas**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Programa de Pósgraduação em Geografia, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, ano VIII, v. 8, n. 16, p. 41-55, 2006.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Manifesto da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, 2007.

SOUZA, N. A.; AVELAR, R.; CARDOSO, I. M.; DORNELAS, R. S.; MELGAÇO, L.; AMÂNCIO, C. As oficinas de sistematização: espaços de sentir, pensar e transformar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 1., 2017, Brasília. **Relato de experiência técnica**. Brasília: Associação Brasileira de Agroecologia, 2017. p. 1-6.

SUÁREZ-KRABBE, Julia. En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 14, p. 183-204, 2011.

Trabalho e Memória como Categorias de Reconstrução

Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana –
Rio Doce na UFOP

Carolina Saraiva
Margareth Diniz
Iaísa Magalhães

A TRAGÉDIA MARIANA – RIO DOCE

O dia 5 de novembro de 2015 ficou marcado pelo grande desastre socioambiental causado pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, em Fundão/MG. Este acontecimento provocou sérias consequências para as populações de distritos de Mariana, especialmente em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, Barra Longa, dentre outras localidades ao longo da bacia do Rio Doce.

Este acontecimento resultou em muitas pessoas desabrigadas, diversos problemas de ordem social, emocional, econômica e a desterritorialização que, consequentemente precisavam ser solucionados e/ou amenizados. Surgiram, assim, várias pessoas da região e do país mostrando imediato espírito colaborativo se mobilizando para apoiar os(as) moradores(as) atingidos(as).

Segundo o jornal *Estado de Minas* (2015a), “tão logo a população de Mariana, na Região Central, soube da tragédia ocorrida no distrito de Bento Rodrigues, uma rede de solidariedade começou a ser armada na cidade para amparar as famílias atingidas pelo soterramento da Barragem do Fundão. De imediato, a Prefeitura passou a receber doativos, principalmente roupas”. Esta rede de solidariedade foi aumentando em grandes proporções e, de acordo com a Secretaria de Ação Social, em dezembro de 2015, somente em Mariana, seis galpões já estavam cheios de doações, com roupas de crianças e adultos, alimentos, itens de hi-

giene e de limpeza, brinquedos e, principalmente, água mineral (idem). Além disto, a reportagem ressalta a vinda de voluntários de diversas partes do país para ajudar vítimas da Barragem do Fundão.

As universidades também, inicialmente, foram um local de organização social para ajudar e arrecadar doação em prol dos atingidos. Na UFOP, algumas dessas ações foram desenvolvidas pelo então constituído “Comitê Voluntário de Apoio aos Atingidos Pelo Rompimento da Barragem de Fundão”, instituído no dia 10 de novembro de 2015, para congregar interessados(as) em articular e realizar ações de curto, médio e longo prazo. Na UFMG o movimento para auxiliar os atingidos foi organizado pelo programa “Participa UFMG”. Na UFES as ações foram organizadas pelo Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilização Social (Organon) e pela Rede UFES-Rio Doce, criada com este intuito.

Em paralelo à ajuda e colaboração inicial e emergencial à população atingida, muitas pesquisas e projetos de extensão sobre a temática passaram a ser desenvolvidos por pesquisadores de todo o Brasil. Considerando a proximidade territorial, a UFOP se aproximou da UFMG e, pelo fato da extensão da tragédia alcançar até o estado do Espírito Santo, nós nos aproximamos também da UFES. Para articular essas pesquisas e estabelecer uma rede de comunicação foi assinado um protocolo de intenções entre as três universidades criando o Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce¹.

Com o passar do tempo, esse Observatório foi se reconfigurando em cada instituição, assumindo outras modalidades. Na UFOP, esse movimento agregador de várias propostas se intitulou Rede UFOP. Na UFMG o programa continuou como o Participa UFMG e com o desdobramento no grupo de trabalho Mobiliza Rio Doce. Na UFES, atualmente, este movimento também permaneceu como Rede UFES – Rio Doce.

No início de 2016, as pesquisadoras Margareth Diniz e Carolina Saraiva, da UFOP, em parceria com as pesquisadoras Claudia Mayorga, da

¹ No dia 14 de setembro de 2016, o Protocolo de Intenções celebrado entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foi assinado. O processo nº 5081/2016. Objeto: “Estabelecimento do Observatório Interinstitucional Tragédia de Mariana – Rio Doce”. Foi assinado por Marcone Jamilson Freitas Souza (Reitor da UFOP), Jaime Arturo Ramírez (Reitor da UFMG) e Reinaldo Centoducatte (Reitor da UFES).

UFMG, e Cristiane Losekann, da UFES, escreveram um projeto intitulado “Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce” endereçado ao edital Capes/Fapemig 04/2016 “Tecnologias para a recuperação da bacia do Rio Doce”, sendo aprovado e iniciado no mesmo ano.

O objetivo deste artigo consiste em apresentar ao leitor o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce” na Universidade Federal de Ouro Preto, que contou com dois eixos: o Trabalho e a Memória. Os trabalhos foram desenvolvidos a partir de dois grupos de pesquisa: “Caleidoscópio”, grupo de pesquisa e extensão, vinculado ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais e do grupo de pesquisa “Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração”, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, que também atua na pesquisa e extensão, sob o viés dos estudos críticos organizacionais. Aqui, buscaremos relatar e analisar os dados parcialmente já coletados ao longo da nossa pesquisa, bem como analisar preliminarmente os impactos econômicos e sociais nas populações afetadas, visando mitigar os efeitos deletérios e buscar alternativas para a retomada da qualidade de vida das populações no novo contexto causado pelo desastre. A equipe da Universidade Federal de Ouro Preto atuou nos eixos perspectivas humanas e sociais e perspectivas materiais, econômicas e ambientais.

COMITÊ DE ARTICULAÇÃO PARA A AÇÃO VOLUNTÁRIA DA UFOP DE APOIO AOS ATINGIDOS

O Comitê Voluntário de Apoio aos Atingidos Pelo Rompimento da Barragem de Fundão promoveu uma série de reuniões nos *campus* ICSA, ICHS e Morro do Cruzeiro com ampla participação da comunidade da UFOP. Estas reuniões tiveram o intuito de captar relatos de experiências e participação no apoio aos atingidos, de informar sobre as ações do comitê e captar novos voluntários para auxiliar nas ações.

A partir de ponderações e propostas lançadas em reuniões, foram identificados seis eixos temáticos de atuação dos profissionais e discentes da UFOP, a saber:

Saúde – Atendimento e acompanhamento da saúde física e psíquica dos atingidos, verificando riscos nas práticas já ocorridas e de outras que, por ventura, tenham necessidade de se efetivarem.

Território, cultura e meio ambiente – A relação de pertencimento, as referências de constituição locais e pessoais, os impactos e possibilidades de reconstituição histórica, ambiental e estrutural são o norte para as propostas que visam recobrar da melhor forma possível, em condições dignas, o cotidiano das famílias atingidas.

Comunicação e mobilização – A coleta e disponibilização de informações consolidadas, bem como a congregação e novas iniciativas demandadas, são o que busca esta frente que se conforma como eixo articulador e disseminador.

Educação – A atuação nas instituições de ensino e as ações não formais de educação estabelecem frentes de análise e proposição de encaminhamento envolvendo os moradores das localidades envolvidas, estabelecendo campo fértil para o aprendizado.

Jurídico-econômico – As perdas pessoais e empresariais demandam a reestruturação de referências documentais, recomposição de estabelecimentos comerciais e orientação para negociações e decisões contratuais.

Trabalho – Estudo e proposição de ações de reconstrução das identidades dos sujeitos, por meio de alternativas de trabalho e emprego: trabalho digno, economia solidária, cooperativismo, gestão participativa, emprego e renda, projetos de geração de renda, qualificação e recolocação profissional, empreendedorismo, gestão empresarial e assessoria em gestão.

A divisão dos trabalhos em eixos temáticos teve o intuito de organizar as ações, envolvendo a comunidade acadêmica no amparo, na análise da situação e na proposição de soluções. Buscando identificar as pesquisas e trabalhos desenvolvidos na UFOP foi disponibilizado um formulário *on-line* para cadastro de propostas de ações e projetos. Após várias críticas às chamadas ações voluntárias, a pró-reitoria de extensão

– PROEX formalizou o apoio institucional legitimando as ações do grupo, nomeado como Comitê de Mobilização das Ações, sendo registradas à época, vinte e quatro propostas. Também realizamos mesas redondas e seminários².

Através deste Comitê de Mobilização, foram estabelecidas conversas com as universidades Federal de Minas Gerais e Federal do Espírito Santo, quando do lançamento do citado edital da agência de fomento

² No dia 19 de novembro de 2015, aconteceu uma mesa técnica de esclarecimento no Encontro de Saberes com a participação dos professores Ernani Mota – DEMIN/EM/UFOP, Hubert Mathias Peter Roeser – DEAMB/ProAmb/UFOP, e Margareth Diniz – Questões psíquicas, mediada pelo Professor Marco Torres – DEEDU. Os(as) especialistas tiveram um espaço para exposição individual sobre o desastre ocorrido e posteriormente o espaço da mesa foi aberto para colocação de dúvidas e questões dos demais participantes, observando-se a importância e necessidade de continuar a organização de conversas e mesas interdisciplinares.

No dia 2 de março, ocorreu a VI Edição de evento do Projeto “Sou Mais Juventude: Universidade, Juventudes e mobilização social”, no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, em Mariana. Este evento contou com a participação de diversos pesquisadores da UFOP, dentre eles a Profa. Carolina Saraiva, que estavam desenvolvendo projetos sobre o tema na região de Mariana. O intuito foi ampliar as discussões sobre o tema no meio acadêmico, bem como mobilizar a comunidade para atuação junto aos atingidos.

No dia 4 de março de 2016, ocorreu outra mesa-redonda no Auditório do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, ICEB, com a apresentação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) pelos seus dois integrantes, o relato do Sr. Sérgio (atingido) sobre os acometimentos físicos e psíquicos, e conflitos domésticos que estavam atingindo a população da região após o rompimento da barragem, como: problemas respiratórios, infarto e AVC, casos de depressão, alcoolismo e problemas conjugais (separação), bem como as necessidades dos habitantes de Barra Longa.

O 34º Encontro Anual Helena Antipoff foi realizado no período de 6 a 8 de abril de 2016, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), localizado na cidade de Mariana, MG. O evento abrangeu também o 14º Encontro Interinstitucional de História da Psicologia, que reuniu número expressivo de pesquisadores da história dessa ciência e profissão, da qual Helena Antipoff foi uma das pioneiras no Brasil. “Psicologia, educação e o debate ambiental – retomando a perspectiva ecológica de Helena Antipoff” foi o tema escolhido para essa edição, por motivo de reflexões da equipe sobre o desastre sócio ambiental ocorrido próximo a Mariana em outubro passado, devido a rompimento de barragem de rejeitos de mineração. Helena Antipoff, já nos anos de 1950 chamava a atenção dos educadores, psicólogos e intelectuais para responsabilidade das pessoas para com a proteção do meio ambiente em que vivemos e com a sustentabilidade de nossas ações em relação ao habitat natural e cultural, visando sua integridade para as futuras gerações.

FAPEMIG e um dos resultados desta aproximação foi o estabelecimento da parceria institucional na atuação conjunta das três universidades.

Além da pesquisa “Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce” a parceria teve como desdobramento a assinatura de um protocolo de intenções, assinado em 14 de setembro de 2016, pelos reitores das universidades em questão. Tal protocolo tem por objetivo estreitar a cooperação interinstitucional através de propostas de ensino, extensão e pesquisa relacionadas às consequências do rompimento da barragem de Fundão, visando o desenvolvimento de alternativas para a reconstrução e recuperação da Bacia do Rio Doce.

A partir de uma parceria estabelecida entre a UFOP e a Fundação Renova em julho de 2017, em função do aceite em concorrer aos editais de financiamento desta instituição, há uma desvinculação da equipe da presente pesquisa da equipe da denominada Rede UFOP. Assim, na UFOP, as ações institucionais relativas ao protocolo de intenções passam a ser articuladas pela Rede UFOP, congregando os interesses da Administração Central sobre o tema da queda da barragem de Fundão³.

DO OBSERVATÓRIO GERAL À PESQUISA INTITULADA “OBSERVATÓRIO INTERINSTITUCIONAL DA TRAGÉDIA MARIANA – RIO DOCE”

A pesquisa propõe a constituição do Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce para desenvolver e sistematizar estudos e

³ A Fundação Renova, por meio da Gerência Geral de Suprimentos, convidou diversas empresas e instituições, incluindo a UFOP, para participar do processo de concorrência RFP 4200002150 – Serviços para o Programa de Proteção Social aos grupos impactados na área abrangida pelo rompimento da barragem do Fundão. As professoras responsáveis pela pesquisa do Observatório Interinstitucional da Tragédia Mariana – Rio Doce, na UFOP, posicionaram-se perante a comunidade por meio de uma nota que esclareceu a não vinculação da pesquisa com a Fundação Renova: “Informamos a todos e todas que nunca recebemos e não receberemos nenhum recurso da Renova e suas empresas correlatas para execução de nenhum dos projetos propostos pela pesquisa, bem como não autorizamos o uso dos dados e/ou produtos decorrentes dessa pesquisa aprovada por este edital”. Esta nota foi amplamente divulgada na UFOP, no jornal A Sirene, enviada para a Comissão dos Atingidos, para a Cáritas, para o Ministério Público e para a Arquidiocese de Mariana.

intervenções realizados em interação com a população atingida, diminuindo a dispersão de estudos sobre a região e disponibilizando informações e conhecimentos para a população, políticas públicas, pesquisadores(as) e outras instituições, e envolve a UFOP, a UFMG e a UFES. A articulação entre as IFES se justifica pela sua proximidade com a região envolvida, pelo acúmulo em diversas áreas do conhecimento de produções técnicas e científicas sobre a região – por meio dos PPGS e centros, núcleos e laboratórios de pesquisa e extensão.

Aprovada pelo edital Capes/FAPEMIG, 04/2016, (APQ-01047-16), “Tecnologias para a recuperação da bacia do Rio Doce” orienta-se pelos princípios de união, transparência e trabalho direto com e sobre a população e região atingida, valendo-se da pesquisa-ação como estratégia metodológica, que possui fundamentos comuns com as tecnologias sociais e possibilita a produção do conhecimento de forma crítica e reflexiva, atenta às relações de poder e reprodução de formas de dominação (MENDES et al., 2015).

Na primeira etapa, que vem sendo realizada desde novembro de 2016, as três universidades estão desenvolvendo mapeamentos de produções, relatórios, laudos, reportagens e atas de reuniões realizados sobre a região; levantamento de grupos de pesquisa e extensão que potencialmente possam colaborar com pesquisas (financiadas por editais, solicitadas por órgãos públicos); levantamento de associações e grupos locais organizados.

Abaixo segue detalhamento das atividades que foram e estão sendo desenvolvidas pela equipe UFOP do Observatório.

- Participamos do Encontro de Saberes 2016 realizado no Centro de Convenções, Ouro Preto-MG, nos dias 22 e 23 de novembro de 2016, contando com 2 espaços para o Observatório, sendo a exposição de um painel com o objetivo de apresentar o projeto do Observatório e o Protocolo de Intenções. Assim como uma bancada, semelhante a um pequeno stand, onde foi possível a divulgação do Observatório para a comunidade acadêmica, disponibilizando informativos, folder etc.;
- Participamos da Conferência Internacional Sul-Americana: Territorialidades e Humanidades na UFMG, 4 a 7 de outubro de 2016 através do painel intitulado “Observatório institucional Mariana – Rio Doce: construção de redes para enfrentamento do desastre”;

- Iniciamos as atividades do projeto de formação de livreiros no ICHS;
- Desenvolvemos visitas das crianças atingidas à biblioteca do ICHS para realizar as atividades junto com a professora responsável por elas;
- Iniciamos a aplicação de instrumentos de coleta para mapeamento de atividades de trabalho e renda desenvolvidas pela população, com foco nos impactos causados pela tragédia e nas estratégias de reorganização em andamento;
- Participamos de eventos científicos tais como IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais e IX SEGOC UFES;
- Participamos da mesa redonda “Nem mais um minuto de silêncio: debates sobre o desastre da Samarco”, promovida pelo CEFET-MG.

Com o intuito de manter um contato próximo e criar vínculos com a comunidade dos atingidos de Mariana, membros da equipe participaram das reuniões semanais da Comissão dos Atingidos de Mariana e das reuniões dos Grupos de Base (Grupos de trabalho), com a permissão da referida Comissão.

Em tais reuniões eram discutidos assuntos de interesse da comunidade atingida, como a comunicação com a Fundação Renova, pedidos de realização de pesquisa e aprovação de seus instrumentos, o Cadastro dos atingidos, divulgação das audiências e assembleias, aprovação de produções de mídia, dentre outros assuntos.

Outro envolvimento com os atingidos foi estabelecido por meio da participação de nossa equipe no curso de “Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais” (DHESCA), que aconteceu entre julho e outubro de 2017, marcados por quatro encontros. Tal curso foi uma iniciativa da Cáritas em parceria com um grupo de teóricos e especialistas das áreas em estudo pertencentes à organização Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (ADAI). O curso era destinado à população atingida pelo rompimento da barragem de Fundão e teve como objetivo central ensinar e expor os atingidos ao entendimento dos direitos que lhe competem e que estão sendo retirados, assim como, para que possam se reconhecer na posição de atingido e reivindicarem seus direitos.

As dinâmicas e atividades durante o curso foram de muito debate e participação dos atingidos. Em uma delas cada pessoa deveria pegar uma semente em alusão a algo que queriam que fosse realizado. Interes-

sante ressaltar que, nesse momento, cada um pediu coisas em um pensamento coletivo, como a retomada de todos os direitos que estão sendo retirados, que as coisas que todos perderam fossem ressarcidas, pediram por justiça, por um futuro para as crianças, por direito à informação.

Outros *locus* de participação da equipe de pesquisa foram nas audiências públicas, assembleias, eventos, rodas de conversa e reuniões abertas ao público, que tratavam de assuntos relacionados aos atingidos.

Em visita a Bento Rodrigues, guiada pelo Pedro, atingido e morador, a equipe da UFOP pode ter a experiência, mesmo que parcialmente, da extensão dos estragos. Essa visita foi muito importante para vivenciar um pouco do que aconteceu, e, por meio das histórias contadas pelo Pedro, foi possível entender o que foi vivido antes, durante e após a tragédia, motivando-nos ainda mais a continuar neste caminho e levar as vozes dos moradores para todos os cantos do Brasil por meio de nossas pesquisas.

Durante a viagem, passamos pelo local onde está prevista a construção do reassentamento do Bento. Pedro foi contando as histórias passadas de Bento e fatos ocorridos durante toda essa fase em que estão vivendo de luta e resistência. Ao chegarmos ao local onde ficava uma pousada, ele se emocionou relatando sobre as ações que tiveram que fazer para salvar a vida das pessoas e dos animais da localidade e quão assediadora foi a mídia naquele momento de fraqueza emocional que estavam passando. Seguindo viagem, observamos a paisagem e a vegetação e percebemos o quão afetado foi o meio ambiente. Mesmo após 2 anos da queda da barragem, ainda se via o traço de destruição causado pela lama e a diferença em relação à vegetação não afetada.

Logo na entrada de Bento Rodrigues vimos casas totalmente destruídas ao lado do dique S4. Na parte mais alta de Bento, a lama não afetou a estrutura das casas, porém as casas foram totalmente saqueadas, com telhado, janelas e portas retirados. Lá encontramos a “Casa dos Loucos por Bento”, em que um grupo de atingidos reúne-se frequentemente, dormem, passam finais de semana, comemoram algumas datas especiais. Ali, eles mantêm a tradição do encontro, do bate-papo, reforçam suas culturas, marcando assim movimentos de resistências e lutas.

Outro ponto marcante foi o Ginásio de Esportes de Bento, onde são alocados os objetos pessoais que marcaram as vidas das pessoas e que foram encontrados no meio do rejeito. “Na época, eles falaram que iriam fazer a ilha da memória. Só que ainda não foi para frente, não”, relata

Pedro morador de Bento Rodrigues. “E eu falei com pessoal, o que é meu não vale nada, mas o que eu tiver certeza que é meu, eu quero guardar só para lembrar (...) mamadeira... o carrinho que está aqui, o facão, esse coxinho que está lá, foi só o que eu achei.”

Ainda em Bento, perto do bar do Barbosa, em um ângulo de 360 graus visualiza-se um cenário de total destruição. Seguindo o trajeto, chegamos ao ponto final acessível perto da Capela de São Bento, que estava toda coberta. A igreja teve sua estrutura bastante afetada pela destruição da lama, porém ainda se mantém em pé.

Uma outra intervenção realizada pela equipe da UFOP foi a parceria com o jornal *A Sirene*. Tal se deu através da proposição de pautas e realização das mesmas em edições ao longo de 2017. O foco era Trabalho e Memória, buscando relatar como era o trabalho dos atingidos antes do rompimento da barragem, auxiliando no resgate e conservação da memória desses modos de convivência e geração de renda. As reportagens foram intituladas “Saberes de Família” e “Seguindo em Frente”, realizadas com famílias atingidas que tinham empreendimentos no local e pessoas que tiveram os ofícios passados de geração para geração.

Realizamos uma visita à Barra Longa-MG, cidade que também foi fortemente afetada pelo rompimento da barragem. Diferentemente de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e de Cima, a população de Barra Longa continuou residindo na cidade sofrendo outros reflexos na vida das pessoas que estão convivendo diretamente com as intervenções da empresa no local.

Além de visualizar como as pessoas estavam vivendo com essas mudanças e os reflexos da tragédia, nessa visita tínhamos o objetivo de estabelecer um primeiro contato com a população, explicando a nossa proposta de pesquisa, e avaliar a possibilidade de participação da mesma no projeto.

Em 18 de dezembro de 2017, organizamos uma mesa-redonda intitulada “Desastre Tecnológico: histórias, lutas e resistências”. Essa mesa foi um momento importante em que unimos participantes que possuíam diversos saberes sobre a tragédia com um intuito de debater de forma ampla sobre a temática.

Estiveram presentes na composição da mesa: Manoel Marcos Muniz, morador de Bento Rodrigues; Gladston Figueiredo, coordenador Operacional da Cáritas; Rafael, editor do jornal *A Sirene*; o professor dr.

Rodrigo Bianchi, do Departamento de Física da UFOP; e o professor dr. Bruno Senna, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Uma análise conclusiva da mesa aponta para a importância de operar com a memória e a história vivida e narrada visando a elaboração do acontecimento. Ao projetarmos as fotos tiradas pelo Guilherme na visita à Bento Rodrigues, Marcos, o morador, ia revivendo toda a sua história e de seu povo.

METODOLOGIA

Para as nossas inserções em campo e contato próximo com a comunidade atingida, valemo-nos de um conjunto de metodologias qualitativas do tipo intervencionista e dialética. Tais metodologias se desenvolveram no período de abril de 2016 a abril de 2018, incluindo visitas a campo, conversações com atingidos, participação das reuniões da Comissão dos Atingidos, participação em audiências públicas, visitas aos locais atingidos e participação em eventos culturais promovidos pelos e/ou para os atingidos. A pesquisa-intervenção requer dos/das pesquisadores(as) uma atitude implicada. Na UFOP estamos em contato permanente com os(as) atingidos(as) por meio de participação, desde meados de 2016, nas reuniões da Comissão dos Atingidos de Mariana-MG, participação da Comissão da OAB-Mariana instituída para tratar dos temas relativos às consequências da queda da Barragem, parcerias com a Cáritas (assessoria dos atingidos em Mariana), parcerias com a equipe editorial do jornal *A Sirene*, participação em audiências públicas, parceria com o CRAS-Colina, em cursos oferecidos aos atingidos e reuniões de conversação com mulheres-professoras e seus/suas alunos(as), que têm acontecido de forma esporádica, em movimento de aproximação/afastamento das questões relacionadas à tragédia. As ações de pesquisa-intervenção foram desenvolvidas por meio da inserção da equipe da pesquisa nos diversos ambientes descritos acima, em que pudemos compreender, pela perspectiva dos/das atingidos(as), como e quais atividades relativas ao trabalho foram impactadas pela queda da barragem, quais foram reestabelecidas e quais ocupações surgiram após a queda da barragem. Além disso, pudemos compreender a questão do trabalho e geração de renda nas negociações

infindáveis com a Fundação Renova, estabelecidas pelos(as) atingidos(as) e Assessoria Técnica. Ressaltamos que os nomes de pessoas utilizados nesse artigo foram trocados por questões de ética e preservação da imagem. Destacamos como objetivo dessas reuniões e conversações que têm sido realizadas, a possibilidade de reconstrução de novas identidades e subjetividades após tragédia, por meio de narrativas que visam destacar duas categorias centrais: memória e trabalho, com recorte nas questões de gênero. Usamos para registro o caderno de campo. E ainda aplicamos um questionário e elaboramos um roteiro de entrevista semiestruturada. Ressalta-se que para o procedimento dessa etapa também tivemos a anuência da Comissão dos(as) Atingidos(as).

A ação de campo relativa ao tema do trabalho foi o desenvolvimento de instrumento de coleta de dados estruturado para a compreensão do perfil profissiográfico dos/das atingidos(as) pela queda da barragem. Esse questionário foi apresentado à comissão dos atingidos e à Cáritas, para a devida aprovação e continuidade da pesquisa. Posteriormente, o instrumento de coleta e demais documentos foram submetidos à aprovação do conselho de ética da Universidade Federal de Ouro Preto, que foi analisado e aprovado no dia doze de janeiro de 2018. Nessa etapa, contamos com a atuação de mais de vinte bolsistas e voluntários(as), que foram treinados(as) para aplicação do questionário e orientados(as) a realizar uma imersão de campo com sensibilização e respeito para com os/as entrevistados(as). Como estratégia de aplicação dos questionários, optamos em ir ao encontro dos/das atingidos(as) nos locais que normalmente frequentam: comissão dos/das atingidos(as) (ponto fixo); reunião da comissão dos/das atingidos(as); curso oferecido pela Cáritas; feira noturna; escola de Bento Rodrigues e escola de Paracatu; casas e moradias de pessoas atingidas.

Deparamo-nos com certa dificuldade na etapa de campo e aplicação dos questionários, pois observamos que após o rompimento da barragem os atingidos estão sendo procurados frequentemente por jornalistas, pesquisadores, produtores de filme, órgãos de poderes públicos, entre outros, que buscam relatar de alguma forma o ocorrido e o que está acontecendo até hoje. Sendo assim, eles têm sofrido uma saturação quanto às diversas formas de abordagem de conteúdo.

A perspectiva da dialética adotada no estudo alinha-se à explicitada por Salomon (2000). O autor afirma que o que distingue o conhecimento

dialético dos demais é a afirmação de três propriedades do conhecimento, quais sejam, (1) praticidade, que envolve a compreensão de que todo o conhecimento deve estar relacionado a uma práxis. Isso não significa que o conhecimento deva ser pragmático no sentido utilitarista, mas que deve ser comprometido com uma prática social transformadora; (2) socialidade, que significa que todo o conhecimento humano é social e que é nesta esfera que os sujeitos se fazem a si mesmos, estabelecendo-se relações ricas e complexas entre si; e (3) historicidade, ou seja, que todo o conhecimento humano é historicamente situado, uma vez que ele é adquirido e conquistado. “Ele não é imediato nem revelado, supõe um suporte referencial como ponto de partida e método para se conseguir realizar o processo de conhecer e atingir o resultado” (p. 54).

A importância de tal abordagem em nossa pesquisa deve-se à necessidade de realização de uma leitura crítica das informações extraídas. Tal também é defendido por Paulo Freire (1987) como sendo um método capaz de transformar uma postura alienada em consciência crítica. Assim, temos neste processo de pesquisa em questão o desenvolvimento orgânico da dialética em pesquisa-intervenção, havendo ações com e junto aos atingidos e criando bases para a transformação crítica da própria equipe de pesquisa. Nas palavras de Freire: “cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Viver ou encarnar esta constatação evidente, enquanto educador ou educadora, significa reconhecer nos outros o direito de dizer suas palavras” (p. 15).

ANÁLISES PRELIMINARES

As ações do “Observatório” na UFOP tiveram como objetivo analisar os processos formativos e de reconstrução de subjetividades dos atingidos da queda da barragem por meio das categorias “trabalho e memória”. Considerando as histórias de vida dos sujeitos atingidos pela tragédia Mariana – Rio Doce desenvolvemos as ações de pesquisa-intervenção atentas às percepções sobre as transformações na vida subjetiva (analisando as diferentes pertencas e os diferentes níveis de impacto do desastre por meio de narrativas e memórias) e profissional (analisando as atividades anteriores ao desastre e as novas possibilidades profissionais e de geração de renda) da população.

Entendemos por Trabalho um conjunto de ações produtivas capazes de promover a compreensão do homem sobre si mesmo e a sociedade em que ele vive. Trabalho na concepção de autodeterminação crítica do homem, desvelando as condições concretas e objetivas de realização de seu trabalho e de seus pares. O objetivo é resgatar a esfera estética (categoria sensível) do Trabalho, possibilitando uma visão crítica do mundo e criando bases para a construção de um novo agir sobre o mundo.

Para Prates (2014, p. 187), “não é possível pensar a possibilidade da emancipação humana sem conectá-la ao mundo do trabalho”, nota-se a capacidade de reconstrução e exercício de liberdade do ser por meio do trabalho. Isso foi identificado na maioria dos relatos que serão apresentados, em que as pessoas desejam voltar, ou recomeçar, às suas atividades produtivas entendendo que ainda é possível continuar o ofício que elas tanto gostavam, e que lhes foi tirado, retornando assim ao processo de emancipação humana.

Articular o próprio problema de pesquisa e a questão a ser investigada é o nosso desafio, de modo que o entrelaçamento entre o que está sendo investigado e o modo de investigar se coloquem como aspectos marcantes, tornando assim indissociáveis o processo e o produto da pesquisa. Dessa forma, como pesquisadoras, interrogamos o modelo de neutralidade científica e nos colocamos de forma implicada no fazer da ciência e na relação com os(as) atingidos(as), visando promover a autonomia e mudanças sociais e pessoais por meio da voz que estes sujeitos já possuem quando se apresentam como agentes sociais. Queremos construir um saber compartilhado acerca dos efeitos subjetivos, políticos, sociais, culturais e econômicos que tal acontecimento provocou em vidas, cujos corpos eram invisíveis, até a mídia, sensacionalista extrapolar os limites e fronteiras de pequenos municípios e distritos cujas origens remontam ao século XVIII. Nossa concepção é a de que na pesquisa/intervenção os atores passam a ser ao mesmo tempo sujeito e objeto de sua própria realidade. Mas aí também se encontra o desafio de que a população atingida se aproprie dessa concepção e de fato se coloque no lugar de atores, protagonizando seus desejos e anseios. Da nossa parte, não levamos saberes prontos e descontextualizados, suspendendo dessa forma, o poder conferido a nós por sermos acadêmicos(as), mestres e doutores(as), deixando em suspensão o que já sabemos de antemão, teoricamente, sobre as tais tecnologias sociais.

Percebemos a complexidade em se construir uma aproximação respeitosa e heterônoma com a população atingida, pois, há uma desconfiança de que a universidade, com seus saberes, promete, mas nem sempre cumpre o que prometeu, bem como superar a desconfiança em relação às políticas públicas, que geralmente os desamparam, ou mesmo na relação que se estabeleceu pós-tragédia com as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem. Atingidos por uma contingência que atravessou suas vidas e que os colocou em situação de vulnerabilidade, passaram a ser vistos como alvo de múltiplos olhares de pesquisadores(as), de disputas políticas e eleitoreiras, de situações de interesse econômico de grandes proporções, de desvio de verbas e criações de aparatos públicos e privados em nome da sua suposta qualidade de vida e melhoria de suas condições e até da própria população local que passou a vê-los como vilões ao “tirar emprego” da população e ao receberem, em troca das perdas incomensuráveis, um cartão para suas despesas básicas, tornando-os além de atingidos, segregados e humilhados. É a partir dessa leitura, que ambos os grupos de pesquisa vêm se constituindo em equipe nesse trabalho. Além de nós, professoras pesquisadoras e nossa bolsista de apoio técnico, chegamos a ter inscritos mais de vinte estudantes voluntários quando da aplicação dos questionários de perfil profissional (que serão analisados em trabalhos futuros).

Ainda que possamos relatar as reuniões de mobilização junto à população que participamos, as nossas idas às escolas para as quais foram encaminhadas as crianças e docentes atingidas, e mesmo aos locais atingidos, é complexo apontarmos resultados da nossa pesquisa-intervenção, podendo afirmar que o resultado do nosso trabalho são as próprias intervenções realizadas cotidianamente junto a essa população. Não é fácil apurar efeitos em pesquisas cujo foco é o cotidiano da população, ainda mais quando essa se vê diante de um acontecimento compulsório. A compreensão, percepção e análise de seus movimentos são muitas vezes imperceptíveis até para os(as) próprios(as) atores(as), e o enfrentamento de alguns dilemas pode suscitar outros dilemas a serem enfrentados. O que buscaremos aqui é destacar a emergência do nosso movimento enquanto pesquisadoras, buscando construir com a população atingida as ações de intervenção que apostamos poderem colaborar na reconstrução de suas subjetividades e sua relação com o trabalho, por meio de lembranças.

Nos seguintes subtópicos, trataremos das análises preliminares sobre os dois principais eixos da pesquisa, que consiste no trabalho e na memória.

O trabalho como categoria de (re)construção
de identidades: resultados parciais

Na coletiva de imprensa, que marcou o início das atividades que lembraram os dois anos do rompimento da barragem (4/11/2017), uma das moradoras (Joana, moradora de Paracatu de Cima) relatou: “Somos todos atingidos, todos sofremos com a lama”. A atingida citou que antes do crime ela era lavradora e agricultora familiar, e seu marido tirava e vendia leite. Além disso, falou da dificuldade que seu marido está tendo na produção de leite e a dela, que já não pode confiar na terra com o rejeito, causando problemas financeiros para ela e a família desde o rompimento. Na Feira Noturna, em Mariana-MG, o atingido senhor João (morador de Bento) disse que antes da tragédia ele tinha uma lojinha de biscoitos caseiros e artesanato em Bento Rodrigues, de onde saía toda sua renda. Porém, com a tragédia, tudo foi levado pelo rejeito, tanto a casa quanto toda sua mercadoria. Ele disse também que achou a Feira Noturna uma boa iniciativa, uma vez que é uma maneira dos atingidos continuarem tendo renda através do comércio e que a expectativa é que o movimento melhore a cada edição.

O projeto da Feira Noturna nasceu com o intuito de apoiar os atingidos e abriu as portas para a comunidade de Mariana em geral, com o objetivo de mitigar o preconceito que surgiu na região após a tragédia. É um evento oferecido pela Prefeitura para que os moradores da região, em especial os atingidos, possam vender seus próprios produtos como verduras, biscoitos, roscas, salgados, caldos, pastéis e até mesmo artesanato – panelas, panos de prato bordados, cachecóis entre outros. Na feira também encontramos um casal que possuía comércio em Bento Rodrigues há 35 anos, o nome era Inventando moda. Segundo eles, o nome era uma referência aos produtos que ofereciam, já que vendiam um pouco de tudo, desde artesanato, comidas, temperos, brinquedos.

Lúcia, uma pessoa muito conhecida por todos os atingidos, possuía um comércio familiar de longa data. Passado por gerações e de grande

impacto cultural em Bento Rodrigues, seu empreendimento se chamava Bar da Lúcia. O pai da moradora comprou o prédio há 60 anos e o comércio perdurou até o rompimento da barragem. Era muito frequentado, recebia desde tropeiros, população de Bento Rodrigues, trabalhadores da mineração na região e até motoqueiros que faziam trilhas no local. Dessa forma, entrelaçam memória e trabalho, pois, o Bar da Lúcia, na comunidade de Bento Rodrigues, foi estabelecido a partir de saberes compartilhados em família. O bar era muito bem localizado, próximo à praça da Igreja de São Bento e funcionava durante todos os dias da semana. Lúcia nos conta orgulhosamente que “as pessoas costumavam dizer que, quando o bar ficava fechado, a praça não era a mesma”.

Lúcia relata que antes dos anos 2000 o bar vendia um pouco de tudo. Infelizmente, tinha temporadas em que o comércio não vendia o suficiente para manter a família, com isso o pai procurava outros serviços para complementar a renda. Assim, Lúcia sugeriu que o pai expandisse os negócios: “Falei pro pai instalar um fogão à lenha. Começamos a servir comida para as pessoas. Quem comia lá, geralmente, eram os trabalhadores das mineradoras”. Lúcia perdeu tudo com a tragédia e relata que o recomeço foi bem difícil: “Recebi doações de alimentos ainda quando estava no hotel. Fui para a cozinha e comecei a fazer as coxinhas para vender. Hoje tenho uma banca na Feira Noturna e na feirinha de sábado”. Hoje, Lúcia nomeia o seu trabalho como “empreendedora individual”, produz alimentos, principalmente coxinhas e doces para vender. Tem conseguido crescer, muito pela divulgação boca a boca e a qualidade de seus produtos.

O trabalho e o resgate do que sabiam fazer manifestam-se como uma fonte de construção de subjetividade constante, uma vez que possibilitam a relação das pessoas com o meio, atribuindo significado do sentido da vida e da existência (ROHN; LOPES, 2015).

Numa conversa com dona Alaíza, atualmente dona de casa e moradora de Paracatu, sobre o relacionamento com os vizinhos, ela mencionou que raramente encontra com os “vizinhos”, já que na percepção dela vizinhos são somente os que ela possuía em Paracatu. Além dessa associação, ela menciona que não gosta muito de sair de casa porque sofre, constantemente, preconceitos. Com isso percebemos a grande perda do convívio social que tais pessoas tiveram e as vivências que elas têm que enfrentar no seu dia a dia no novo local em que estão morando.

Os autores Rohn e Lopes (2015) atribuem parte desse convívio social e grupal ao trabalho. Segundo eles, o trabalho é tido como um estado essencial para os seres humanos. Já que é através do trabalho que o Homem constrói a sua realidade, atribui o seu significado como ser, atua em papéis perante a sociedade e se relaciona com a natureza e com outras pessoas inserindo em grupos.

De acordo com Maria (professora atingida de Paracatu de Baixo), o trabalho é visto como uma forma de seguir em frente diante das dificuldades encontradas após a tragédia, como podemos ver em seu relato:

[...] acreditamos que a força do trabalho nos permitirá enfrentar esses dias de incertezas. Muitos continuam na lida do dia a dia, nas mais variadas atividades profissionais. Buscamos viver com dignidade demonstrando grande potencial para produzir em meio a tantas adversidades. A ação nos possibilita seguir em frente. Nossos esforços nos permitem sonhar.

Freire (1987, s.p.) expõe que “somente na medida em que os homens criam o seu mundo, que é mundo humano, e o criam com seu trabalho transformador – se realizam. A realização dos homens, enquanto homens, está, pois, na realização deste mundo”. Nesse sentido, a realização pessoal vem também do trabalho, e que esse trabalho transforma e cria o mundo. Entretanto, o referido autor chama a atenção que o trabalho no modo capitalista deixou de ser uma realização e criou-se a submissão, passando a ser uma mercadoria, como mostrado nas palavras do autor:

Desta maneira, se seu estar no mundo do trabalho é um estar em dependência total, em insegurança, em ameaça permanente, enquanto seu trabalho não lhe pertence, não podem realizar-se. O trabalho não livre deixa de ser um quefazer realizador de sua pessoa, para ser um meio eficaz de sua “reificação”. (idem)

Antes do rompimento da barragem, Helen, atingida de Bento Rodrigues, juntamente com mais dez funcionários, fabricava a geleia de Pimenta Biquinho na comunidade. Essa parceria formou a Associação dos Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues – AHOBERO. Após o rompimento, vieram as dificuldades em diversos âmbitos. A Associação preci-

sou parar a produção da geleia por cinco meses, de novembro de 2015 a março de 2016, já que os 1.500 pés de pimenta foram soterrados. Depois desse período, a associação conseguiu dar continuidade à produção em Mariana com mais nove associados, entretanto ela desabafa: “o que a gente mais quer é voltar a trabalhar do jeito que era lá, desde a plantação até o produto final”.

Débora relatou a sua história, que também utiliza o trabalho como forma de luta e resistência, assim como o meio de superar as dificuldades do dia a dia. Segundo ela, “lá no Bento eu já tinha minhas clientes. Chegou aqui em Mariana e ficou cada uma num lugar, daí eu fiquei desempregada e sem dinheiro pra comprar as coisas pra mim, aqui pra casa e pro meu filho. Aderi essa coisa de cabeleireiro a domicílio”. Ela diz que conseguiu recuperar os clientes que tinha no Bento e conquistou outros novos em Mariana, por meio de estratégias criadas por ela em suas redes sociais.

Em Bento Rodrigues, Júnia tinha uma lanchonete chamada Cantinho de Minas. Lá ela produzia salgados, pães, bolos e rosquinhas. Ela se lembra que o comércio “no início era um cômodo com espacinho para mesas, depois começou a crescer”. Além disso, lá em Bento, ela conciliava o serviço autônomo com outra ocupação em uma empresa terceirizada.

Nas comunidades pesquisadas é possível observar diversos ofícios que são repassados por várias gerações. Numa entrevista realizada com Verônica, atingida de Paracatu, percebe-se que o trabalho que ela realizava era diretamente relacionado com a terra. A família dela possuía uma plantação diversificada e farta em Paracatu, onde cultivavam milho, arroz, feijão, hortaliças, cana de açúcar e árvores frutíferas, como banana e laranja. Verônica relata que o pai ensinou-a e os seus irmãos a cuidarem das plantações desde pequenos. “Trabalhávamos na atividade desde crianças. Meu pai levava a gente para a roça e ficávamos debaixo de uma torda. Ali, aprendemos de tudo e fomos assumindo o compromisso de ajudar o máximo possível. A horta era conhecida na comunidade.” Após o falecimento do pai, eles continuaram com a atividade, mas, com a chegada da lama, a terra se tornou improdutiva, forçando-a a interromper as atividades, já que não tem mais o local para continuar o seu ofício. Atualmente, por meio do plantio de hortaliças em vasos, usando produtos totalmente naturais, ela tenta manter o contato com a

terra, ainda que o clima da cidade não seja muito bom para os vegetais e tendo o limite do espaço na moradia provisória.

Os/as atingidos(as), com os seus diferentes ofícios e profissões, tentam reconstruir a vida que lhes foi tirada, sendo o trabalho e o resgate de memórias, histórias e narrativas do passado, um dos meios dessa reconstrução e superação das dificuldades.

Observamos que alguns atingidos estão se virando de alguma forma, mesmo não tendo um trabalho formal, já outros estão sem nenhuma ocupação no seu dia a dia. Terkel (1972) por meio de sua pesquisa desenvolvida com inúmeros trabalhadores de várias profissões, constatou que, quando as pessoas são privadas de suas identidades profissionais (por causa de longos períodos de desemprego, por exemplo), elas têm sérias dificuldades em definir e descrever quem são. Na mesma linha, Ciulla (2001) ressalta que sem trabalho se perde também o sentido da noção de lazer.

A memória como categoria de (re)construção de identidades: resultados parciais

Pedro fala sobre a incapacidade de se acessar Bento e o cemitério. Relata que todos os seus antepassados estão sepultados lá, e que deseja que após a sua morte ele também seja. Diante disso, eles definiram uma proposta de criação de dois cemitérios: um em Bento velho e outro em novo Bento, pois as pessoas podem ter sentimentos positivos e negativos associados ao local e todas devem ter a opção de escolher qual a melhor para cada qual. “Eu, por exemplo, quando eu morrer, eu quero ir para lá [o antigo Bento].”

Outro ponto abordado por Pedro, que retrata o desejo de manter viva a memória da tragédia, é traduzido em sua fala:

Eu acho muito importante deixar as marcas da lama, lá dentro não precisa limpar, tirar aquilo de lá. Aqueles postes que marcam onde a lama chegou não podem ser tirados porque eles falam de fazer um memorial lá e isso tem que ser deixado lá para que o mundo inteiro saiba e lembre do que aconteceu em Bento Rodrigues [...] O que nos ajuda são as ruínas da igreja de Bento e o cemitério antigo. Então a água não pode atingir isso. Até mesmo para poder caminhar ali.

Pedro relata histórias vividas em Bento, histórias essas que perpassam as suas gerações e como ele deseja que elas se mantenham vivas:

[...] aquele ginásio tem o nome de Manoel Muniz, que foi dado em homenagem a meu pai. Por isso, eu tenho essa resistência toda por esse lugar. Para não deixar morrer Bento. E a rua onde eu morava é em homenagem ao meu avô, Raimundo Muniz, que era um contador de história aqui de Bento Rodrigues.

Já os encontros de Conversação com as mulheres-professoras têm sido delineados periodicamente, possibilitando a fala e análise concomitante das mesmas, balizadas pela Psicanálise, visando à produção de saberes acerca da subjetividade, do feminino e da docência na contemporaneidade, bem como trazendo à tona o acontecimento trágico que marcou as vidas de adultos e crianças e sua possível elaboração. Os resultados do trabalho podem ser apontados por meio das falas das participantes evidenciando que as mulheres-professoras retomaram suas vidas por meio do trabalho pedagógico com seus/suas alunos(as) e em torno de sua implicação no trabalho educativo. “Não queremos ficar presas ao que aconteceu... queremos o apoio de vocês para reorganizar a escola”, diz uma delas. Interessante notar que o acontecimento trágico não reiterou o discurso do mal-estar que comumente circula corpo e escola, bordeando os processos educativos por uma queixa insidiosa de impotência e insatisfação.

No caso em questão, as mulheres-professoras se organizaram em torno da produção: o que poderiam produzir junto às crianças e adolescentes que as retirassem de um sofrimento real? Reconstituir a escola e o trabalho docente foi um passo fundamental para que este coletivo de professoras se unissem em torno do significante educar. Teceram colchas de retalhos, com fragmentos da história local; escreveram as narrativas de seus alunos junto à organização de livros infantis; organizaram uma exposição que ficou em cartaz vários meses. Por meio do trabalho com maquetes reconstruíram o Bento dos seus sonhos e o teatro e o conto de histórias, e sua recriação têm amparado a subjetividade de adultos(as) e crianças após a tragédia.

A maioria das professoras dos anos iniciais da educação básica é casada, mãe e responsável pelos serviços de suas casas. Essas professoras trabalham em uma única escola, o que aponta uma característica

bastante peculiar nesse recorte, que é a associação da casa e da escola, dos filhos e dos alunos, do público e do privado que se misturam trazendo como efeito em ambas as partes um laço mais familiar entre as pessoas dentro da rotina escolar. Com uma concepção de sujeito dividido, partindo de uma ação orientada pela prática da Conversação com professoras, iniciamos pela interrogação sobre o que causa mal-estar no exercício da sua profissão. A pesquisa-intervenção busca a possibilidade de escutar a professora em um lugar diferenciado deslocando-as de sua onipotência. A fala da professora Dora sobre seu trabalho: “Esses são os problemas em ser mulher [risos], querer abraçar tudo [risos]”. A mulher existe e insiste enquanto professora, subjetiva e culturalmente. A mulher professora parece mais desprendida do “medo de perder”. Ela não se dá por satisfeita... Ela não cessa de querer ir... Um pouco mais, sempre. Dizendo da feminilidade, sobre essas características percebidas, pensamos no que Maria Rita Kehl (2008, p. 13) escreve: que a postura feminina é sempre mais ousada que a masculina. A mulher age como se nada tivesse a perder, talvez seu maior atrevimento diante da vida. O que percebemos é que embora elas sintam que perderam Bento e muitas representações ligadas ao lugar anterior, elas não estão paralisadas nessas memórias e, sim, projetando um possível futuro. Dora completa, quando questionada sobre sua rotina: “Dá vontade de desligar, né. Tem hora que dá vontade de sair pra bem longe e desligar. Ficar uns três meses fora. No alto do morro gritar bastante ‘Socorro’, mas logo passa e retomo o trabalho, pensando em novas ações... coisa de mulher”, diz ela. Dizer da mulher, querer saber dela, é um túnel no qual, certamente, nunca se vai chegar ao fim – pois ali não há luz, há enigma. Há pontos distintos e múltiplos que vão sendo inscritos no corpo dessas mulheres, por meio de suas narrativas e memórias, acerca do trabalho docente.

CONCLUSÃO: A CONSTITUIÇÃO DE SI E DO COLETIVO COMO ATINGIDOS

As ações do “Observatório” na UFOP têm caminhado no estreitamento das categorias Trabalho e Memória, como eixos para suporte na (re)construção identitária dos atingidos pela queda da barragem de Fundão. Essas pessoas, invisíveis antes da queda barragem, tornam-se foco da mídia

nacional e internacional, setores públicos e privados, bem como políticos, todos interessados na compreensão das consequências da queda da barragem na vida dessas pessoas, assim como um certo nível de autopromoção em cima da situação ocorrida. Fato é que os atingidos são constantemente classificados como vítimas (e que são em muitas instâncias mesmo). No entanto, o que percebemos em nossa pesquisa é a ressignificação do sentido de vítima para esses sujeitos. De passivos, tornam-se ativos; de expectadores, tornam-se protagonistas; de “massa de manobra”, constituem-se politicamente. Essa virada crítica lança os atingidos na arena da luta por seus direitos, sejam coletivos ou individuais.

Nossas ações de intervenção nos trouxeram elementos da constituição sociopolítica dos atingidos, através de sua organização na Comissão dos Atingidos, nos Grupos de Base, nas ações coletivas frente à Fundação Renova e empresa Samarco, na ocupação territorial de suas terras, com a persistência de realização das festas religiosas e rituais coletivos caros às populações atingidas, assim como a “Casa dos Loucos”. É essa luta de autoconstituição de Atingidos é que marca a história dessas pessoas. Elas se opuseram aos grandes grupos econômicos privados envolvidos, aos grupos sociais e mesmo às pressões locais e não aceitaram o rótulo de impactados ou “pés de lama” como são chamados de forma pejorativa em Mariana e região. Eles se reuniram em torno de uma causa que é de muitos, não de um só, que é o direito de serem reconhecidos como Atingidos, ou seja, aqueles que foram prejudicados direta e indiretamente pela queda da barragem de Fundão; aqueles que tiveram suas vidas transformadas pelo mar de rejeitos produzido pela empresa Samarco; aqueles que tiveram suas vidas e histórias pessoais e coletivas destruídas pela negligência corporativa. É essa metamorfose que encontramos em campo: de Impactado (aquele que teve “lama em seu quintal”) para Atingido (aquele que foi direta e indiretamente prejudicado pela queda da barragem de Fundão).

A pesquisa vem se dirigindo a essa população: como suporte para que as pessoas se vejam novamente como sujeitos que são e que podem reconstruir suas vidas transformando uma contingência em desejo e transformando suas demandas em ações políticas, de forma a buscarem soluções dignas perante as empresas que os atingiram.

Em sintonia com a história dos Atingidos, começamos a desenvolver ações de intervenção junto à Comissão dos Atingidos e o jornal *A Sire-*

ne, buscando associar as categorias Trabalho e Memória à criação de novas trilhas identitárias. Denominada “Memórias sobre o Trabalho”, essas iniciativas tiveram por objetivo contribuir para a ressignificação do atingido como agente político, protagonista de sua própria história. O trabalho como eixo tem a importância da rememoração dos sujeitos sobre si mesmos, de suas histórias de família, laços sociais e vínculos com o território, existentes antes da queda da barragem de Fundão. O trabalho enquanto categoria da vida produtiva é parte constituinte do sujeito e de sua formação cidadã. Rememorar as histórias de vida que perpassam pelo eixo do trabalho é trazer para o centro momentos da vida dos atingidos em que eles eram os protagonistas de suas histórias: eles trabalhavam, eles produziam, eles estabeleciam seus vínculos profissionais e afetivos etc. Eles escreviam suas histórias, não sendo conduzidos por outrem, como tem sido a condução de ações feitas PARA eles. A categoria da memória é entendida aqui como um fazer político, através da qual os sujeitos se reencontram e se empoderam, entendendo-se como agentes de suas vidas.

Além disso, a catalogação das histórias de trabalho e empreendimentos existentes nas localidades destruídas pela lama pode ser útil para balizar processos tais como o reassentamento e todos os demais relativos ao tema emprego e renda que vierem a ser oferecidos e/ou criados para os atingidos pela queda da barragem. O plano de reassentamento pode se beneficiar dessas histórias do trabalho à medida que elas revelam a distribuição dos espaços, utilização dos territórios, atividades produtivas existentes, assim como as dinâmicas sociais. Projetos relativos ao tema emprego e renda poderão ser estruturados de maneira customizada às demandas dos atingidos, seja na reconstrução de empreendimentos que existiam, seja na oferta de cursos, treinamentos e oficinas profissionalizantes nos temas demandados, assim como o suporte na definição de políticas públicas e/ou pleitos feitos às empresas responsáveis pela indenização de condições de reestruturação do que havia em termos produtivos, antes da queda da barragem.

Por fim, tratar o tema *Trabalho* associado à categoria *Memória* tem o potencial de construção de perspectivas de futuro para os atingidos, pautando a iminência de uma nova vida, com segurança, respeito e reconhecimento pessoal e social.

REFERÊNCIAS

- CIULLA, J. B. **The working life**: The promise and betrayal of modern work. New York: Crown Business, 2011.
- Estado de Minas. **População já inicia rede de solidariedade para ajudar vítimas de tragédia em Bento Rodrigues**. 2015a Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna_gerais,705079/populacao-ja-inicia-rede-de-solidariedade-para-ajudar-vitimas-de-trage.shtml. Acesso: 19 set. 2017.
- Estado de Minas. **Mariana vê avalanche de solidariedade após rompimento de barragem**. 2015b Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/14/interna_gerais,716909/marina-ve-avalanche-de-solidariedade-apos-rompimento-de-barragem.shtml. Acesso: 19 set. 2017.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. V. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KEHL, Maria Rita. **A mínima diferença**: masculino e feminino na cultura. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- MENDES, L. et al. Tecnologias Sociais, Biopolíticas e Biopoder: Reflexões Críticas. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 687-700, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 19 jan. 2018.
- PRATES, A.M.M.C. Uma reflexão sobre a emancipação humana pelo mundo do trabalho numa nova sociabilidade. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n.2, p. 186-203, jan./jun. 2014.
- ROHM, R.H.D.; LOPES, N.F. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica/El nuevo sentido del trabajo para el sujeto posmoderno: un abordaje crítico/The new meaning of labour for the post-modern subject: a critical approach. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 2, p. 332, 2015.
- SALOMON, D.V. **Maravilhosa Incerteza**: pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- TERKEL, S. **Working**. New York: Avon, 1972.

Metodologias participativas como estratégias de ensino e intervenção em contextos de desastres¹

Débora Diana Rosa

Leticia Cardoso Barreto

Claudia Mayorga

INTRODUÇÃO

O rompimento da barragem de Fundão de propriedade das mineradoras Samarco/Vale e BHP Billiton em Mariana, em novembro de 2015, considerado um dos maiores desastres/crimes², socioambientais do Brasil pela extensão e gravidade dos danos e pelo forte impacto psicossocial nas vidas dos milhares de atingidos e atingidas ao longo de toda a bacia do Rio Doce até o litoral da Bahia, provocou em nós vários questionamentos enquanto psicólogas comunitárias. Diante de tal contexto, como construir intervenções aliadas à luta e à reivindicação de direitos que ao mesmo tempo ajudassem as pessoas a elaborarem suas experiências com suas dores e suas perdas? Como construir formas de denúncia das

¹ Agradecemos apoios da FAPEMIG, CAPES e CNPQ às atividades desenvolvidas.

² Compreendemos que as nomeações dadas ao rompimento da barragem em Mariana expressam uma batalha no campo discursivo e também político. As empresas Samarco, Vale e BHP Billiton o consideram um “evento” causado acidentalmente. Grupos acadêmicos têm utilizado o termo “desastre tecnológico” (ZHOURI *et al.*, 2016), considerando que foi causado pela ação e negligência humana, já os atingidos e atingidas usam prioritariamente a expressão “crime” para se referir ao rompimento da barragem. Nesse sentido, usaremos nesse texto a expressão desastre-crime para nomear a tragédia em consonância com as formas como atingidos e academia tem nomeado o rompimento.

violações sofridas que possibilitassem contar outras narrativas contra hegemônicas sobre o desastre? E, como pensar processos de formação que a partir das lentes da psicologia comunitária pudessem construir ferramentas de intervenção social conectadas com a realidade visando sua transformação?

Mas, ao mesmo tempo, temos que advertir que não existe apenas uma causa, o que realmente temos é uma cadeia de causas que não começa na fissura da barragem, e sim no planejamento da construção e uso dele, no modelo de mineração, monitoramento, fiscalização. Na construção de um Estado que não luta pela defesa da biodiversidade, pessoas e histórias. Nos discursos sociais fazem da lembrança, esquecimento... (Trecho de diário de campo de estudante)

As autoras são psicólogas que atuam em Psicologia Comunitária há muitos anos e que têm almejado pensar teórica e praticamente sobre as possibilidades da disciplina e sua aplicação. Considerando a centralidade da área ao campo da Psicologia Social Latino-americana aliada a não percepção de muitas e muitos profissionais (como nós) de que sua atuação se insere neste campo, é necessário retomar e repensar a mesma como forma de reconhecer nossa prática e contribuir para o desenvolvimento do campo. Se a Psicologia Comunitária, da forma como é feita na América Latina, é vista como meio de pensar e intervir típico de Psicólogos e Psicólogas Sociais destes contextos (ÁLVARO; GARRIDO, 2006) por outro lado, a área assistiu, a partir dos anos 2000 uma redução de teorizações sobre e também da quantidade de psicólogas e psicólogos que se auto nomeiam comunitários. Esta questão se relaciona, no Brasil, ao fato de que as principais referências, seguem sendo materiais como o livro *Psicologia Social comunitária*, organizado por Regina Helena de Freitas Campos (1996), que data dos finais dos anos 1990 e em que muitas pessoas relacionam a prática comunitária à realizada em comunidades carentes e favelas, numa clara vinculação espacial. Assim, há muitas vezes dificuldade em reconhecer a prática como sendo do âmbito de psicologia comunitária o que, em grande medida, acarreta poucas discussões teóricas e metodológicas sobre o tema.

A partir dessas interpelações e inquietações, de ordem teórica e prática desenvolvemos a proposta de ministrar uma disciplina no curso de

Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, no segundo semestre de 2017, sob o título: “Psicologia Social e Problemas Contemporâneos: o desastre de Mariana”, cujo objetivo foi sensibilizar os alunos e alunas sobre a questão e também capacitar os mesmos para intervenções neste contexto específico e em outras situações de desastre, a partir de um olhar da Psicologia Comunitária. A ideia da disciplina, vinculada ao projeto do Observatório Interinstitucional Mariana – Rio Doce, era conjugar os debates atuais que temos feito em nossa prática profissional e acadêmica em torno do desastre de Mariana/MG e, paralelamente, refletir sobre as metodologias participativas e suas possibilidades no ensino e aprendizado na psicologia comunitária. O conteúdo programático da disciplina abarcou tanto referências sobre o desastre-crime como sobre Metodologias Participativas e Psicologia Comunitária. Optamos por métodos de ensino que ultrapassam o contexto de sala de aula ao favorecer o contato direto dos alunos e alunas com a situação de Mariana-MG, através de visitas a campo, encontro com população afetada e proposta de intervenção, rompendo com a dicotomia entre teoria e prática.

A proposta da disciplina se articula com nossa prática profissional, de atuação ligada ao contexto de Mariana-MG e a partir de reflexões que temos realizado sobre o campo da Psicologia Comunitária, no qual localizamos nossa práxis. Assim, neste artigo almejamos analisar como a proposta de ensino e intervenção desenvolvida durante a disciplina contribui para pensar o campo da Psicologia Comunitária em interface com situações de desastres. Ao apresentar uma proposta de prática e ensino no campo, visamos possibilitar o reconhecimento de formas atuais de pesquisa e intervenção no mesmo e também de reflexões sobre sua constituição na atualidade.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E AS PRÁTICAS ATUAIS

O surgimento da Psicologia Comunitária no contexto latino-americano se deu no chamado período de “Crise da Psicologia Social” que marcou o campo a partir dos anos 1950, ganhando força nos anos 1960 e 1970 (FERREIRA, 2010). Incluiu uma proposta de repensar a disciplina em termos teóricos, metodológicos e epistemológicos, mas também éticos e

políticos. Para Claudia Mayorga (2007), esta crise se produz num “ethos crítico” das diversas ciências sociais que passaram a problematizar as bases da ciência moderna e, na psicologia especialmente, seu caráter individualizante.

Na Psicologia Social e no seu caminho em direção a uma prática e uma produção de conhecimento cada vez mais marcada por processos de individuação (FARR, 1996, 2007) se refletia que a busca por se adequar a formas positivistas de fazer ciência e a incorporação de teorias e métodos únicos, que não se relacionassem aos contextos e realidades diversos, levou à consolidação de uma disciplina que não era capaz de responder aos problemas sociais nem de reduzir formas de desigualdade e de opressão (FREITAS, 2015).

Estas críticas ganham importante força nos contextos latino-americanos, muitos dos quais vivenciando situações de profunda desigualdade social e política, restrição de direitos imposta pelos regimes militares ditatoriais, uma realidade marcada por desemprego, miséria e opressão. Psicólogos e psicólogas começam então a afirmar que a busca por uma neutralidade no campo, na verdade respondia aos interesses das elites de controlar, categorizar e patologizar formas de conduta social que não se encaixavam dentro de determinados padrões normativos (BOCK, 2003).

Para romper com este cenário, fazia-se necessária a adoção de um novo tipo de compromisso social para com as classes menos favorecidas e mais oprimidas. Martin-Baró (1996) destaca que historicamente os psicólogos se dedicaram aos setores mais ricos e nas raízes pessoais dos problemas, tomando o contexto como natural, inquestionável, e sendo instrumento útil de reprodução do sistema. Propõe que a psicologia se volte para o saber que as pessoas possuem sobre si como indivíduos membros de uma sociedade, especialmente o conhecimento inserido na práxis cotidiana, muitas vezes implícito e ideologicamente naturalizado.

A proposta do compromisso social da Psicologia, por remeter a uma mudança que deveria abarcar a todas as áreas da mesma e por considerar que qualquer área que assim o fizesse seria “uma psicologia social” recebeu posteriormente profundas críticas. A crítica à noção de compromisso social abarca uma ideia de que Psicologia Social além de ser uma área específica, que não se confunde com uma postura dentro do campo da Psicologia, é uma área por natureza interdisciplinar e de interface com campos como a Sociologia e a Antropologia, não devendo ser vista

como especialidade exclusivamente da Psicologia (STRALEN, 2005). De toda forma, a ideia de transformação social e de um trabalho que focasse na redução das desigualdades marcaria a prática em psicologia social e comunitária que se construiria a partir dali. Longe de ser uma área neutra, a mesma é levada a assumir e dar centralidade a seus valores e propósitos de transformação (PRILLELTENSKY, 2008).

De acordo com Maritza Montero (2008), a Psicologia Social Comunitária tem como características:

[...] se ocupa de fenómenos psicosociales producidos en la relación con procesos de carácter comunitario, tomando en cuenta el contexto cultural y social en el cual surgen; concibe a la comunidad como ente dinámico compuesto por agentes activos, actores sociales relacionados constructores de la realidad en que viven; hace énfasis en las fortalezas y capacidades; no en las carencias y debilidades; toma en cuenta la relatividad cultural; incluye la diversidad; asume las relaciones entre las personas y el medio ambiente en que viven; tiene una orientación hacia el cambio social dirigido al desarrollo comunitario, a partir de una doble motivación: comunitaria y científica; incluye una orientación hacia el cambio personal en la interrelación entre individuos y comunidad; busca que la comunidad tenga el poder y el control sobre los procesos que la afectan; tiene una condición política en tanto supone formación de ciudadanía y fortalecimiento de la sociedad civil; la acción comunitaria fomenta la participación y se da mediante ella; es ciencia aplicada, produce intervenciones sociales; tiene un carácter predominantemente preventivo; a la vez, y por su carácter científico, produce reflexión, crítica y teoría. (p. 73)

Maritza Montero (idem) aponta que a Psicologia Social Comunitária, apesar de sua diversidade teórica e metodológica, congrega perspectivas que consideram que: o conhecimento é relacional e que é produzido por sujeito e investigador (aspectos epistemológico e ontológico) através de processos participativos (metodológicos) que possibilitam que o processo de transformação e de produção do conhecimento seja compartilhado (éticos) e que tenha como meta a transformação social da realidade que possibilite uma existência cidadã em que todos possam se fazer ouvir no espaço público (político).

Apesar da diversidade de nomenclaturas que a área recebe como Psicologia Comunitária, Psicologia Social Comunitária, Psicologia Social Crítica, Montero aponta que todas se incluem no que chama de paradigma da construção e da transformação crítica que embasam a construção de uma psicologia social latino-americana. Maria Cristina Ferreira analisa as configurações atuais das disciplinas nos contextos latino-americano, europeu e norte-americano, enfatizando que no primeiro predomina a Psicologia Social Crítica, que inclui abordagens como o socio-construcionismo, a psicologia marxista, o pós-modernismo e o feminismo. Marcada por uma postura crítica que questiona o conhecimento e o papel dos psicólogos e psicólogas na produção do mesmo paralelamente a um projeto de busca pelo bem estar e pela mudança social. Destaca, a partir de análise de artigos brasileiros da área, que a maior parte deles se identifica com os pressupostos teóricos e metodológicos da abordagem crítica, enfocando temas como a violência ou a exclusão e havendo predomínio de metodologias qualitativas (FERREIRA, 2010).

A Psicologia Social e a Psicologia Comunitária que se constroem a partir deste momento de crítica demandam que a revisão teórica ética e política seja acompanhada por uma revisão de métodos. Se a psicologia social estava focada no indivíduo e o tratava como objeto de estudo, demandava a necessidade de métodos que o percebessem como sujeito que não só é alvo das pesquisas e intervenções, mas que os produz. São sujeitos ativos, que conhecem seu contexto e sua realidade, e que participam de forma autônoma em todas as etapas dos processos atuando conjuntamente com as e os psicólogos em direção à transformação social. Essas metodologias são chamadas de participativas tendo como um de seus focos a construção conjunta e colaborativa das formas e possibilidades de intervir na realidade social.

Ao definir o que é a Psicologia Comunitária, Maritza Montero enfatiza que sua característica primordial é a inclusão do papel ativo da comunidade, sua participação como agente com voz, voto e veto. Aliando análise das relações de poder a esta participação ativa, almeja que as comunidades com as quais trabalha, que são ao mesmo tempo âmbito e sujeito da intervenção, se tornem autogestoras na solução de seus problemas. Ao considerar que psicólogos e membros das comunidades são ativos e produtores de conhecimento, reparte-se o poder e se possibilita que cada um possa participar e contribuir de seu lugar de conhecimento

e relação com a comunidade, sendo ambos responsáveis pela produção de conhecimento, mas também pela produção das mudanças. A área segue seis princípios básicos em relação ao método. O primeiro é o princípio científico de que o método segue o objeto, está inseparavelmente unido aos aspectos epistemológicos e ontológicos, de forma que para cada problema se determina um método. O segundo é que o caráter participativo do método se manifesta em sua implementação, na discussão e reflexão dos resultados apresentados e na tomada de decisões sobre seu uso. Terceiro: o caráter ativo do método, orientação dos métodos para as exigências e necessidades da comunidade. O quarto princípio remete ao caráter contínuo de sua aplicação, toda intervenção comunitária supõe uma aplicação metodológica que acompanha as ações e relações que se executam na comunidade. O quinto ao caráter heurístico do método que deve gerar modos sistemáticos de responder às características da situação. Por fim, o sexto princípio afirma o caráter contextualizado que se expressa na adaptação do método, das técnicas e procedimentos ao contexto específico, cultural e comunal (2008, p. 84).

Leidiane Lopes e Adriano Nascimento (2016) apontam, a partir de análise de trabalhos apresentados em encontros da ABRAPSO realizados nos anos 2000 que apesar da carência de sistematização e teorização sobre a prática na área, a mesma segue sendo marcada por uma vinculação entre intervenção e pesquisa, que se produz de forma crítica e participativa e que tem como meta a transformação da realidade, principalmente de territórios próximos, como favelas ou regiões das cidades. O saber é articulado com suas possibilidades de aplicação e os horizontes de transformação que oferece.

A perspectiva participativa implica em uma metodologia dialógica, dinâmica e transformadora em que os métodos seguem o processo de intervenção e que mudam à medida que transformam as comunidades de forma crítica, reflexiva e coletiva. Para a autora, se a metodologia deve seguir estes parâmetros no processo de intervenção, o mesmo deve ser feito em relação à formação das futuras psicólogas e psicólogos.

Assim, a participação e a articulação entre produção teórica e prática não deve ser ensinada apenas em termos teóricos, mas a teoria deve servir de instrumental que oferece ferramentas para que as e os estudantes sejam capazes de pensar em termos do “vocabulário da disciplina”. Para Montero (2008), este instrumental só terá sentido se for

articulado com a prática, com o contato como campo e com as reflexões que se originarem. Acredita que é na troca entre teoria e prática que é possível ensinar a horizontalidade e a relação intrínseca entre intervenção e produção de conhecimento, marcada pela reflexividade e tendo como horizonte constante de cada ação e proposta as possibilidades de produzir aprendizado. O próprio conteúdo e forma de se pensar a disciplina serão também construídos de maneira dialógica, dinâmica e transformadora em que professoras e alunas(os) são responsáveis por pensar as possibilidades de intervenção e mudança da realidade, sendo também profundamente modificados por esta.

PSICOLOGIA SOCIAL E PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS: O DESASTRE DE MARIANA

As contribuições teóricas e metodológicas da psicologia comunitária serviram de bases para pensarmos a proposta da disciplina “Psicologia social e problemas contemporâneos: o desastre de mariana”, que foi ofertada pelas três autoras no curso de graduação em Psicologia da UFMG, e cuja realização contabilizou 30 horas/aula e 2 créditos. Ocorreu entre agosto e setembro de 2017 por meio de encontros semanais de 4 horas, além das atividades de campo. Apesar de ter como foco principal os alunos e alunas do curso de psicologia, contou também com a participação de discentes de cursos diversos como Engenharia mecânica, ciências socioambientais e sociologia. A diversidade foi parte importante também do contato com o campo por parte dos alunos, havendo aqueles que tiveram informações somente pela mídia sobre o desastre, outros que tiveram contato com moradores de Mariana e também havia alunos integrantes de grupos de pesquisa e extensão que já haviam realizado atividades em Mariana.

Priorizamos o uso de metodologias participativas ao longo das aulas (ANSARA; DANTAS, 2010). As mesmas foram dialogadas, procurando potencializar as trocas entre os alunos e professoras, em todas as aulas os discentes foram convidados e sentar em círculo. As atividades em campo e o contato com moradores das comunidades atingidas contribuíram significativamente com o percurso formativo (teórico e metodológico) proposto.

Assim conjugamos debates teóricos, metodológicos e formas variadas de contato e reflexão sobre o campo. Considerando a importância de conhecerem de perto a realidade das comunidades atingidas em Mariana, bem como, os movimentos de luta e resistências que se articularam desde então, propusemos para a turma algumas possibilidades para entrarem em contato com atingidos e atingidas, grupos de pesquisa, universidades e movimentos sociais que atuam em Mariana e na Bacia do Rio Doce.

Já no primeiro dia da disciplina, dois atingidos, um da comunidade de Bento Rodrigues e outro de Ponte do Gama participaram da aula na UFMG, na oportunidade relataram sobre suas experiências com o rompimento de Fundão, desde o dia da tragédia, até as dificuldades vivenciadas nos processos de negociação para a reparação dos danos. Neste dia, foi possível observar como muitos pareciam não entender bem diversos pontos da fala dos atingidos, como sobre o Dique S4³ ou o cartão que recebem⁴, o que inclusive gerou algumas perguntas aos convidados. Contudo, ao final da aula, participantes já evidenciaram como aquela oportunidade foi rica para terem alguma dimensão do sofrimento e das violações de direitos humanos às quais os atingidos são submetidos.

Ainda, buscando maior aproximação entre os estudantes e as comunidades atingidas, organizamos no mês de setembro de 2017, duas visitas em campo, na comunidade de Bento Rodrigues. Uma dessas aconteceu no dia 24 de setembro, dia da festa de Nossa Senhora das

³ Segundo a Samarco o dique S4 é considerado uma obra emergencial em função do período chuvoso e teve sua construção autorizada pelo Decreto nº 500 do Governo de Minas Gerais. O S4 integra o sistema de retenção de sedimentos, composto pelos diques S1, S2 e S3, além das barragens Eixo 1 de Fundão e Nova Santarém. Para os atingidos de Bento Rodrigues o dique S4 representa a alagamento de uma área considerável da comunidade e encobrimento de cerca de 50 propriedades, além de não terem nenhuma garantia que a estrutura seja suficiente para a contenção de rejeitos que seguem descendo de Fundão em direção ao Rio Doce.

⁴ O cartão de auxílio financeiro mensal foi um direito emergencial conquistado pelos atingidos como forma de mitigar temporariamente a perda de seus postos de trabalho e renda provenientes das comunidades atingidas. Trata-se do valor de um salário mínimo acrescido de 20% por dependente. Somente tiveram direito ao cartão aqueles atingidos que conseguiram comprovar vínculo de trabalho, no entanto, uma série de trabalhadores(as) informais, especialmente as mulheres que faziam bicos e exerciam atividades agrícolas, não tiveram direito ao cartão.

Mercês, padroeira da comunidade; uma das professoras acompanhou alguns alunos e alunas nesse dia. Um dos atingidos que participou do primeiro dia de aula na UFMG também esteve presente e serviu de guia, acompanhou-nos durante a caminhada pelo distrito em ruínas e contou aos discentes quem morava em cada casa, levou-nos até sua casa, que hoje está embaixo da água devido a construção do Dique S4 que alagou parte de Bento Rodrigues e cobre os escombros deixados pela tragédia. Nesse dia, foi possível acompanhar parte da celebração da missa na capela de Nossa Senhora das Mercês, que não foi destruída por ficar em uma parte alta da comunidade. Muitos moradores e moradoras estavam nesse dia, as ruas estavam enfeitadas, teve banda de música e procissão. Com esta visita, objetivamos que os alunos pudessem ter acesso não só às imagens de dor causadas pela tragédia, mas que percebessem também que os próprios moradores têm empreendido ações no sentido de ressignificar as dores e construir novas narrativas para o desastre-crime. Posteriormente, os que estiveram presentes relataram a importância de conhecer as formas como as comunidades têm empreendido movimentos de auto-organização e de luta em defesa de seus territórios, mesmo que destruídos, ainda é ali o lugar que chamam de casa.

A outra visita em campo, com outra parte da turma, aconteceu no dia 26 de setembro de 2017. Neste dia, acompanhados de um atingido de Bento Rodrigues, fomos até a comunidade. O acesso à área ainda é considerado de risco, e em dias que não tem festividades só é possível entrar com a presença de algum atingido. No caminho para Bento, paramos no terreno da Lavoura, local onde serão reassentados os moradores. Nesse momento, o atingido que estava conosco aproveitou para contar sobre o processo de reassentamento, enfatizando as formas e estratégias que as empresas vêm utilizando para manipular o tempo, uma vez que os atingidos e atingidas estão cansados e querem suas casas de volta, para impor um projeto de reassentamento sem construção coletiva e participação efetiva da comunidade.

Após esta pausa, seguimos para Bento Rodrigues. Os alunos e alunas, ficaram impactados com a construção do dique, pois, boa parte do cenário da destruição agora está encoberto, a vegetação também está alta no local e muitos lugares não se veem mais as ruínas. O atingido que estava conosco, contou um pouco da história do Bento, como foi a chegada da lama, e como ele e sua família se salvaram. Ele nos mostrou

a escola onde estudou, o posto de saúde, as ruas onde brincava e nos falou da sua saudade. Caminharam em silêncio, alguns fotografaram. Quando era perto das 17 horas encerramos a visita. Ainda tínhamos uma conversa marcada com a equipe do jornal *A Sirene*, em Mariana, mas, por conta do horário não foi possível acontecer. Outros alunos realizaram atividade de campo em Belo Horizonte, entrevistando o grupo de pesquisa (GESTA/UFMG) e representante da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no Observatório interinstitucional Mariana – Rio Doce, que congrega ainda representantes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Saí de lá com a sensação da injustiça mais forte do que quando cheguei. É injusto demais! Em pensar que o desastre já está caindo no esquecimento e que, mais grave ainda, os responsáveis não estão sendo responsabilizados da forma que deveriam. E, provavelmente, nunca serão. A comunidade ainda não tem um novo território e os direitos mais óbvios não estão sendo efetivados e muito menos ainda está sendo feito no sentido de repensar a construção das barragens e essa exploração ambiental. (Trecho diário de campo de estudante)

Na semana seguinte ao trabalho de campo, os e as discentes apresentaram os diários de campo e um produto livre (texto, canção, poema, imagem) sobre suas percepções e experiência com a disciplina. Neste dia, organizamos a sala em círculo, como de costume, e livremente a turma foi convidada a compartilhar suas produções. Muitos alunos e alunas se emocionaram durante a atividade, relataram ainda ter tido dificuldades em escrever o diário de campo, pois era difícil transformar a dor e a dureza que presenciaram em palavras. Afirmaram que foi uma atividade dolorosa, mas que ao mesmo tempo foi transformadora ao permitir reavaliar seus próprios valores ao entrar em contato com os atingidos, conhecer suas dores, fragilidades e resistências. Essas questões se expressaram também em diferentes falas e questionamentos sobre “o que faremos com isso?”. Se para a psicologia comunitária a transformação social é um dos objetivos centrais de sua atuação e intervenção, tais questionamentos no processo formativo podem resultar em distintas possibilidades de engajamento e de compromisso social. Acreditamos que ninguém se arrisca a ver verdadeiramente o outro sem

se transformar com essa experiência e transformar a realidade na qual se insere.

Os alunos e alunas, nos trabalhos finais contaram sobre as preocupações éticas que tiveram ao escrever, pois não queriam explorar a dor alheia sem propósito, e falaram da importância de entrar em contato com a realidade para entender as dimensões do desastre-crime, seus impactos, inclusive sobre eles próprios.

Éramos um monte de estudantes, uma vez mais querendo ver o que aconteceu. Me questionei muito sobre o objetivo de estarmos lá e o que realmente estávamos fazendo, foi bastante conflitante, porque não acredito que alguém ali tivesse a intenção de colocar-se de tal forma, mas ali estávamos, o que faremos a partir disso? (Trecho diário de campo de estudante)

Ainda, falaram sobre as diferentes experiências que tiveram com os dias de visita, pois, no primeiro dia a comunidade estava ocupando o território e resistindo, já no segundo dia, havia silêncio e o cenário de destruição. De forma sensível apresentaram os produtos, fotografias, poesias, desenhos, propostas de intervenção e uma aluna cantou a música “Canção amiga” de Carlos Drummond de Andrade, interpretada por Milton Nascimento:

Eu preparo uma canção / Em que minha mãe se reconheça / Todas as mães se reconheçam / E que fale como dois olhos // Caminho por uma rua / Que passa em muitos países / Se não me veem, eu vejo / E saúdo velhos amigos // Eu distribuo um segredo / Como quem ama ou sorri / No jeito mais natural / Dois carinhos se procuram // Minha vida, nossas vidas / Formam um só diamante / Aprendi novas palavras / E tornei outras mais belas // Eu preparo uma canção / Que faça acordar os homens / E adormecer as crianças. (ANDRADE, 2002)

Como atividade avaliativa final, solicitamos a escrita de uma resenha crítica de um dos três livros por nós sugeridos, sendo eles: *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/ BHP Billiton* (ZONTA, M. e TROCATE, C., 2016); *Desastre no Vale do Rio*

Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição (MILANEZ, B. LOSEKANN, C., 2016); *Mineração na América do Sul – Neoextrativismos e Lutas Territoriais* (ZHOURI, A., BOLADOS, P., CASTRO, E., 2016). As três melhores resenhas foram publicadas na revista *Interfaces* da UFMG.

O DESASTRE-CRIME DE MARIANA E AS QUESTÕES QUE SE COLOCAM PARA A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Desde o rompimento de barragem de Fundão em Mariana temos atuado em diferentes frentes, seja pela articulação de redes de grupos de pesquisas na universidade, buscando com nossas pesquisas fortalecer a luta dos atingidos e atingidas pela reparação, seja por meio da atuação *in loco* na cidade de Mariana nos campos da saúde mental e de assessoramento técnico. Dessas frentes de atuação, destacamos a constituição do Observatório Interinstitucional Mariana – Rio Doce cujo objetivo geral é desenvolver e sistematizar pesquisas e intervenções realizadas em interação com a população atingida, diminuindo a dispersão de estudos sobre a região e disponibilizando informações e conhecimento técnico para a população, políticas públicas, pesquisadores e outras instituições. O observatório é composto por pesquisadores das universidades Federais do Espírito Santo, Ouro Preto e Minas Gerais.

Uma das autoras deste artigo também trabalhou diretamente com a população atingida desde janeiro de 2016. Inicialmente na saúde mental, acompanhando os primeiros impactos após a tragédia quando as famílias começaram a sair dos hotéis e foram alocadas em casas alugadas na cidade, as dificuldades de reconhecimento no novo território, as primeiras reuniões e assembleias para discutir suas perdas e os danos sofridos. Posteriormente, até início de 2018, integrou a equipe de assessoria técnica aos atingidos e atingidas pela barragem de Fundão, onde acompanhou distintos processos referentes aos reassentamentos das comunidades e indenização.

Ao buscarmos interlocuções no campo teórico para discutir os processos de sofrimento social desencadeados por situações de desastres, achamos na literatura prioritariamente textos sobre intervenções no campo da saúde mental e voltados, sobretudo, para a atuação na situação de emergência, ou seja, relacionado aos primeiros cuidados logo

após a tragédia. Roberta Alves, Márcia Lacerda e Eduardo Legal (2012), ao fazer uma revisão das produções teóricas sobre psicologia e desastres naturais em diferentes bases de dados dos anos 2000 a 2010, constataram que os temas mais presentes nessas produções referem-se às ações imediatas após o desastre, especificamente no tratamento de transtornos mentais, em especial o transtorno do estresse pós-traumático.

O campo da psicologia das emergências e desastres atua, de acordo com Gilbert Reyes (2006), priorizando intervenções na comunidade com o intuito de oferecer respostas a curto prazo e se utiliza de técnicas de intervenção em situações de crises. Trata-se de um campo em expansão acreditamos serem profícuas as interlocuções com a psicologia social comunitária.

Especificamente no campo da psicologia social comunitária, temos poucos estudos sobre possibilidades de cuidado e intervenção em situações de desastres. Destacamos uma publicação feita pelo Conselho Federal de Psicologia, intitulada “Abandonados pelos Desastres – uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados”, que, embora não seja especificamente do campo da psicologia social comunitária, apresenta interlocuções entre a psicologia e a sociologia. Neste estudo, apresentam-se diferentes casos de desastres ocorridos no Brasil (chuvas na região serrana do Rio de Janeiro e Pernambuco, enchentes em Santa Catarina e na região Norte do Brasil) que atingem geralmente as pessoas mais pobres e estas sofrem os efeitos da inoperância do Estado tanto em prevenir, como em reparar os estragos causados. Denuncia situações de famílias que ficaram durante meses morando em barracas, após perderem suas casas, apresenta também dados sobre processos de estigmatização sofridos pelos afetados dessas tragédias, pois após um tempo a comoção inicial passa e as pessoas sem ter mais para onde voltar acabam ocupando por longo tempo outros espaços que já possuíam formas próprias de organização, ocasionando um choque entre os novos e os velhos moradores. A falta de mediação e de políticas públicas que respeitem os direitos humanos das pessoas atingidas acabam contribuindo e intensificando o sofrimento psicossocial dessas famílias (VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011).

A disciplina ofertada é reflexo também das nossas práticas psi em diferentes contextos, como: academia, saúde mental, assessoramento téc-

nico aos atingidos e atingidas em Mariana, buscando ampliar o debate teórico e metodológico sobre as possibilidades de atuação da psicologia comunitária nessas situações.

Constatamos já no início da disciplina que vários estudantes tinham dificuldades em entender o que faz um psicólogo comunitário, relatando que até aquele momento a psicologia social e comunitária se resumia a um conjunto de textos no qual não conseguiam ver sua aplicação prática. Entendemos que esta dificuldade ainda presente nos estudantes de psicologia em entenderem o que faz um psicólogo comunitário é reflexo de uma formação profissional tradicional que, segundo Freitas (2015), “trabalhou de modo a adotar modelos de psicologização das relações e da vida cotidiana, além de ter se posicionado como se fosse um “sujeito único” hegemônico na sua prática” (p. 523).

Dessa forma, a partir desses relatos, buscamos trazer experiências concretas de intervenção, considerando as competências para a formação em psicologia comunitária (DALTON; WOLFE, 2012; FREITAS, 2015; ORNELAS; VARGAS-MONIZ, 2014) e especialmente no contexto de Mariana, enfatizamos o compromisso ético e político, uma vez que o sofrimento psicossocial não está descolado das estruturas sociais, econômicas e políticas que os produzem.

Em se tratando do desastre-crime de Mariana estas questões se fazem evidentes quando analisados desde os antecedentes do rompimento da barragem (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016) até os processos de reparação desencadeados, portanto, as relações existentes entre indivíduo e sociedade, objetos da psicologia social comunitária, são centrais para pensar qualquer intervenção psicológica neste contexto.

Para Ornelas & Moniz (2014), o currículo da formação em Psicologia Comunitária procura “responder a um duplo desafio de preparar os futuros profissionais com um conjunto de princípios e valores e de lhes proporcionar o contacto com métodos e técnicas de investigação e programas de intervenção coerentes e alinhados com os pressupostos veiculados teoricamente” (p. 41).

Por fim, saímos de Bento Rodrigues e nos dirigimos a Belo Horizonte. Foi um dia cansativo e eu possuía muitas informações que não tinham sido ‘digeridas’. Após uma semana, a visita já foi ressignificada por mim. A disciplina como um todo, juntamente com a visita, foi

uma grande oportunidade de autoconhecimento e possibilitou reflexões acerca da minha responsabilidade enquanto futura psicóloga e também enquanto cidadã. Muito grata pela disciplina e pela vista a Bento Rodrigues. (Trecho diário de campo de estudante)

Assim, no decorrer da disciplina, procuramos demonstrar que o rompimento de Fundão, não foi uma tragédia isolada, casos semelhantes já aconteceram no mundo todo (BECK, 1986; MARTINS, 2016), sendo a expressão da violência do sistema capitalista que em nome do lucro, explora incansavelmente pessoas e natureza. Compreender estes processos de forma ampliada e nos questionar sobre o que a psicologia social comunitária tem a ver com isso foi algo importante para os alunos e alunas fazerem conexões entre o local, o global e sobre quais os significados e efeitos de um certo modelo de progresso que privilegia poucos, sobre a que e a quem recaem os riscos produzidos nesse sistema e que horizonte político e de transformação social buscamos enquanto profissão.

Ao promover-se a ligação entre os modelos e as práticas específicas em contextos comunitários, procura-se que a formação dos alunos lhes proporcione capacidades para o exercício refletido e ancorado em princípios e valores de uma prática coerente e promotora da autodeterminação dos indivíduos, grupos e/ou comunidades. (ORNELAS; VARGAS-MONIZ, 2014, p. 43-44)

Durante as atividades avaliativas, os alunos e alunas destacaram preocupações éticas com o trabalho a ser desenvolvido e a própria visita em Mariana. Para não reproduzir com as nossas práticas a mesma lógica de exploração e colonização do outro, este debate foi central ao longo de toda a disciplina. Elencaram a importância da apresentação do diário de campo e do produto em grupo para compartilhar a experiência e conseguir elaborá-la, pois, a visita ao local do desastre-crime foi muito intensa, despertando inclusive dificuldades no processo de escrita dos diários de campo. Discutimos ainda, sobre os limites e possibilidades de intervenção nesses contextos, ressaltando a importância de potencializarmos, por meio de nossas atuações, as formas de resistência que atingidos e atingidas têm empreendido como mecanismos de promoção de saúde mental.

No último dia de aula, os estudantes relataram que a disciplina conseguiu tocá-los de diferentes formas. Acreditamos que as metodologias de ensino empregadas possibilitaram um contato sensível com a realidade de Mariana. Nesse processo, o contato com as dores, mas também com as resistências das comunidades atingidas possibilitou pensar o lugar da psicologia social comunitária e seu compromisso ético e político na formação universitária e como campo de atuação/intervenção.

“Estava bastante ansiosa, acho que todos estavam. Lidar com o caso não é fácil, mexe muito conosco. É como se todos os meus problemas ficassem pequenos, não me permitindo muitas vezes tê-los. E a vontade de ajudar essas pessoas em algo é tão grande que quando isso não é possível causa uma sensação de angústia. Diante de todas as perdas, danos, sofrimentos que o desastre persiste em ocasionar, o cuidado (no sentido de cuidar) com esses sujeitos é imprescindível. As pessoas estão cansadas devido a várias atividades, reuniões, lutas diárias e vários atores envolvidos no processo que o desejo era que esse nosso trabalho corresponderia às expectativas levantadas.”
(Trecho diário de campo de estudante)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por vezes temos dificuldade em reconhecer que estamos fazendo psicologia comunitária em nossas práticas cotidianas, haja vista a multiplicidade de contextos que temos nos inserido nos últimos anos, a disciplina possibilitou nos reconectarmos com seu campo teórico e metodológico, permitindo-nos pensar na atualidade da psicologia comunitária e suas importantes contribuições para situações de desastres.

As metodologias empregadas na disciplina foram fundamentais para o processo de ensino e para o engajamento dos alunos e alunas nos debates em sala de aula, trabalho de campo e atividades avaliativas. Especialmente os produtos elaborados, expressaram de diferentes formas como os temas trabalhados e o contato com a realidade local os sensibilizaram e provocaram inquietações.

As discussões levantadas trouxeram à tona também a necessidade de se pensar sobre as diferentes formas que um desastre como o ocorrido

em Mariana afeta, não somente as comunidades locais, mas também os profissionais e pesquisadores que atuam naquela realidade. A dureza dos temas e do cotidiano de trabalho e/ou pesquisa levam muitas vezes a uma negação das afetações que se produzem sobre o pesquisador(a) ou trabalhador(a).

Após as visitas à Mariana, vários alunos relataram dificuldades em elaborar o diário de campo e ter que contar sobre um contexto tão difícil e de tamanha destruição. “Cada frase escrita sobre a página, foi uma luta” (trecho de diário de campo). Tais relatos nos fizeram refletir sobre o que significa fazer pesquisa em um contexto de desastre, que tipos de efeitos são produzidos sobre a subjetividade do pesquisador, que espaços de fala e de escuta existem nos grupos de pesquisa e locais de trabalho a fim de ajudar a elaborar a vivência do desastre que se manifesta também no corpo de quem pesquisa/trabalha.

Entendemos que atuar nesta realidade não é algo simples, são muitas as implicações produzidas no encontro com os sujeitos atingidos quando verdadeiramente nos deixamos tocar pelo outro. Daí a necessidade de construirmos espaços de diálogo entre nós pesquisadores(as), estudantes e profissionais a fim de potencializar nossas ações e transformar a dor ou o luto em luta⁵, e assim contribuirmos nos muitos enfrentamentos que se colocam às famílias atingidas para a reparação de seus direitos.

Antes de realizarmos as visitas *in loco* refletimos muito com os alunos e alunas sobre os cuidados éticos necessários quando nos inserimos em um contexto de desastre, onde as pessoas já foram massivamente procuradas pela mídia, pela academia, pelas empresas e já mostram sinais de cansaço em ter que contar e recontar suas histórias.

Sabendo ainda, que não é incomum em casos de desastres, a construção de verdadeiras “indústrias da tragédia” formadas por organizações não governamentais (ONGs) e diversas instituições que perpetuam a

⁵ O encontro *Do luto à luta: Pensar a universidade a partir das resistências no Rio Doce* aconteceu em junho de 2017, foi organizado por integrantes do Projeto Mobiliza Rio Doce vinculado ao Programa Participa UFMG e Observatório Interinstitucional Mariana – Rio Doce. Foi um momento de troca entre pesquisadores, ativistas e moradores da bacia do Rio Doce, a atividade abrigou discussões sobre a forma como a Universidade tem se inserido no contexto do desastre e como as resistências construídas refletem sobre as atividades de pesquisa e extensão.

condição de vulnerabilidade e sofrimento dos afetados com o discurso ilusório da transformação social. Sobre isso, importante destacar as teses de doutorado de Jean Anil Louis-Juste (2007) e Franck Seguy (2014) sobre a atuação de ONGs no Haiti, antes e após o terremoto de 2010.

Tais reflexões éticas apareceram nos diários de campo, onde os alunos e alunas se questionaram sobre os objetivos em conhecer a área devastada e o que fariam a partir disso. Para nós, essas reflexões evidenciaram a apropriação feita dos debates em sala de aula, sobretudo, em não tomar o cenário de devastação como algo dado e naturalizado a partir do discurso da mídia e das empresas. Neste sentido, corroboramos com Martín-Baró (1996) ao refletir que:

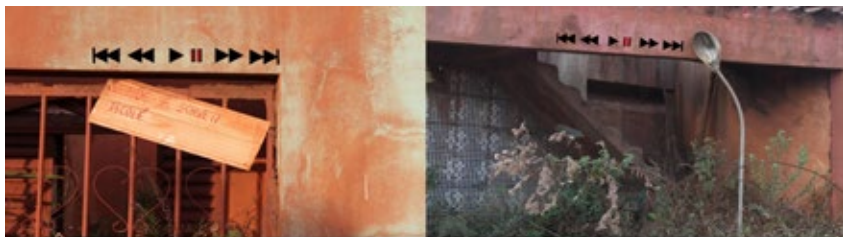
Com relação à questão do papel do psicólogo no contexto atual da América Central, antes de perguntarmos sobre o fazer específico do psicólogo, devemos voltar nossa atenção para esse contexto, sem presumir que o fato de fazermos parte dele torna-o suficientemente conhecido, ou que nele viver o converte automaticamente no referente de nossa atividade profissional (p. 8).

Estranhar tal contexto e questionar sobre o que fazer a partir da visita se converteu em nossas discussões e análises em preocupações sobre o compromisso social da psicologia para não “colonizarmos” o outro a partir de nossas posições de saber e poder expressas em nossas intervenções e na busca da construção coletiva de processos de transformação.

Bento, é outro exemplo dos crimes do Estado. Crime invisível numa retórica que alivia o peso das suas ações. E, portanto, uma questão trivial, mais que perguntarmos quem foi o responsável, devemos questionar-nos que tipo de modelo queremos continuar buscando. Por que tipo de sociedade estamos lutando? E, uma vez, respondendo isso, talvez, possamos desenterrar a lama de nossos corações... (Trecho de diário de campo de estudante)

Em função do término do semestre, não foi possível organizarmos em tempo hábil alguma atividade/exposição que apresentasse os produtos elaborados pelos estudantes para os atingidos e atingidas, mas, esperamos desenvolver algo nesse sentido em breve. Para finalizar apresen-

tamos produto da aluna Júlia Oliveira produzido ao final da disciplina, elaborado a partir de uma frase dita por uma das atingidas: “cinco de novembro minha vida deu um pause”.



"Bento Rodrigues Saudades" – Foto de 25/05/2017



Primeira edição do jornal, fevereiro/2016

**TEMPO
PASSADO PERMANECER
LEMBRANÇA PRESENTE
PAUSE DOIS ANOS
ESQUECER PARTIR
SAUDADE**

PLAY?

Acreditamos ser esta frase especialmente simbólica por traduzir a forma como o desastre-crime “pausou” a vida de atingidos, mas que também marca de algum modo àqueles que têm contato com o campo e que se veem, como nós e os alunos(as), muitas vezes com dificuldades em escrever diários, relatar encontros ou produzir textos. No entanto, as trocas potencializadas pela criação de espaços de diálogo e escuta podem ser propulsoras de resistências e solidariedade a fim de romper com o “pause”, barramento deixado pela marca da lama física e simbólica, e abrir passagem para novos movimentos de vida e de luta.

“Assim, encerramos nossa visita, quando o sol estava se pondo, retornamos para Mariana e depois para Belo Horizonte, impactados com que havíamos visto e carregados de solidariedade àquelas vidas. A partir de então, ficou mais claro o que o Marquinhos, um dos atingidos que morava em Bento Rodrigues, trouxe de sua experiência no primeiro dia da disciplina. Além, disso, também trouxe dúvidas e incertezas sobre o futuro dos atingidos pelas barragens e dos futuros atingidos também. Porém, trabalhos, como o jornal *A Sirene*, realizados pelo Milton e por outros atingidos trazem esperanças.” (Trecho de diário de campo de estudante)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- ALVES, Roberta Borghetti; LACERDA, Márcia Alves de Camargo; LEGAL, Eduardo José. A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão. **Psicologia em estudo**, v. 17, n. 2, p. 307-315, 2012.
- ANDRADE, Carlos Drummond De. **Poesia Completa**. São Paulo: Nova Aguilar, 2002.
- ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 95-103, 2010.
- BECK, Ulrich. **La Sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 1986.

- BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, ANA MERCÊS BAHIA (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 15-28.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Introdução: a psicologia social comunitária. In: CAMPOS, Regina Helena De Freitas. (Org.) **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 9-15.
- DALTON, Jim; WOLFE, Susan. Education connection and the community parctioner. **The Community Psychologist**, v. 45, n. 4, p. 7-14, 2012.
- FARR, Robert. A individuação da Psicologia Social. In: GUARESCHI, Pedrinho; CAMPOS, Regina Helena De Freitas (Org.). **Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva Latino-Americana**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 11-26.
- FARR, Robert. **As raízes da psicologia social moderna (1872-1954)**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social Contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, p. 51-64, 2010.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal De. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estudos de Psicologia**, v. 32, n. 3, p. 521-532, 2015.
- LANE, Silvia. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: LANE, Silvia; CODO, Wanderley. (Orgs.) **Psicologia social: o homem em movimento**. 6ª reimp. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 10-19.
- LOPES, Leidiane Pereira; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do. O que faz uma Psicologia Social? Intervenção na Psicologia Social Brasileira. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 14-25, 2016.
- LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade crítica à parceria enquanto forma de solidariedade de espatáculo no desenvolvimento de comunidade no Haiti**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007. 354 f.
- MARTIN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.
- MARTIN-BARÓ, Ignacio; CAÑAS, José Simeón. Hacia una psicología de la liberación. **Revista Eletrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria**, v. 1, n. 2, p. 7-14, 2006.

- MARTINS, Bruno Sena. Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória. **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 116-148, 2016.
- MAYORGA, Claudia. **Otras identidades: mujeres, inmigración y prostitución**. 2007. Universidad Complutense de Madrid, 2007.
- MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos**. 3ª reimp. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- ORNELAS, José; VARGAS-MONIZ, Maria. Formação em Psicologia Comunitária e os seus contributos pedagógicos para a Participação Cívica. **Educar em Revista**, n. 33, p. 39-58, 2014.
- PRILLELTENSKY, Isaac. Prólogo – Validez psicolopolítica: el próximo reto para la psicología comunitaria. In: MONTERO, Maritza (Org.). **Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires: Paidós, 2008. p. 13-32.
- REYES, Gilbert. Conclusions and recommendations for further progress. In: REYES, Gilbert; JACOBS, Gerard A. (Orgs.). **Handbook of international disaster psychology: interventions with special needs populations**. Westport: Praeger, 2006. p. 141-149.
- SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- STRALEN, Cornelis Johannes Van. Psicologia Social: Uma especialidade da Psicologia? **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 17-28, 2005.
- VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. **Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.
- WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Máira Sertã; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. (Orgs.) **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 39-90.
- ZHOURI, Andrea *et al.* O desastre de Mariana: Colonialidade e Sofrimento Social. In: ZHOURI, Andrea; BOLADOS, Paola; CASTR, Edna. (Orgs.) **Mineração na América do Sul – Neoextrativismos e Lutas Territoriais**. [S.l.]: Annablume, 2016. p. 45-65.

Desafios para uma prática científica crítica diante do desastre na bacia do Rio Doce

Bruno Milanez

Tatiana Ribeiro de Souza

Karine Carneiro

Manoela Carneiro Roland

Cristiana Losekann

As minas estão ... longe das cidades ... e debaixo da terra ... onde ninguém quer ir. ... Ninguém fala de mineração, a não ser que haja um acidente ou que o preço do ouro suba nas alturas ... Você não sabe muito sobre as minas? Bem, as minas não são de falar muito ...

(DESJARDINS & MONDERIE, 2011)

APRESENTAÇÃO

O presente artigo foi elaborado como um esforço colaborativo da Rede de Pesquisa Rio Doce, que é composta por pesquisadoras e pesquisadores dos grupos de pesquisa e extensão GEPISA, Homa, PoEMAS e Organon¹. A Rede foi constituída a partir do encontro de cientistas que buscavam, dentro das ciências humanas e sociais, não apenas desenvolver

¹ Respectivamente: Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Homa – Centro de Direitos Humanos e Empresas; Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilização Social, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e PoEMAs – Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

uma pesquisa crítica sobre o rompimento da barragem de Fundão, mas também construir conhecimentos e saberes em parceria com as comunidades atingidas e que fossem importantes para subsidiar a luta dessas comunidades por seus direitos.

Nos primeiros meses que sucederam ao rompimento da barragem de Fundão diversos atores se apresentaram como interessados nos seus desdobramentos, entre entidades de classe, imprensa, instituições de ensino (nestas incluídos os grupos de pesquisa e extensão), organizações estatais e não estatais, poderes públicos em suas distintas escalas, movimentos sociais, coletivos de interesse social, grupos religiosos e até empresas. Junto com essa avalanche de atores instalou-se também um clima de desconfiança, pois no primeiro momento não era possível identificar os interesses ali representados e tampouco se sabia com clareza que havia uma disputa sendo travada, com polos diametralmente opostos, tendo as empresas responsáveis pelo desastre de um lado (Samarco, Vale e BHP Billiton) e as pessoas atingidas do outro lado.

Com o passar do tempo, alguns perderam o interesse e se afastaram do conflito que se aprofundava ao longo dos territórios afetados pelos rejeitos – principalmente se considerarmos a presença e permanência nas áreas atingidas –, conformando um número muito mais reduzido e mais claro a respeito dos seus interesses e posicionamentos em relação aos direitos das pessoas atingidas e à postura adotada pelas empresas causadoras dos danos. Novos atores foram também se aproximando, a cada desdobramento das negociações judiciais e extrajudiciais dos conflitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, mas, depois de alguns meses após o colapso da barragem, até mesmo a forma de aproximação do conflito já servia como indicativo acerca do posicionamento desses atores e o que se podia esperar deles.

Foi nesse contexto que a Rede de Pesquisa Rio Doce se formou, entre o primeiro e o segundo ano após o rompimento da barragem, no processo de identificação de parceiros e interesses representados; a partir de convergência nas visões de mundo e do papel da academia; bem como da preocupação com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; no compartilhamento da compreensão de que a universidade pública deve estar a serviço da sociedade, principalmente daqueles que sofrem a maior parte dos impactos causados pela sociedade desigual na qual vivemos. A esses pontos de convergência entre os grupos que

integram a Rede somam-se o compromisso com os direitos das pessoas atingidas e a postura orientada pela ética da alteridade e pelo princípio da centralidade do sofrimento da vítima em situações de conflitos socioeconômicos e ambientais.

Na trajetória acadêmica construída pela Rede de Pesquisa Rio Doce destacam-se momentos importantes para o estabelecimento de uma identificação e confiança entre os grupos que a integram, entre estes e outros parceiros e, sobretudo, entre a Rede e as pessoas atingidas. Podemos enumerar como eventos determinantes para a formação da Rede a organização dos “Seminários de Balanço” do desastre de Fundação, de 6 meses (realizado em Mariana/MG), 1 ano (realizado em Ouro Preto/MG) e 2 anos (realizado em Vitória/ES); o desenvolvimento de projetos conjuntos, como a oficina de “Direitos Humanos e Mineração” promovida pelo Homa, o livro “Desastre no Vale do Rio Doce”, organizado conjuntamente pelo Organon e pelo PoEMAS, a participação no IV Seminário Internacional de Direitos Humanos e Empresas, a Arena Itinerante do Organon, a mesa conjunta, denominada “Sessão Livre – Impactos da Mineração na Dimensão Socioespacial”, apresentada no XVII ENANPUR²; a participação articulada no Grupo de Trabalho junto à Força Tarefa do Ministério Público Federal para o caso do Rio Doce e, por fim, a proposição de ingresso conjunto, perante o Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, como *Amici Curiae* (Amigos da Corte), na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal para a reparação integral dos danos sofridos pelas pessoas atingidas.

Como esforço de sistematizar um pouco dessa experiência, o presente texto oferece algumas reflexões acerca dos desafios de se produzir pesquisa científica crítica no contexto de ataque às universidades públicas e de assédio de grandes empresas aos grupos de pesquisa e pesquisadores independentes. Acrescente-se a esse contexto a particularidade de se fazer pesquisa crítica sobre a mineração nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, responsáveis por considerável parcela das operações de extração mineral no país, incluindo a infraestrutura logística (sob a forma de ferrovias, minerodutos e portos) que as conectam ao mercado global.

² Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

No primeiro tópico trataremos da chamada “mobilização estratégica da ciência”, que corresponde ao uso do discurso científico como dispositivo para justificar as práticas corporativas danosas à natureza e à sociedade, além de manter o setor distante da crítica social. Em seguida, abordaremos o poder e as estratégias de acesso à decisão utilizadas pelas mineradoras, com especial destaque para o financiamento da pesquisa científica. Posteriormente, abordaremos a reação das mineradoras à crítica e a forma como elas utilizam o discurso binário nós/eles como estratégia de desqualificação dos opositores do atual modelo de mineração, apontando-os como ignorantes e opositores da tecnologia e do desenvolvimento. Ainda neste tópico serão abordados os conceitos de “anosognosia” e de “duplipensamento”, como tentativa de compreender o comportamento dos agentes corporativos e seus subordinados em relação ao consentimento e até à defesa de práticas que são inequivocamente danosas. Na seção seguinte, debateremos sobre a captura acadêmica realizada pelas mineradoras, em particular no contexto do rompimento da barragem de Fundão, e apresentamos alguns dos nossos referenciais epistemológicos baseados em uma perspectiva crítica. Depois, ainda faremos algumas referências a especificidades da realização do trabalho de campo no contexto do Rio Doce. Então, apresentaremos nossas considerações finais, onde ressaltamos a necessidade de uma pesquisa que seja construída em conjunto com as pessoas atingidas como forma de construir/compartilhar conhecimento e, ao mesmo tempo, promover a mobilização política de forma a tentar superar os desafios encontrados.

A MOBILIZAÇÃO ESTRATÉGICA DA CIÊNCIA

Todo tipo de ação predatória e/ou opressora consentida socialmente, ou pelo menos não repudiada, precisa de uma justificativa moral que a sustente. Foi assim, como afirma Wallerstein (2007), ao analisar os processos de intervenção ao longo da Modernidade, que os europeus sustentaram as invasões e a consequente colonização das Américas, a partir do final do século XV, sob a justificativa moral da “civilização” dos “povos selvagens” encontrados no Novo Mundo, além do dever moral de salvar essas almas pagãs. No século XX, os países ocidentais mantiveram territórios sob o seu domínio político e econômico utilizando

a justificativa moral de levar desenvolvimento para povos considerados “subdesenvolvidos”. Com o avanço da descolonização, entretanto, deu-se início à construção de uma nova justificativa moral para a intervenção: a defesa dos Direitos Humanos e dos processos democráticos aonde tais valores não são respeitados.

Da mesma forma que não se admitiria a intervenção de um povo sobre outro sem um dispositivo discursivo que a justificasse, não se admitiria a depredação ambiental, inerente ao processo extrativista mineral, sem a construção de uma justificativa moral social e economicamente aceita. Neste sentido, o final do século XX foi prodigioso ao promover o discurso da sustentabilidade³, que corresponde basicamente ao discurso da compatibilização entre preservação de recursos, crescimento econômico e justiça social – uma falácia matemática sustentada pela fé na tecnologia (SACHS, 2000).

Apropriando-se da narrativa da sustentabilidade, reproduzida em legislações permissivas e em estratégias de marketing, as empresas do setor extrativo mineral encontram, a despeito dos seus críticos, a justificativa moral necessária para seguirem promovendo danos socioambientais por meio de práticas predatórias, tanto do ponto de vista ambiental quanto humano e econômico (KIRSCH, 2010). Entretanto, o discurso da sustentabilidade por si só não seria suficiente para a obtenção do “consentimento para depredar” (a natureza, os territórios e os povos atingidos), ele precisa estar amparado por uma estratégia comunicacional que internalize os preceitos economicistas e desenvolvimentistas que justificam o modelo extrativista vigente.

Não é nenhum segredo para os setores políticos, industriais e empresariais que uma das maneiras mais eficientes de obter consentimento é pela naturalização dos processos constituintes dos respectivos sistemas (políticos, industriais e empresariais). Neste sentido, é parte da engrenagem extrativista confrontar a crítica a essa naturalização por meio do convencimento social de que “minerar é preciso”, porque somos dependentes dos produtos derivados da mineração e, portanto, este setor econômico encontra-se em um campo pré-discursivo. Essa estratégia mantém-se bem-sucedida enquanto as externalidades negativas são mantidas

³ Sobre o tema, conferir Dale (2018); Sachs (2000); Zhou, Laschefski, Pereira (2005).

distante dos olhos dos “consumidores da mineração”, o que se torna impossível diante de desastres de grande repercussão, como, por exemplo, o rompimento da barragem de Fundão, que fazem emergir a crítica social.

Podemos considerar que o discurso da sustentabilidade como justificativa moral para o modelo extrativista predatório e violador de direitos humanos perde potência diante da ocorrência de grandes desastres sociotécnicos⁴ – que também comprometem a credibilidade na tríade crescimento econômico/preservação de recursos/justiça social –, que ensejam novos dispositivos discursivos para sustentar as práticas que produzem esses mesmos desastres. É principalmente nesses momentos que as empresas se socorrem do discurso científico como justificativa moral para lidar com a crítica social e construir uma ideia de que estão fazendo as correções necessárias para que as coisas permaneçam iguais.

Para analisar como algumas corporações específicas lidam com a crítica social, Benson e Kirsch (2010a) cunharam o conceito de “indústrias danosas” (*harm industries*), que, segundo eles, seriam “empresas capitalistas cujas práticas têm um pressuposto destrutivo ou danoso às pessoas e ao meio ambiente: o dano é parte ou parcela de seu funcionamento normal” (p. 461). Note-se aí a utilização da estratégia da naturalização do sistema, como afirmamos anteriormente. Ao longo do seu texto, os autores tentam apresentar evidências de um padrão no comportamento das empresas pertencentes a esses setores⁵ ao tentarem responder aos questionamentos que recebem. Os autores identificam três fases nestas respostas: (1) negação, (2) reconhecimento e acomodação, e (3) envolvimento estratégico⁶.

A fase de negação é bastante óbvia, ela consiste na recusa do envolvimento público com os críticos e assim tenta limitar a definição de pas-

⁴ Zhouiri, Oliveira, Zucarelli, e Vasconcelos (2018, p. 40) utilizam o termo sociotécnico, ao invés de tecnológico, para “ênfatizar um processo deflagrado para além de uma avaria ou erro meramente técnico, remetendo-nos, assim, às falhas da governança ambiental, produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população ao risco”.

⁵ Em seu estudo eles focam a discussão nos setores do tabaco e da mineração, mas esta classificação poderia ainda ser atribuída a outros segmentos como agrotóxicos, armamentos e combustíveis fósseis.

⁶ Os autores reconhecem que essas fases são dinâmicas e que as empresas podem lançar mão de qualquer uma delas em diferentes momentos.

sivos ou externalidades. Estratégias fundamentais nessa fase são a geração da dúvida e a fabricação de incertezas. Na fase de reconhecimento e acomodação, por sua vez, as empresas aceitam que existe um problema, mas se limitam a ações simbólicas de remediação. Dessa forma, buscam garantir não ter que pagar todo o custo do dano causado. Por fim, as empresas somente entram na fase de envolvimento estratégico quando percebem que os problemas enfrentados por uma corporação específica podem causar danos a todo o setor, provocando falências ou perdas catastróficas. Nesse momento, as corporações aceitam debater as questões com seus críticos, buscando influenciar na legislação ou nas medidas que irão ser tomadas para “resolver” o problema.

Em todas as fases levantadas por Benson e Kirsch (2010a) existe um papel crucial da ciência. Kirsch (2014) ilustra como a BHP passou por essas fases ao lidar com a contaminação do Rio Ok Tedi, na Papua Nova Guiné pelo lançamento de rejeitos de mineração de ouro e cobre entre os anos 1980 e 1990⁷. Dentre as estratégias utilizadas pela empresa, o autor menciona a naturalização dos impactos, erros sistemáticos de medição, seletividade na análise dos dados e controle da informação de forma a limitar a efetividade dos grupos de contestação.

O que vem sendo constatado pela Rede de Pesquisa Rio Doce, é que no caso do rompimento da barragem de Fundão está repetido esse mesmo padrão. A primeira postura das empresas responsáveis pelo desastre pode ser caracterizada com a “fase da negação”, quando prevalecia a recusa do envolvimento público com os críticos e imperava a desinformação acerca de diversas questões, tais como: o risco de novo rompimento de barragem no Complexo Germano, onde se localiza a barragem de Fundão, além de outras duas (Santarém e Germano); a contenção do rejeito restante na barragem de Fundão; a toxicidade da lama de rejeitos e o conhecimento prévio do risco de rompimento da barragem.

A fase de “reconhecimento e acomodação”, no caso do Rio Doce, pode ser caracterizada principalmente, pelas ações emergências e sim-

⁷ Um estudo cuidadoso do caso de Ok Tedi é necessário para aprendizado sobre as “soluções corporativas” propostas para lidar com o desastre no Rio Doce. Naquela ocasião, a BHP criou uma fundação com sede em Singapura para quem doou as suas ações da Ok Tedi Mining Ltd, de forma a não ser responsabilizada por quaisquer efeitos futuros da contaminação do Rio. Depois disso, a empresa encerrou suas atividades na região.

bólicas, principalmente após o rompimento da barragem. Dentre essas ações, estão o envio de água para as cidades que tiveram seu abastecimento cortado, a proposta de uso da acácia negra como sistema de tratamento da água do Rio Doce. Além dessas, porém, há também gestos simbólicos como a assinatura de convênio entre a Fundação Renova e o Instituto Terra, de Sebastião Salgado, como forma de produzir certa legitimidade e capturar parte do prestígio a partir da associação do nome da Fundação com o do fotógrafo. Ao tomar tais decisões, as empresas demonstram aceitar a existência de um problema, mas se limitam a ações de remediação, a fim de garantir que não pagarão integralmente a reparação do dano causado.

A terceira fase de resposta aos questionamentos que as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton receberam pelas medidas tomadas para o caso do Rio Doce, denominada “fase de envolvimento estratégico”, pode ser considerada como iniciada após a assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, que as mineradoras assinaram com órgãos do governo federal e dos governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A partir desta assinatura, há a criação da Fundação Renova que passa a assumir a responsabilidade pelo processo de identificação de atingidos e negociação das compensações e indenizações, num processo de privatização da implementação da política ambiental (SANTOS & MILANEZ, 2018). Em alguma medida, pode-se afirmar que a partir desse momento, as corporações aceitaram debater as questões com parcela dos seus críticos, buscando influenciar nas medidas que irão ser tomadas para “resolver” o problema, tal como Benson e Kirsh indicam que acontece na terceira fase.

Em todas essas práticas existe um papel fundamental da ciência e dos cientistas, como se pode constatar no caso do Rio Doce, que já foi protagonista de uma espécie de “guerra de laudos” e se vê às voltas com um verdadeiro assédio, por parte das empresas e da Fundação que as representa, aos grupos de pesquisa e às Universidades, a fim de terem as suas condutas validadas pelo discurso científico. É esse cenário que consideramos, no caso do Rio Doce, como caracterizador da manipulação e mobilização estratégicas da ciência, por parte das empresas, como forma de se relacionar com os seus críticos, tal como previa Kirsch (2014).

O PODER DAS MINERADORAS E A DINÂMICA DA “PORTA GIRATÓRIA”

Em seu estudo sobre o poder das companhias globais, Fuchs (2013) sistematiza de forma bastante didática a literatura sobre as dimensões do poder corporativo. Uma das perspectivas teria a natureza baseada no estruturalismo material, análise do poder profundamente associada à economia capitalista, uma vez que “em sociedades capitalistas o crescimento é dependente das corporações, as eleições são frequentemente dependentes do crescimento e, portanto, políticos são incentivados a responder às demandas para fazer a economia crescer” (PORTER & BROWN, 2013, p. 99). Como resultado dessa estrutura, muitos políticos tenderiam a ver de forma positiva as parcerias com as corporações, de maneira a serem associados a qualquer incremento na economia que elas venham a gerar. Fuchs (2013) ainda menciona uma dimensão ideacional, que seria baseada na criação de símbolos e narrativas. Por fim, ela define que existe uma interpretação instrumentalista deste poder, que adota uma perspectiva relacional e foca na influência direta das corporações sobre o governo. Manifestações dessa natureza podem ser identificadas no financiamento de campanhas políticas, no *lobby* e no uso da “porta giratória”.

Detalhar como cada uma dessas perspectivas se manifesta no Brasil, em geral, e em Minas Gerais e no Espírito Santo, em particular, está além dos objetivos deste texto, a despeito da sua relevância e indubitável presença nas relações entre o Estado e as corporações mineradoras no Brasil. A questão do estruturalismo material, por exemplo, pode ser facilmente identificada nas justificativas de recolhimento de *royalties* e da geração de emprego. A manifestação ideacional, por sua vez, é particularmente forte no estado de Minas Gerais, onde comumente se remete à sua “vocação mineral” para justificar a expansão do setor (cf. RUIZ & DINIZ, 2016). Entretanto, considera-se detalhar um pouco mais a perspectiva instrumentalista por ter um impacto mais direto e objetivo sobre a atua  o dos diferentes níveis de governo no caso do desastre no Rio Doce e nas pesquisas sobre o tema.

Embora o financiamento de campanha por empresas tenha sido declarado inconstitucional pela Justiça e vetado na Minirreforma Eleito-

ral⁸, o contexto em que ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, ainda era fortemente influenciado por esta prática. Estudos sobre o financiamento do legislativo federal mostraram que grande parte dos integrantes da Comissão Especial que debateu o Código Mineral na Câmara dos Deputados, entre os anos de 2013 e 2015, haviam sido financiados por empresas mineradoras (OLIVEIRA, 2013, 2015). Também no caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, dentre os deputados que compõem a Comissão Extraordinária de Barragens, 18 receberam doações de mineradoras para as campanhas eleitorais (TSE, 2015). Situação semelhante se vê no caso do poder executivo, uma vez que a campanha da ex-presidente Dilma Rousseff e dos governadores Fernando Pimentel (MG) e Paulo Hartung (ES) receberam financiamento de empresas do grupo Vale (COELHO, MILANEZ, & GIFFONI PINTO, 2016).

Este tipo de estratégia das corporações, de garantir a sua influência direta sobre os governos por meio do financiamento das campanhas eleitorais, caminha paralelamente ao que se denomina “porta giratória”. Esta tática consiste na circulação de funcionários das empresas para cargos de confiança no governo, ou na contratação por grandes empresas de servidores públicos que estiveram em cargos públicos estratégicos. Tais práticas têm sido largamente utilizadas pelo setor mineral, tanto em escala estadual (ao menos em Minas Gerais) como federal. Por exemplo, no estado de Minas Gerais, Sávio de Souza Cruz, que foi Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, entre 2015 e 2016, havia sido fundador da Ambio Geologia e Engenharia Ambiental Ltda., empresa que prestava consultoria ambiental para mineradoras. Mais recentemente, Aline Faria Souza Trindade, ex-chefe

⁸ A contribuição de empresas a campanhas eleitorais e partidos políticos foi declarada inconstitucional em setembro de 2015, no julgamento que decidiu pela procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4650, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente o pedido da OAB contra disposições da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) e da Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995). Posteriormente, em novembro do mesmo ano, foi sancionada, com veto no mesmo sentido, pela Presidente Dilma, a Lei da Minirreforma Eleitoral aprovada pelo Congresso Nacional, Lei n. 13.165/15, que modificou dispositivos da Lei n. 9.504/97 (Lei das Eleições); Lei n. 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos) e Lei n. 4.737/65 (Código Eleitoral).

de gabinete e ex-vice-presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), pediu uma licença de dois anos e, durante esse período, foi contratada pela Anglo American para viabilizar o licenciamento ambiental da expansão do Projeto Minas-Rio (MACIEL, 2018).

A situação não é muito diferente no âmbito da União, pois depois que Vicente Humberto Lôbo Cruz (ex-diretor da Vale Fertilizantes) foi escolhido pelo governo Temer para o cargo de Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral no Ministério de Minas e Energia, ele indicou ex-diretores da Vale e consultores de mineradoras para todos os quatro cargos de diretoria de sua Secretaria (MILANEZ, COELHO, & WANDERLEY, 2017).

Infelizmente, e igualmente lamentável, a “porta giratória” enquanto tática corporativa também é comum na área da pesquisa. Como exemplo podemos citar o caso de Luiz Eugenio Araujo de Moraes Mello, que foi, entre 2009 e 2018, o Diretor Presidente do Instituto Tecnológico Vale (ITV), depois de ter sido Coordenador Adjunto da Diretoria Científica da FAPESP entre 2003-2006 (MELLO, 2018). Da mesma forma, Sandoval Carneiro Júnior assumiu a Gerência-Geral de Parcerias e Recursos do ITV em 2011, depois de ter sido Diretor de Relações Internacionais da CAPES entre 2008 e 2011 (CARNEIRO JÚNIOR, 2016). Durante o exercício de ambos houve uma grande aproximação entre as agências de fomento à pesquisa e a Vale. Em 2009, mesmo ano da posse de Mello, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre Vale, FAPESP, FAPEMIG e FAPESPA (FAPESP, 2015) e a partir dessa experiência outras parcerias se seguiram. Em 2015, por exemplo, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Vale e a CAPES (DOU, 2015) e outro entre Vale, FAPERJ e FAPES (FAPERJ, 2015). Em termos gerais, esses convênios garantiam aporte de recursos do ITV para as Fundações e, em geral, estabeleciam a participação do Instituto da Vale na definição dos parâmetros de tais editais.

Além de tornar-se evidente a tendência a uma redução da independência das Fundações nas escolhas dos projetos a serem financiados por elas, o que vem ocorrendo com a utilização da “porta giratória” no campo da pesquisa, pelo menos no caso acima descrito, é a transferência de parte de seus recursos financeiros e humanos para atender a demandas da Vale – o que não deixa, é claro, de dar legitimidade científico-acadêmica para tais demandas.

O SETOR MINERAL E A NEGAÇÃO DA CRÍTICA: ENTRE A “ANOSOGNOSIA” E O “DUPLIPENSAMENTO”

As empresas mineradoras possuem uma grande dificuldade em lidar com a crítica, que representa uma ameaça ao setor, por tornar flagrante que determinadas práticas jamais deveriam ter sido admitidas e mantidas por elas. O resultado dessa postura é a rigidez do modelo predatório, pouco suscetível às mudanças que poderiam diminuir riscos, e por consequência os danos ambientais e sociais decorrentes da atividade extrativa mineral. David Humphreys (2015), ex-economista chefe da mineradora australiana Rio Tinto, reconhece que, tradicionalmente, o setor mineral adota uma postura defensiva e que representantes das empresas tendem a repetir que a mineração é incompreendida e que as críticas surgem da ignorância do público.

Pela experiência da Rede de Pesquisa Rio Doce, no acompanhamento dos desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão, a postura defensiva apontada por Humphreys (2015) tem sido reproduzida pelos funcionários das mineradoras envolvidas no desastre, quando estes se pronunciam publicamente. Há uma tendência de tentar capturar a opinião pública sob o argumento de que todos usamos aparelhos celulares, temos ou desejamos ter um automóvel, precisamos da tecnologia e isso representa a mineração, que eventualmente sofre efeitos colaterais, que são os chamados “acidentes” do setor. É com base nesse discurso que os funcionários das mineradoras concluem que a mineração é incompreendida e que as críticas a ela são resultado da ignorância ou impicância de movimentos sociais.

Um perfil de comportamento semelhante é apresentado por Alistair MacDonald (2002), consultor do setor mineral, ao avaliar o comportamento das mineradoras na América do Norte. Segundo o autor, empresas do setor usualmente criam um discurso de “nós contra eles”, em grande parte porque se sentem frustradas quando sua voz se mostra pouco efetiva, ao tentarem se opor às críticas recebidas. Nos círculos onde se tem discutido o caso do Rio Doce, essa postura das empresas se torna também evidente, especialmente pela redução da oposição ao setor como “aqueles que são contra a mineração”, como se o que estivesse em jogo fosse um mundo com produtos derivados da mineração ou um mundo sem eles. Essa tem sido uma das estra-

tégias mais eficientes para evitar a discussão acerca de outro modelo de mineração.

Por exemplo, em setembro de 2016, um dos autores deste texto realizou uma reunião com representantes do Instituto Tecnológico da Vale (ITV) para avaliar a possibilidade de uma pesquisa junto a funcionários da empresa. O objetivo da pesquisa seria entender como determinadas decisões eram tomadas em termos de investimento, relacionamento com a comunidade, vínculos com o Estado etc. Logo no início da reunião os interlocutores informaram que tinham lido trabalhos do autor e que a empresa não via motivos para colaborar com tal pesquisa, uma vez que ela seria “contra a mineração”, repetindo a postura do “nós” e “eles”. Apesar dos esforços para explicar que o pesquisador era “crítico” à forma como se minerava e que entendia que a crítica era uma necessidade para o aprimoramento das práticas do setor, a possibilidade de tal pesquisa não foi aceita. Nas palavras do interlocutor: “Eu não estou fechando as portas para você, as portas já estão fechadas”. Como o acesso à informação é uma condição para responder a perguntas de pesquisa, muitas perguntas ficam sem resposta, porque as empresas não as fazem e não permitem que outros as façam.

Essa indisposição para ouvir e considerar críticas parece ir além da questão da simples negação racional e se mostra, em alguns casos, como a incapacidade de identificar a existência de problemas no seu modo de operação. Esse tipo de comportamento é frequentemente identificado como sintoma de algumas doenças mentais graves. Em termos clínicos, a chamada “anosognosia” consiste na perda da habilidade de um paciente de entender ou perceber que possui uma doença. Em termos sociais, alguns representantes e trabalhadores do setor parecem ter perdido a capacidade de perceber os danos que a mineração causa à sociedade ou ao meio ambiente.

Existem outras situações, porém, onde o discurso do setor entra em clara contradição, sem que seus representantes a percebam. Não é incomum que exista o reconhecimento de que é impossível minerar sem causar impactos ambientais (cf. BIANCHETTI, 2016), enquanto ao mesmo tempo se afirma que a mineração é sustentável (IBRAM, 2012). Essa aparente esquizofrenia parece se aproximar do que Thomas Pynchon (2009) denominou como “dissonância cognitiva”, que expressa uma contradição tão assimilada pelos seus enunciadores que toma aparência

de algo perfeitamente possível, nesse caso causar significativo impacto ambiental e, ao mesmo tempo, ser sustentável.

Ao comentar sobre esse processo cognitivo, Erich Fromm (2009) fez referência à noção de “verdade móvel” (*mobile truth*), proposta por Harrington (1959)⁹. Segundo Fromm (2009, p. 374): “O que importa é que, enquanto sirvo a essa corporação em particular, tal afirmação passa a ser ‘minha’ verdade e abro mão de questionar se ela é uma verdade objetivamente válida”. Essa noção de dissonância cognitiva é também descrita por George Orwell, na obra *1984*, como o conceito de “duplipensamento” (*doublethink*)¹⁰:

A palavra-chave no caso é negribranco [*blackwhite*]. [...] Aplicada ao membro do Partido, manifesta a leal disposição de afirmar que o negro é branco sempre que a disciplina do Partido o exigir. Mas significa ao mesmo tempo a capacidade de *acreditar* que o negro é branco e, mais, de *saber* que o negro é branco, e de esquecer que algum dia julgou o contrário.

[...]

Duplipensamento significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas. O intelectual do Partido [...] sabe que está manipulando a realidade; mas, graças ao exercício do duplipensamento, ele também se convence que a realidade não está sendo violada. O processo precisa ser consciente, do contrário não seria conduzido com a adequada precisão, mas também precisa ser inconsciente, do contrário traria consigo um sentimento de falsidade e, portanto, de culpa. (2009, p. 250-252).

⁹ “A partir daí, nós podemos chegar à proposição de que uma vez que nada é absolutamente verdadeiro, qualquer coisa *pode* ser verdade. E se qualquer coisa pode ser verdade, se você se esforça o suficiente, basta um pouco de convicção emocional para fazer com que vire verdade” (p. 197-198).

¹⁰ A analogia com o conceito de duplipensamento foi inspirado no trabalho de Benson e Kirsch (2010b). Entretanto, enquanto os autores usam esse conceito para explicar a noção de oximoros corporativos, optamos por utilizar a ideia de duplipensamento para ilustrar situações de dissonância cognitiva.

Esse processo de dissonância cognitiva se mostra como uma explicação plausível para o fato de tantas pessoas defenderem a mineração contra as críticas que recebem sem se sentirem culpadas ou entrarem em conflito pessoal. Ele é promovido especialmente pela cultura corporativa das mineradoras. Existe dentro das empresas a permanente confiança de que problemas passados foram consequência de erros específicos e de que esses não se repetirão. “[E]xpressões de confiança são também exemplos da forma como as pessoas trabalhando no setor mineral buscam legitimar suas ações através de instrumentos narrativos que promovem uma visão otimista” (KIRSCH, 2014, p. 134). Essa confiança e esse otimismo no setor são aspectos fundamentais para que a reação à crítica seja melhor elaborada e levada a cabo.

A dissonância cognitiva, ou “duplipensamento”, tem sido também um dispositivo identificado pela Rede de Pesquisa Rio Doce como estratégia das empresas na condução das negociações para fins de reparação dos danos causados por elas em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. A postura dos empregados da Samarco (como primeiros negociadores do caso do Rio Doce), da Fundação Renova e dos advogados das três empresas (Samarco, Vale e BHP Billiton) confirma as teses de Pynchon, Fromm, Harrington e Orwell. Somente pela percepção de que há uma apropriação da “verdade da empresa” pelos seus prepostos é que se pode compreender a maneira pela qual têm sido conduzidas as negociações judiciais e extrajudiciais do caso. De outra forma não seria possível aos representantes dos interesses das mineradoras conviver com os danos causados às pessoas, à natureza e aos territórios sem serem seriamente afetadas por isso.

Esse cenário se torna ainda mais desafiador quando as corporações são capazes de produzir a dissonância cognitiva também em agentes do Estado, que acabam por promover um acesso facilitado às instâncias decisórias, resultando em um poder desproporcional, como no caso das empresas mineradoras no Brasil. Essa relação entre as corporações e o Estado não se limita, todavia, à produção do duplipensamento, mas chega às vias concretas de alternar seus próprios agentes entre as esferas do domínio público-estatal e da iniciativa privada.

CAMINHOS ÉTICOS E EPISTEMOLÓGICOS

Captura acadêmica

Uma questão que também se coloca como desafiadora no contexto da realização de uma pesquisa crítica sobre o rompimento da barragem de Fundão é a captura acadêmica por parte das empresas mineradoras. Para além do sistema de porta giratória com relação às agências de fomento, já mencionado anteriormente, existe a presença não apenas da Vale e da Samarco, mas mesmo da Fundação Renova nas universidades, financiando diretamente a pesquisa a ser realizada. Nesse sentido, o financiamento direto da pesquisa pela parte interessada pode gerar sérios conflitos de interesse em relação ao desenvolvimento da pesquisa. Além disso, como convênios firmados entre empresas privada e universidades públicas podem incluir cláusulas de confidencialidade, há o risco de resultados produzidos por cientistas em universidades públicas não serem colocados à disposição da população.

Devido ao histórico da Vale e da Samarco nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em muitos casos, a relação entre pesquisadores e empresa vem de longa data, por meio do financiamento de projetos de pesquisa. Essa aproximação é particularmente forte na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Para além dessas parcerias de existência mais longas, há também novas iniciativas. Nesse sentido foi emblemático o convênio firmado entre a Fundação Renova e a Universidade Federal de Viçosa, para que essa última atuasse em projetos aplicados às demandas do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) e da Fundação Renova (Fundação Renova, 2018). É também interessante ressaltar o convênio de cooperação assinado, em 2013, entre o ITV e a UFOP que resultou na criação Parque Laboratorial do Instituto Tecnológico Vale, inaugurado, em 2017, no *campus* desta mesma Instituição de Ensino Superior.

As parcerias das mineradoras com institutos de pesquisa não se limitam a questões técnicas nas áreas de mineração ou meio ambiente. Por exemplo, desde 2011 a Vale integrava o Conselho de Curadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 2017, a FGV foi escolhida para realizar o diagnóstico dos danos socioeconômicos causados pelo rompimento da

barragem de Fundão. Esta escolha foi denunciada pela Promotoria de Fundações do Ministério Público do Rio de Janeiro, pelo alinhamento de interesses (Rodrigues, 2018), o que conduziu à suspensão da FGV como possível realizadora do referido diagnóstico, situação revertida por meio de decisão judicial¹¹.

É de relevância mencionar que, na perspectiva do desastre de Fundão, o não alinhamento da academia com fomentos vindos de empresas não conduz a uma imobilidade de pesquisadores e grupos de pesquisas nos territórios afetados. Nesse sentido, ressalta-se que assessorias técnicas independentes, autônomas e escolhidas pelas próprias pessoas atingidas têm sido requeridas como um direito ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Até o momento da escrita deste texto, apenas os municípios de Barra Longa e Mariana, ambos em Minas Gerais, tiveram as assessorias técnicas implementadas.¹² Nestes municípios, as entidades que desempenham a função de assessoria técnica das pessoas atingidas têm recebido o apoio e feito parcerias com acadêmicos de distintas universidades.

Pela necessidade de uma perspectiva crítica na pesquisa

Ao focarmos na atuação da Rede, especialmente no que tange ao posicionamento social e no campo epistemológico de seu grupo de pesquisadores, ressalta-se a adoção de uma perspectiva “crítica”. Remete-se aqui à correspondência de seu fazer ciência com alguns dos pilares do que teria fundado a Teoria Crítica, a partir da Escola de Frankfurt, cujas diversas matizes se desenvolveram e diversificaram-se no decorrer da história (RUSH, 2016).

No que diz respeito ao marco teórico específico dos Direitos Humanos, a relevância de uma teoria crítica dos mesmos se faz ainda mais necessária, uma vez que a captura do potencial de resistência de seu

¹¹ Decisão proferida pelo Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, no dia 03 de maio de 2018, nos autos da Ação Civil Pública 69758-61.2015.4.01.3400.

¹² A primeira assessoria técnica a ser implementada foi a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, em Mariana, e, em seguida, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), em Barra Longa.

conteúdo teórico e normativo, pode contribuir para que a defesa dos Direitos Humanos seja apenas retórica, ou, o que seria mais grave, se coloque em meio a um vazio conceitual, capaz inclusive de referendar violações à dignidade humana, sob o viés de ponderações no choque entre direitos, e legitimado sob a alegação da própria defesa dos Direitos Humanos. Como menciona Joaquín Herrera Flores (2009, p. 25):

Nosso compromisso, na qualidade de pessoas que refletem sobre – e se comprometem com – os direitos humanos, reside em “colocar frases” às práticas sociais de indivíduos e grupos que lutam cotidianamente para que esses “fatos” que ocorram nos contextos concretos e materiais em que vivemos possam ser transformados em outros mais justos, equilibrados e igualitários. Por isso, a verdade é posta por aqueles que lutam pelos direitos. A nós compete o papel de colocar as frases. E esse é o único modo de ir complementando a teoria com a prática e com as dinâmicas sociais: chave de critério de verdade de toda reflexão intelectual.

Concluindo, e reforçando, portanto, a crítica de Herrera Flores (2009), não podemos considerar os Direitos Humanos como algo autônomo, sem contato com a realidade, ou neutro, ou seja “de toda a humanidade”, sem apontar para as complexidades e diferenciações de pontos de partida e chegada, e nem ao menos “conseguido”, garantido pelas abstrações normativas. Desta forma, ser um pesquisador que esteja no campo dos Direitos Humanos é ser um dos atores que contribuam para a tradução das lutas sociais, que reúnem vários outros atores em disputa nos territórios, advindos de diferentes lugares e formações.

Desse modo, a perspectiva crítica fundamenta-se também na consideração de saberes diversos que rompem com a hegemonia de um saber exclusivamente técnico-científico, já que assume a necessidade de valorização do saber das pessoas para um processo conjunto de construção do conhecimento. Esse construir “com” não afeta a cientificidade dos processos ou reduz seu rigor teórico-metodológico, mas busca reconhecer, de acordo com Michel Foucault (1999), os saberes que dentro de uma rede de poderes/saberes são, muitas vezes, desqualificados por contrastarem com saberes considerados científicos e emergem, de acordo com o autor, como “saberes sujeitados”:

Por “saberes sujeitados”, eu entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. [...] esse saber que denominarei, se quiserem, o “saber das pessoas” (e que não é de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam). (1999, p. 12).

Nesse sentido, é a partir do campo, ou seja, dele para fora e de volta para ele, que se espera alcançar as complexidades reais dos processos que são travados, neste caso mais especialmente, frente ao desastre de Fundão. Isso implica dizer, como veremos na seção seguinte, que as explorações a serem tecidas frente ao desastre não estão alijadas das lutas, embates e conflitos cotidianos observados; não estão afastadas dos saberes locais, populares, comuns, sujeitados.

ALGUMAS QUESTÕES ASSOCIADAS À PESQUISA DE CAMPO

As dificuldades de obtenção de informação não ocorrem apenas quando estamos lidando com representantes do setor de mineração. Trabalhos de campo em comunidades afetadas também muitas vezes apresentam algumas limitações para serem levados adiante. Entre elas pode ser mencionado o medo que alguns atingidos têm de serem reconhecidos como opositores às empresas mineradoras e receberem, uma vez mais, implicações em esferas diversas (negativa de ressarcimentos ou do reconhecimento como “pessoas atingidas”, indenizações desiguais etc.). Outro problema comum são as contínuas visitas por diferentes grupos de pesquisadores que não apenas levam ao desgaste emocional dos atingidos, como podem também gerar o sentimento de estarem sendo usados como informantes e fornecedores de dados para o desenvolvimento de trabalhos que, muitas vezes, não retornam às comunidades os resultados alcançados.

No primeiro caso, ou seja, se consideramos o sentimento de medo das pessoas atingidas, isso em muito se deve ao poder econômico que as mineradoras têm nas regiões afetadas. Por exemplo, Miguel Felipe, pesquisador do Grupo Terra da UFJF, em comunicação pessoal, relatou que, em visita a Regência (ES), em 17 de novembro de 2015, seu grupo de pesquisa foi recebido com desconfiança por pescadores que já estavam contratados pela Ocean Pact (prestadora de serviço da Samarco) para colocar as boias que “evitariam” que a lama atingisse as unidades de conservação. Segundo Felipe, ao tentarem entrevistar alguns desses pescadores, eles desconversaram e não participaram da pesquisa. Informações só foram obtidas, posteriormente, junto a pescadores que não haviam sido contratados pelas empresas.

De forma semelhante, uma militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) relatou que, em visita às comunidades atingidas na zona rural de Mariana, logo nos primeiros dias após o rompimento da barragem, havia pessoas que afirmavam não querer falar sobre a Samarco, pois tinham parentes que lá trabalhavam e não queriam que fossem comprometidos. Esse tipo de comportamento não é exclusivo da realidade da Samarco, ou de Mariana. Sentimento semelhante foi apresentado por entrevistados em Itabira, durante uma pesquisa sobre a Vale, em 2015:

[...] as pessoas [...] foram criadas com o nível de dependência de dominação tão grande. Diz não mexer com a Vale não... meu filho um dia pode trabalhar lá [...] Não vou mexer não, porque meu irmão trabalha lá. Não vou mexer porque meu tio trabalha. Sabe essas coisas, né? Tá tudo circulando em volta dela, em torno. Ela é dominadora mesmo, né? Por isso, a cidade não grita. (Cf. GUIMARÃES & MILANEZ, 2017)

Já o problema identificado e que diz respeito à grande presença de pesquisadores ao longo da bacia do Rio Doce após o desastre revela que esse assédio gerou e tem gerado diferentes sentimentos entre as pessoas atingidas. Em conversa com uma assessora técnica das pessoas atingidas em Barra Longa, em dezembro de 2017, foi mencionado que houve um momento de grande afluência de pesquisadores, alunos de universidade etc. Tal “avalanche” de entrevistadores, não apenas expu-

nha demasiadamente os atingidos, como também provocava o risco de gerar considerável estresse.

Passados dois anos do rompimento, a assessora identificou outro sentimento surgindo entre os atingidos: o de terem sido apenas usados. Em muitos dos casos, os pesquisadores chegavam, coletavam seus dados e iam embora. A maioria não havia desenvolvido vínculo com as comunidades, nem mesmo práticas de devolução dos resultados da pesquisa. Esse cansaço da participação de pesquisas, em certos aspectos, pode ter se transformando em uma predisposição a não participar de atividades promovidas por universidades, mesmo aquelas de extensão ou desenvolvidas em conjunto com as assessorias técnicas.

É também mister ressaltar que, no caso do desastre de Fundão, muitas comunidades sequer tinham relações com os impactos advindos de práticas extrativas minerárias. Nesse sentido, passaram, de uma hora para a outra, a ter que lidar com conceitos, denominações, normativas, pessoas de distintas áreas técnicas, representantes de órgãos públicos e trabalhadores de empresas terceirizadas em seus territórios numa dinâmica que escapava de seus cotidianos. Tal fato dificultava a identificação e a percepção dos processos e daqueles que estavam nos territórios para auxiliá-los na conquista de seus direitos ou que meramente representavam as empresas e que promoviam ainda mais violações na tentativa de minimizar reparações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscamos descrever alguns dos desafios referentes à realização de uma pesquisa independente e crítica quanto ao desastre no Rio Doce resultante do rompimento da barragem de Fundão. Primeiramente, discutimos como as grandes corporações respondem à crítica social e, especialmente, como constroem e lidam com a informação e o conhecimento nesse processo. Em segundo lugar, comentamos sobre a influência política das empresas mineradoras no Brasil, não apenas devido ao seu poder econômico, mas também por táticas específicas utilizadas para influenciar a tomada de decisão pelos órgãos de Estado. Em seguida, tratamos da dificuldade de obter informações junto a empresas mineradoras, principalmente associado à incapacidade das pessoas do

setor de perceberem os danos que causam. Dessa forma, críticas vindas de fora seriam sempre tratadas como invenções ou, na melhor das hipóteses, exageros. Então, apontamos para o papel da academia, descrevemos como há infiltração das mineradoras em diferentes instituições de pesquisa e contrapomos tal prática apresentando as perspectivas adotadas por nossos grupos de pesquisa. Por fim, comentamos sobre algumas particularidades do trabalho de campo no contexto específico do Rio Doce, mencionando sobre o medo que as pessoas têm de falar mal da Samarco e do cuidado que se deve ter no tratamento com os atingidos, para não gerar uma sobrecarga e desgaste emocional ou psicológico.

Dado esse cenário, como agir? Dentro das escolhas feitas por nossa rede de pesquisa, a superação de tal desafio passa necessariamente pela atuação conjunta entre pesquisa e extensão e por uma postura que, em vez de deslegitimar os saberes das pessoas, busca construir o conhecimento a partir do pesquisar e trabalhar “com”. Entendemos que a universidade é apenas um dos agentes envolvidos nesse debate e não necessariamente o mais poderoso. Antes de mais nada, temos de considerar que a própria universidade é um campo em disputa, onde diferentes interesses e motivações se manifestam. Para além das lutas internas, precisamos disputar por recursos oriundos de fontes de financiamento que também possuem parcerias explícitas com os responsáveis pelo desastre.

Sozinhos, pesquisadores que tentam fazer um trabalho crítico e independente não têm condições de superar tais barreiras. Por outro lado, precisamos entender como, com quem e para quem fazemos ciência. Dessa forma, envolver os atingidos em um processo de investigação ativa, onde não apenas se compartilhe saberes, mas se mobilize para a atuação política parece ser o caminho a ser construído. Nesse sentido, o envolvimento de movimentos sociais, associações e coletivos se torna passo fundamental para a formação de tal articulação. Somando forças, atingidos e pesquisadores engajados, aumentam sua capacidade de resistências e de mudança. Tal aliança não garante a superação de desafios, mas se mostra como uma condição para isso.

REFERÊNCIAS

- BENSON, P.; KIRSCH, S. Capitalism and the Politics of Resignation. **Current Anthropology**, v. 51, n. 4, p. , 459-486, 2010a.
- _____. Corporate oxymorons. **Dialectical anthropology**, v. 34, n. 1, p. 45-48, 2010b.
- BIANCHETTI, M. **Mineração**: setor repensa práticas de exploração e de produção. **Diário do Comércio**, 1 dez. 2016. Disponível em: <http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=mineracao_setor_repensa_praticas_de_exploracao_e_de_producao&id=175739>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- CARNEIRO JÚNIOR, S. Sandoval Carneiro Júnior. **Plataforma Lattes**. 12 out. 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3900587982286582>>. Acesso em: 7 mar. 2018.
- COELHO, T. P.; MILANEZ, B.; GIFFONI PINTO, R. A empresa, o Estado e as comunidades. In: ZONTA, M.; TROCATÉ, C. (Eds.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton. Vol. 2. Marabá: Editorial iGuana, 2016. p. 183-227.
- DALE, G. Sustaining what?: Scarcity, growth and the natural order in the discourse on sustainability. In: CARADONNA, J. L. (Ed.). **Routledge Handbook of the History of Sustainability**. Abingdon; New York: Routledge, 2018. p. 71-95.
- DESJARDINS, R.; MONDERIE, R. The hole story. Direção de Richard Desjardins e Robert Monderie. Produção de Colette Loumède. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.nfb.ca/film/hole_story/>.
- Diário Oficial da União. Processo Nº 23038.005088/2015-19. 18 nov. 2015, p. 39. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/11/2015&jornal=3&pagina=39&-totalArquivos=280>>.
- Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Edital marca convênio entre Vale, Fapes e FAPERJ, 20 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=2991.2.4>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. VALE-FAPEMIG-FAPESPA, 18 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/5566>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FUCHS, D. Theorizing the power of global companies. In: MIKLER, J. (Ed.). **The handbook of global companies**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2013. p. 77-95.
- FUNDAÇÃO RENOVA. Parceria entre Fundação Renova e Universidade Federal de Viçosa busca incentivar pesquisas na bacia do rio Doce, 30 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/noticia/parceria-entre-fundacao-renova-e-universidade-federal-de-vicosa-busca-incentivar-pesquisas-na-bacia-do-rio-doce/>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- GUIMARÃES, C. L.; MILANEZ, B. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 41, p. 215-236, 2017.
- HARRINGTON, A. **Life in the crystal palace**. New York: Alfred A. Knopf, Inc, 1959.
- HERRERA FLORES, J. A **(re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Editora Boiteux, 2009.
- HUMPHREYS, D. **The remaking of the mining industry**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2015.
- IBRAM. Rio+20: IBRAM mostra que mineração é sustentável. **Indústria da Mineração**, ano VII, n. 55, p. 14, 2012.
- KIRSCH, S. Sustainable mining. **Dialectical anthropology**, v. 34, n. 1, p. 87-93, 2010.
- _____. **Mining capitalism: The relationship between corporations and their critics**: University of California Press, 2014.
- MACDONALD, A. **Industry in transition a profile of the North American mining sector**. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 2002.
- MACIEL, A. Subsecretária ambiental pede licença e assina com mineradora para aprovar barragem maior que Mariana. **The Intercept Brasil**, 1 fev. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/02/01/subsecretaria-de-orgao-ambiental-ajuda-mineradora-a-aprovar-barragem-maior-que-mariana/>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- MELLO, L.E.A.M. Luiz Eugenio Araujo de Moraes Mello. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/4462750801249231>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

- MILANEZ, B.; COELHO, T. P.; WANDERLEY, L. J. O projeto mineral no Governo Temer: menos Estado, mais mercado. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2017.
- OLIVEIRA, C. R. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração**. Rio de Janeiro: IBASE, 2013.
- _____. **Quem é quem nas discussões do novo código da mineração 2014**. Rio de Janeiro: IBASE, 2015.
- ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PORTER, T.; BROWN, S. Why, when and how companies get organized. In: MIKLER, J. (Ed.). **The handbook of global companies**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2013. p. 96-112.
- PYNCHON, T. Posfácio. In: ORWELL, G. (Ed.). **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 395-414.
- RODRIGUES, L. MPRJ rejeita contrato entre Samarco e FGV para análise de danos de tragédia. **Agência Brasil**, 26 jan. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/mprij-rejeita-contrato-entre-samarco-e-fgv-para-analise-de-danos-de-tragedia>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- RUIZ, R. M.; DINIZ, C. C. **Minas e Mineração no Século XXI: Desenvolvimento e tecnologias para sustentabilidade econômica e ambiental – Documento síntese**. Belo Horizonte: Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 2016.
- RUSH, F. **Teoria crítica**. São Paulo: Ideias&Letras, 2016.
- SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o desenvolvimento como poder**. São Paulo: Vozes, 2000.
- SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. A construção do desastre e a “privatização” da regulação mineral: reflexões a partir do caso do vale do rio Doce. In: ZHOURI, A. (Ed.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 111-154.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2014**. Disponível em: <<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M. O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (Ed.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 28-64.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

O acordado sai caro, e muito caro!

Percepções iniciais da Defensoria Pública acerca dos
processos indenizatórios da Bacia do Rio Doce

Rafael Mello Portella Campos

Mariana Andrade Sobral

INTRODUÇÃO

Escrever sobre o desastre ambiental da Bacia do Rio Doce é um verdadeiro desafio. Isto porque, a cada dia que passa, deparamo-nos com o crescimento de um grande sistema de atores sociais e mecanismos interdisciplinares e complexos (mas não necessariamente sofisticados ou até exitosos), que se propõem a “gerir” programas para recuperação e compensação do meio ambiente e dos seus reflexos sociais. À revelia das comunidades atingidas, um termo de ajustamento de conduta, firmado entre estes federativos e empresas, sem participação popular é levado adiante e executado com nítido objetivo de ser legitimado pelo tempo. Aliado a isto, esbarra-se em um Poder Judiciário despreparado para lidar com a catástrofe instaurada na postura das empresas Vale, Samarco e BHP, na omissão dos entes federativos e nas dificuldades de articulação e parceria entre todos os atores públicos.

Por isso, dois anos após o rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG, revela-se despiendo contextualizarmos o leitor de que estamos diante do maior desastre ambiental da história do Brasil; de um dos maiores desastres ambientais relacionados à mineração do mundo; de que milhares de pessoas, após dois anos e meio do rompimento ainda não foram indenizadas, compensadas e reassentadas; de que prevalece nos territórios profunda desconfiança acerca da qualidade da água, do pescado e das hortas que eram irrigadas com as águas do Rio Doce. Após dois anos, o que se menos precisa, neste momento, são textos ge-

néricos, que não busquem a devida imersão nos problemas enfrentados pelos atingidos.

Neste sentido, propõe-se um pequeno recorte, com o objetivo de levantar a atenção para um dos seus aspectos, qual seja, o direito à indenização ao atingido pelos danos materiais e morais decorrentes do desastre ambiental. Pretende-se dividir com o leitor as principais questões que desafiaram as Defensorias Públicas¹ e os atingidos a adotarem posturas enérgicas e contundentes de enfrentamento aos processos indenizatórios em curso.

O desafio posto, especialmente para uma instituição como a Defensoria Pública, consiste em descobrir qual o seu papel institucional nesse mosaico de atores e relações que compõem o desastre e quais instrumentos utilizar (e se reinventar) para garantir a defesa jurídica das comunidades atingidas. Afinal, o que se espera da Defensoria Pública?

Trata-se, em verdade, de indagação em constante formulação, a partir de erros e acertos na atuação institucional. Para os Defensores Públicos que estão imersos na questão, dois anos de atuação é muito pouco para que possamos fazer uma reflexão profunda sobre o papel da Defensoria Pública no âmbito do desastre ambiental de Mariana/MG, especialmente na defesa do patrimônio jurídico do atingido.

PARA ALÉM DOS MÉTODOS TRADICIONAIS DE ATUAÇÃO.

Desde novembro de 2015, a Defensoria Pública do Espírito Santo atua no âmbito do desastre ambiental a partir da criação do grupo de trabalho especial para prestar atendimento aos atingidos (Grupo SOS Rio Doce), conforme regulamentado pelo Ato Normativo nº 003 de 13 de novembro de 2015². Os primeiros meses de trabalho tiveram como prin-

¹ No Estado do Espírito Santo, Defensoria Pública do Espírito Santo e Defensoria Pública da União trabalham em parceria, promovendo uma atuação em conjunto no âmbito do desastre ambiental. Desta forma, toda vez que mencionamos a instituição Defensoria Pública ou Defensorias Públicas, significa mencionar ambas.

² Ato Normativo nº 003 de 2015, publicado no dia 13 de novembro de 2015. Cria o Grupo de Trabalho da Defensoria Pública e define o seu funcionamento, objetivando a prestação de assistência jurídica integral e promoção de direitos humanos das vítimas do rompimento de barragens em Minas Gerais que atingiram o estado do Espírito Santo.

cial escopo juntar o máximo de informações possíveis acerca dos reflexos do desastre ambiental nas comunidades capixabas. A partir daí, montar estratégias institucionais.

A aproximação com os atingidos como ponto inicial dos trabalhos visou entender as principais demandas e dificuldades, partindo do pressuposto de que qualquer atuação deveria se embasar no que fosse coletado diretamente em campo, na medida em que qualquer interferência de um agente externo, especialmente de comunidades que nunca tiveram contato com a Defensoria Pública, deve ter a cautela e o cuidado de conquistar a confiança necessária para o desenvolvimento de qualquer trabalho.

Dentre as diversas atuações, deve ser destacado que, no primeiro semestre de 2016, a DPES privilegiou a foz do Rio Doce, área diagnosticada como mais vulnerável nos primeiros meses após a chegada dos rejeitos ao estado. De forma itinerante, o Grupo SOS Rio Doce realizou aproximadamente 800 atendimentos, ajuizando mais de 150 ações individuais. Foi realizado o atendimento *in loco* de comunidades como: Areal, Entre Rios, Degredo, Comboios, Povoação e Regência. A vulnerabilidade acentuada das comunidades impôs à Defensoria Pública que evitasse o agendamento de atendimentos no seu núcleo de atendimento, localizado no centro do município de Linhares³. Os atendimentos foram

Instituído pelo Ato Normativo nº 450 de 16 de junho de 2015, o Núcleo de Defesa Agrária e Moradia, doravante NUDAM, iniciou as suas atividades em julho de 2015, com o objetivo de dotar a Defensoria Pública Estadual de força de trabalho especializada para lidar com a complexa questão da regularização fundiária e da afirmação do direito à moradia plena no estado do Espírito Santo. Possui como diretriz a atuação em grandes adensamentos populacionais, notadamente daqueles que possuem baixo índice de desenvolvimento urbano no estado do Espírito Santo. Além disso, desde 22 de agosto de 2016, em decorrência da Portaria nº 518, acumula em suas atribuições as atividades outrora desempenhadas pelo Grupo de Trabalho SOS Rio Doce, criado emergencialmente em virtude do desastre ambiental ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana/MG, conforme Ato Normativo nº 003 de 13 de novembro de 2015. Atualmente, trabalha com os seguintes eixos: 1) regularização fundiária, 2) acompanhamento de remoções compulsórias, 3) acesso à terra e 4) atuação no âmbito do desastre ambiental da Bacia do Rio Doce, contando com 04 Defensores Públicos em dedicação exclusiva.

³ Estima-se que uma viagem de carro de Regência ao Centro de Linhares demore, aproximadamente, uma hora. Somado à péssima cobertura de transporte público e precariedade da estrada que ligue os dois extremos, seria inviável pensar qualquer estratégia de atuação a partir do núcleo de atendimento de Linhares.

realizados no ônibus institucional da DPES (equipado para tal) e em espaços públicos, com o auxílio das comunidades.

Entretanto, na medida em que os atendimentos eram realizados, novas listagens e solicitações chegavam à Defensoria Pública de comunidades de outros municípios. Aos poucos, chegavam pedidos de auxílio de comunidades localizadas no litoral de São Mateus e Aracruz.

Assim, a crescente demanda que vinha dos mais diversos territórios impôs que a Defensoria Pública revisse os seus métodos tradicionais de atuação. A partir de uma atuação estratégica de empoderamento das comunidades, buscou-se promover trabalhos de educação em direitos, de modo a explicar o que significa o reconhecimento do indivíduo enquanto afetado e quais direitos decorrem dessa posição jurídica, enfatizando o viés coletivo da questão e a necessidade de mobilização e participação social como instrumento de reivindicação de direitos. Com a presença da Defensoria Pública de forma mais direta nas comunidades, divide-se a vivência nos espaços de mobilização criados pelos afetados⁴, agregando confiança à relação da instituição com o atingido.

No estabelecimento deste tipo de estratégia, é importante enfatizar as reflexões acerca das estratégias judiciais de atuação. O contexto do desastre ambiental tem suscitado profundas reflexões sobre a eficácia dos instrumentos de tutela coletiva previstos no ordenamento jurídico. Mais de 60 ações coletivas e milhares de ações individuais foram propostas com poucas tendo tido desfechos positivos em prol dos atingidos. Judicializar, embora viável, entregaria ao Poder Judiciário relevantíssima questão de cunho social, cuja principal característica é a dificuldade probatória dos atingidos, que até então viviam informalmente. A quantificação dos danos ainda encontra forte obstáculo do formalismo do sistema processual⁵. Para questões de caráter coletivo, há grande risco de haver questionamentos referentes à competência para julgamento da

⁴ No estado do Espírito Santo foram formadas várias entidades de mobilização dos afetados, de modo a fomentar a luta por direitos. Além do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, existem aproximadamente 5 fóruns locais e 6 comissões de atingidos, que em sua maioria contaram com a participação da DPES na sua instituição.

⁵ O ônus da prova no processo civil brasileiro, mesmo que tenha sofrido relativizações em prol de uma maior justiça na sua distribuição, ainda depende muito dos métodos tradicionais de colheita de prova, especialmente documental. Muitos atingidos atendidos pela Defensoria Pública possuem apenas testemunho dos seus relatos e a sua própria palavra.

questão com afastamento do juízo mais próximo às comunidades afetadas e não reconhecidas⁶. Sob a perspectiva da mobilização social, foi importante sempre provocar a reflexão das comunidades acerca do que significa judicializar uma demanda e sopesar os prós e contras do sistema de justiça brasileiro.

Portanto, do ponto de vista social, privilegiar a mobilização social e o protagonismo das comunidades atingidas permitiu a conscientização a respeito da condição do indivíduo enquanto afetado e detentor de direitos específicos, bem como a coletivização da questão sem afastamento do viés individual. A judicialização poderia implicar em direção oposta, promovendo a desmobilização em virtude das expectativas que as comunidades depositam nas instituições públicas. Muitas ações coletivas ajuizadas por associações, colônias de pescadores, dentre outras organizações da sociedade civil, buscaram um enfoque integralmente patrimonial, limitando a luta pelos direitos dos afetados aos danos morais e patrimoniais de caráter individual, fato que, na visão das Defensorias Públicas, não teve o condão de agregar as diversas classes afetadas em outros temas como: as compensações e reparações coletivas e a necessidade de participação popular na sua escolha, segurança hídrica e alimentar, o reconhecimento do próximo enquanto afetado (diversas classes foram afetadas, especialmente os seguimentos informais das comunidades), as questões ambientais, dentre outros.

O surgimento do Termos de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, firmado entre os entes federativos atingidos e as empresas, em meados de março de 2016 e a criação da Fundação Renova mudaram o panorama do desastre. Novos questionamentos passaram a existir dentro dos 41 programas socioeconômicos e socioambientais criados pelo “acordão”, apelido dado pela sociedade civil ao documento recém-criado. Surgem então os Programa de levantamento e de cadastro dos impactados; o Programa de ressarcimento e de indenização dos

⁶ Em virtude das dezenas de ações coletivas ajuizadas, o Superior Tribunal de Justiça julgou conflito de competência (CC 144.922) estabelecendo diversos critérios para a fixação da 12ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar questões ambientais e temas relacionados ao Termo de Ajustamento de Conduta, decisão que prejudicou a fixação de estratégias judiciais coletivas no Espírito Santo.

impactados e o Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos impactados⁷.

O SURGIMENTO DA FUNDAÇÃO RENOVA E DOS PROGRAMAS SOCIOECONOMICOS.

Após 4 meses do rompimento da barragem, em meados de março de 2016 foi firmado entre União, estados atingidos, Samarco, Vale, BHP e órgãos ambientais Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, com o objetivo de promover a compensação e reparação dos danos acarretados pelo rompimento da barragem. O acordo foi alvo de severas críticas por parte das instituições públicas (Ministérios Públicos e Defensorias Públicas), bem como de setores acadêmicos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil por diversos motivos, em especial pela ausência de participação popular na elaboração dos seus respectivos termos.

A nova conjuntura inaugurada com o TTAC⁸, com a criação da Fundação Renova – pessoa jurídica de direito privado criada para gerir os programas socioeconômicos e socioambientais previstos no referido acordo – e com a instituição de um sistema de governança do desastre

⁷ Antes do TTAC já havia uma atividade inicial da empresa Samarco de realizar urgentemente o levantamento dos atingidos e prestar-lhes auxílio financeiro. A partir do Primeiro Aditivo ao Termo de Compromisso Socioambiental Preliminar, assinado em dezembro de 2015 entre MPF e empresas (PATCSP), restou estabelecido um valor mensal e a disponibilização de cesta básica aos atingidos que tinham sua renda diretamente relacionada ao Rio Doce.

⁸ O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta assinado entre os entes federativos e as empresas envolvidas no desastre ambiental ocorreu no bojo da ação civil pública nº 69758-61.2015.4.01.3400, que tramita na 12ª Vara Federal da seção judiciária de Minas Gerais. A Defensoria Pública do Espírito Santo foi uma das primeiras instituições a se posicionar contra ao referido acordo, tendo em vista a ausência de participação dos atingidos na elaboração dos seus termos, encaminhando petição suscitando questão de ordem pública no dia 4 de março de 2016. Em julho de 2016 o STJ acatou requerimento do MPF e concedeu liminar para suspender a homologação do TTAC. Em suas razões, há menção à falta de participação popular, embora a decisão aborde mais questões afetas à competência da câmara de conciliação do TRF. Posteriormente, em agosto de 2016, o TRF da 1ª Região acatou requerimento do MPF e anulou a homologação do TTAC.

encabeçado por um colegiado denominado Comitê Interfederativo⁹, impuseram às Defensorias Públicas que se debruçassem sobre o desejo das empresas/poder público de criar um programa extrajudicial de indenização para toda a bacia do Rio Doce.

O programa de indenização mediada – (PIM) está diretamente relacionado ao programa de cadastramento e ao programa de auxílio financeiro, perfazendo os chamados Programas Socioeconômicos do TTAC, que, por sua vez, devem ser elaborados, desenvolvidos e executados pela Fundação Renova¹⁰. A partir deles, os atingidos, submetidos a critérios estabelecidos pela Fundação Renova, têm a sua condição avaliada, que decide, unilateralmente, se farão jus ou não ao auxílio financeiro, indenização ou quaisquer outros programas.

O Programa de Indenização Mediada, na prática, consiste na instalação de escritórios nos municípios atingidos, de modo que a população atingida compareça e participe de um “procedimento de mediação”, onde será discutida uma proposta de indenização, baseada nas informações colhidas no decorrer do cadastramento dos atingidos.

Logo no início do planejamento e execução do PIM, as Defensorias Públicas foram procuradas pelas empresas, ocasião em que os primeiros esboços do programa foram apresentados. Solicitava-se, à época, a disponibilização de Defensores Públicos em tempo integral nos escritórios de atendimento em um modelo de atendimento fechado e predeterminado.

O referido “auxílio” foi negado de imediato, sob a justificativa de que, antes de tudo, a Defensoria Pública precisava compreender as ba-

⁹ De acordo com o site do IBAMA: o Comitê Interfederativo (CIF) foi criado em resposta ao desastre provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em 05/11/2015, no município de Mariana (MG). Sua função é orientar e validar os atos da Fundação Renova, instituída pela Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos resultantes da tragédia. O CIF é presidido pelo Ibama e composto por representantes da União, dos governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, dos municípios impactados e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/comite-interfederativo-cif>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

¹⁰ Para maiores detalhes sobre os regimentos gerais dos programas sugerimos a leitura do TTAC. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/cif/ttac>>. Acesso em 27 de abril de 2018.

lizas do programa de indenização. A estratégia da presença de uma instituição de justiça, seja MP ou DP, dentro do programa serviria como legitimador das ações a serem promovidas. Tal participação irrefletida foi imediatamente objetada pela DPES, posição que foi seguida posteriormente pela DPU e DPMG.

À título de exemplo, as primeiras reuniões realizadas entre DPES e Samarco partiam do desejo da empresa de ter a “legitimidade pelo envolvimento do Poder Público”, devendo o Defensor, no escritório, prestar “apoio jurídico”, “validação dos critérios” e “validação da contratação da mediação”¹¹.

As tentativas por parte das empresas em incluir as Defensorias Públicas no Programa de Indenização fez surgir a necessidade de comunicação entre DPU, DPES e DMPG, com o objetivo de definir estratégia de atuação conjunta, firmando posicionamento similar para fazer frente a força política e econômica enfrentada¹².

No decorrer das reuniões que se seguiram, as empresas foram alertadas sobre diversos pontos que poderiam colocar em cheque um processo extrajudicial justo e seguro. Critérios restritivos para o reconhecimento dos atingidos, formalismos para a comprovação dos seus danos, obstáculos ao acesso à informação, previsão de cláusulas abusivas no termo de conciliação (como a quitação geral, ampla e irrestrita) foram alguns dos pontos insistentemente discutidos.

Ainda assim, o PIM iniciou a partir de duas fases: uma relacionada ao dano moral decorrente do desabastecimento de água em Colatina/ES e Governador Valadares/MG e a outra relacionada aos danos gerais experimentados pelos atingidos que tinham sua renda relacionada ao Rio Doce.

¹¹ Expressões usadas no decorrer das primeiras reuniões entre Defensoria Pública e Samarco.

¹² Sob esta justificativa, é firmado termo de cooperação entre as Defensorias Públicas do Espírito Santo, Minas Gerais e União. Surgiu o Grupo Interdefensorial do Rio Doce.

O ATINGIDO ENTRE DISCURSOS INSTITUCIONAIS DE RECONHECIMENTO E NÃO RECONHECIMENTO DA FUNDAÇÃO RENOVA. AUTODETERMINAÇÃO DO ATINGIDO E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA.

O início da atuação da Fundação Renova nos territórios, anunciando a criação do PIM criou enorme expectativa nas comunidades. Ainda que houvesse resistência da sociedade civil (movimentos sociais como MAB), Defensorias e MPs, os atingidos das comunidades ansiavam pelo início do programa, no momento em que era divulgado pela Fundação Renova um programa rápido, transparente e participativo.

Embora fosse esperado e desejável que instituições como Ministério Público Federal – que logo após a assinatura do TTAC ajuizou ação civil pública¹³ – tenham tido postura rígida acerca do não reconhecimento da Fundação Renova e da estrutura recém-criada (dentre outros motivos pela ausência de participação popular na elaboração dos seus termos), fato é que a mesma já havia criado ramificações em todas as comunidades atingidas com uma velocidade espantosa.

À Defensoria Pública chegava constantemente notícias de violações de direitos humanos, em sua maioria relacionadas à falta de informação a respeito das atividades desempenhadas pela Fundação Renova e empresas terceirizadas responsáveis pelos trabalhos de campo e cadastramento da população atingida. Portanto, imiscuir-se das notícias de tantas irregularidades seria negar ao atingido acesso à justiça.

Neste momento, optou-se pelo enfrentamento direto às ilegalidades que estavam sendo perpetradas nos territórios atingidos, em que pese tal postura, de viés pragmático, pudesse ser usado como “argumento” para o reconhecimento e legitimidade do sistema. Nesta equação, deve ser também levada em consideração a postura do Poder Judiciário, que paralisou a maioria das ações coletivas em virtude da celebração do TTAC e concentrou o poder jurisdicional na 12ª Vara Federal de Belo Horizonte.

¹³ A ação civil pública, conhecida como “ação civil pública dos 155 bilhões”, foi uma resposta do Ministério Público Federal à assinatura do TTAC pelas empresas e entes federativos. Com a anulação da sua homologação, uma nova linha de negociação ressurgiu, concomitantemente à execução do TTAC, que, embora impugnado, foi executado normalmente.

A imersão feita nos programas e no enfrentamento à Fundação Renova também leva em consideração a autodeterminação informada do atingido, isto é, cabe à Defensoria Pública munir o atingido de todas as informações necessárias sobre o cenário a sua frente, para que, desta forma, opte pela forma de reparação que lhe atenda.

O trabalho, portanto, além de buscar o aprofundamento no maquinário criado, visou uma presença mais ativa em todas as comunidades capixabas (e não só na foz do Rio Doce). A duras penas, a Defensoria Pública tentou se fazer presente no máximo de espaços possíveis, divulgando informações e fomentando a mobilização e organização das comunidades. Neste ponto, foi fundamental o trabalho em rede com parceiros como o Fórum Estadual em Defesa do Rio Doce e Movimentos de Atingidos por Barragens.

O primeiro trabalho informativo com esse viés foi a realização de um conjunto de audiências públicas nos municípios de Colatina, Linhares e Baixo Guandu, entre os dias 19 a 28 de setembro de 2016. Foi a primeira vez que a empresa Samarco se disponibilizou a explicar o que pretendia com o programa de indenização de forma ampla e sem restrições de participação. Após dois anos e meio de atuação, ainda chegam à Defensoria Pública notícias sobre os mesmos problemas. Informação e transparência foram (e são) os grandes desafios das comunidades atingidas.

O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO PRESSUPOSTO DA PARTICIPAÇÃO DO ATINGIDO EM PROCESSOS INDENIZATÓRIOS. A BANDEIRA DO “CARTÃO PARA TODOS”.

Para entendermos os obstáculos atuais à participação dos atingidos no processo de indenização em curso, é importante abordar como se dá o acesso à informação aos atingidos e às instituições públicas, especialmente sobre dados relacionados ao cadastramento, auxílio financeiro e indenização.

Sob a perspectiva dos programas socioeconômicos, comunidades inteiras passaram a demandar a Defensoria Pública com listagens contendo centenas de nomes, solicitando informações a respeito da atividade da Fundação Renova. Geralmente, os pleitos giravam em torno do “cartão”, ou seja, da demora no deferimento do auxílio financeiro emer-

gencial. Muitos protestos foram feitos sob a bandeira do “cartão para todos” em Povoação e Regência, na foz do Rio Doce, além de ocupações de trilhos de propriedade da Vale e demais manifestações no Espírito Santo e Minas Gerais¹⁴.

Em uma atividade de genuína contrapropaganda, é comum o uso do discurso pelas empresas de que inúmeras pessoas recebem indevidamente e de má fé, de modo a mobilizar a opinião pública contra as reivindicações dessas comunidades. Ou seja, busca-se constantemente desmerecer o referido pleito, sob a alegação de que sua generalização a todos os moradores de determinada comunidade, indiscriminadamente, é desarrazoada e absurda.

Ocorre que a expressão “cartão para todos” esconde os reais problemas vivenciados pelas comunidades e que, pela complexidade das estruturas criadas, foge à obviedade. Afinal, estamos falando de comunidade tradicionais, cuja informalidade e ausência do poder público são características determinantes. É comum ouvir dos atingidos que ao entrar em contato com os canais de relacionamento da Fundação Renova recebem dois tipos de resposta: “aguardar ser chamado para o PIM” ou “você não tem perfil”. Em outros casos, é respondido, seja presencialmente ou por telefone, que a dúvida do atingido deve ser dirigida ao programa socioeconômico correto. Por exemplo, o responsável pelo programa de indenização não tem informações sobre o programa de auxílio financeiro.

As comunidades desconhecem os métodos empregados pela Fundação Renova e por ser o único direito tangível e visível aos seus olhos, concluem que o “cartão” é o máximo que terão.

Não se pode esperar que comunidades inteiras pleiteiem, sem qualquer orientação, “direito de acesso à informação aos dados individuais que constam no sistema da Fundação Renova”, “direito a ter decisão fundamentada e clara a respeito dos pleitos da comunidade”, “acesso amplo e irrestrito aos dados pessoais do qual façam jus” ou “confidencialidade é ilegal”. Estas questões, entretanto, são o pano de fundo do “cartão para todos”.

¹⁴ GAZETA ONLINE. Manifestantes fecham ES 245 para reivindicar auxílio da Samarco. 29 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/norte/2016/12/manifestantes-fecham-es-245-para-reivindicar-auxilio-da-samarco-1014009615.html>>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

Com o quadro crônico de desinformação instaurado, a Defensoria Pública passou a cobrar da Fundação Renova detalhes sobre os levantamentos realizados, especialmente sobre os motivos pelos quais algumas pessoas estavam recebendo auxílio financeiro enquanto que outros, aparentemente na mesma situação, não recebiam.

Apenas a partir de decisões judiciais, a Defensoria Pública passou a ter acesso aos documentos produzidos a partir dos levantamentos realizados em campo. Veio à luz o parecer de avaliação de impacto, o laudo de avaliação de bens, o questionário, dentre outros, que atestariam, a partir do cadastramento se houve o impacto direto ou não. É o que a Fundação Renova denomina de “elegibilidade” aos programas socioeconômicos.

A partir das referidas informações, restou evidente que os critérios restritivos (ou a ausência de critérios) estavam afetando diretamente atingidos em situação de vulnerabilidade formalmente reconhecida pela Fundação Renova. Um dos casos mais emblemáticos é o de uma moradora de Povoação¹⁵, idosa, analfabeta, portadora de deficiência auditiva e visual, cujo impacto direto pelo desastre foi atestado pela própria Fundação Renova. Embora tenha vulnerabilidade acentuada reconhecida, teve o seu auxílio financeiro negado pois não houve comprovação suficiente de impacto na renda. O seu direito ao auxílio financeiro veio apenas judicialmente, a partir da confrontação entre o seu parecer de avaliação de impacto e a justificativa da negativa do auxílio financeiro.

O “cartão”, portanto, esconde a questão nevrálgica de todo o processo de cadastramento na Bacia do Rio Doce: acesso à informação.

A partir de uma nota técnica recomendatória à Fundação Renova e Comitê Interfederativo, foi estabelecido, a partir da Deliberação nº 105 de 14 de setembro de 2017, parâmetros para o Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, e recomendações para aprimorar e expandir os canais de comunicação disponibilizados pela Fundação Renova, visando o acesso à informação enquanto direito fundamental. Apenas em janeiro de 2018 a Defensoria Pública passou a ter acesso direto ao sistema da Fundação Renova, o que tem auxiliado no

¹⁵ O nome da assistida não será informado de modo a preservar sua intimidade e privacidade. Trata-se de uma das ações individuais que são acompanhadas pela DPES.

diagnóstico das demandas. Todavia, muito ainda há de ser aprimorado para o acesso direto pelos atingidos das informações que tem direito.

A ausência de informações claras e transparentes acerca da execução dos programas socioeconômicos tem desfeito a malha social de diversas comunidades, provocado instabilidade, tensão e desorganização social, bem como a fragmentação de comunidades tradicionais e o aumento dos conflitos sociais.

OS OBSTÁCULOS PARA A JUSTIÇA MATERIAL. DO PIM ÀS POLÍTICAS INDENIZATÓRIAS.

No decorrer do ano de 2017 já havia sendo executado o Programa de Indenização Mediada referente aos danos morais ocasionadas pelo desabastecimento de água nos municípios de Governador Valadares (MG) e Colatina (ES)¹⁶. Nele, a partir de um processo simplificado, aquele que morava no município à época do desabastecimento tem direito a um valor predefinido, aprovado pela Deliberação nº 29 de 25 de setembro de 2016 do CIF.

É comum a defesa do programa de indenização mediada usando os dados inchados do programa relacionado à indenização pelo dano moral decorrente do desabastecimento de água em Governador Valadares e Colatina. De acordo com os dados da Fundação Renova a grande maioria dos “acordos” realizados vem do PIM relacionado ao desabastecimento de água, que possui objeto restrito, valor tabelado e como único obstáculo a comprovação formal de residência¹⁷.

Além da necessidade por uma compensação monetária rápida, a demora de resposta efetiva pela via judicial, decisões de indenização pelos

¹⁶ A sistemática dos programas de indenização está prevista no Regimento Interno do Programa de Indenização Mediada.

¹⁷ De acordo com o documento “Políticas indenizatórias”, versão de março de 2018, encaminhado à Defensoria Pública: “A população atingida pelo dano pela interrupção na distribuição e abastecimento de água representa aproximadamente 90% do público total, considerando a primeira e a segunda campanha do Cadastro Integrado. Enquanto a previsão de atendimentos para o Dano Água é quantificada pelo número de pessoas atingidas por município (conforme dados do IBGE), a previsão para o Dano Geral tem por base a primeira e a segunda campanhas do Cadastro Integrado”.

mesmos danos com valores próximos ao ofertado pela Fundação Renova e até mesmo o convênio realizado com TJMG¹⁸ são alguns dos motivos que levaram os atingidos a participar dos escritórios, mesmo insatisfeitos com o acordo firmado.

É fundamental que esta contradição não passe despercebida sob pena de concluir equivocadamente pelo sucesso do PIM água sem uma reflexão acerca da origem de atitude contraditória por partes dos atingidos.

Concomitantemente à atividade de cadastramento e concessão de auxílio financeiro às comunidades, no final do primeiro semestre de 2017, gradualmente, inicia o programa de indenização mediada referente aos danos gerais, isto é, dos danos materiais e morais suportados pelos atingidos pelo desastre ambiental.

No que fiz respeito aos danos gerais, a primeira ideia apresentada à Defensoria Pública baseava e estruturava todo o programa de indenização a partir de uma “matriz de danos”, do “protocolo de elegibilidade de danos” e “lista de documentos comprobatórios de danos”. Tais documentos, que seriam construídos coletivamente, teriam a função de estabelecer os documentos base do PIM. A Defensoria Pública participou das reuniões da Câmara Técnica de Organização Social¹⁹ com o objetivo de questionar a rigidez dos critérios e propor, ao menos, conceitos mais abertos, de modo a abarcar o máximo de pessoas possíveis.

Logo no início, a dificuldade em se estabelecer um conjunto de medidas mínimas para que fosse dada segurança e transparência ao PIM levaram a Defensoria Pública a adotar posturas de enfrentamento. A dificuldade de acesso à informação e a resistência em estabelecer limites aos efeitos dos acordos, que possuem a pretensão de dar quitação geral às responsabilidades das empresas pelo desastre, já eram indicativos fortes de que o programa de indenização nascia com finalidade bem diferente da idealizada no acordo.

¹⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. TJ e Fundação Renova firmam termo de cooperação. 29 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tj-e-fundacao-renova-firmam-termo-de-cooperacao.htm#.WuXbR-KQvzIU>>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

¹⁹ A organização das entidades públicas no sistema de Governança estabelece não só o Comitê Interfederativo, mas Câmaras Técnicas, formadas por órgãos públicos, para tratar dos programas socioeconômicos e socioambientais. A CTOS trata dos programas de cadastramento, auxílio e indenização.

Outro ponto de especial atenção foi a chegada de diversas reclamações de atingidos acerca da realização de reuniões apenas para atingidos convidados ou por “lista fechada”. O processo já se demonstrava de cunho excludente, com “eleição” por parte da Fundação Renova de supostas lideranças que os atingidos não se sentiam representados.

Um dos idealizadores do procedimento de mediação do Programa de Indenização, Diego Faleck, em artigo no qual discorre sobre técnicas de mediação no âmbito do desastre ambiental, relata a dificuldade da Fundação Renova em encontrar representantes das comunidades, demonstrando que já há reconhecimento de algumas falhas do programa, como bem pode se observar no trecho transcrito abaixo:

Os grupos e indivíduos impactados em algumas frentes desse caso podem ser considerados como ‘difíceis de representar’, já que a situação de representação nas comunidades não é clara, direta e óbvia. A solução, por vezes, foi a representação por aproximação, com a escolha de indivíduos e organizações que, ainda que não diretamente legitimados pelos seus constituintes, tenham a capacidade de representar os seus interesses e comunicar efetivamente as informações apreendidas e as visões e impressões do grupo que representam. A participação de tais grupos representantes também se dá pela seleção de indivíduos e organizações que concordem em se comprometer a esta incumbência. Os representantes aproximados devem concordar em realizar melhores esforços para comunicar as visões e vontades de sua categoria de representados. Na medida do possível, os representantes devem ter conhecimento sobre os temas em debate, ter a capacidade de trabalhar em grupo de maneira produtiva, ter o apoio dos seus constituintes, ter interesse e disponibilidade em participar do diálogo.²⁰

Chama atenção o critério utilizado na escolha desses supostos representantes, na medida em que não traz qualquer referência na legítimi-

²⁰ Texto publicado na **Revista da Defensoria Pública de Minas Gerais**: Tragédia de Mariana. Apesar do Trauma, a vida segue. Disponível em: <http://escolasuperior.mg.def.br/wp-content/uploads/2017/02/dpmg_revista-n-2-site_esdep.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2019.

dade de representar e na confiança dos atingidos na pessoa escolhida pela Fundação Renova para representar um grupo ou uma comunidade. A capacidade de representar seus interesses e comunicar informações do grupo são critérios frágeis, ilegítimos; distantes de qualquer tipo de técnica de construção coletiva.

A construção da matriz de dano, portanto, foi o primeiro erro do PIM, pois a “construção coletiva” pretendida foi insuficiente para garantir a confiança do atingido. Os constantes adiamentos para o início e abertura dos escritórios já demonstrava que o planejado não estava conseguindo ser aplicado na prática.

Nesse interim, diante do desgaste do diálogo e da posição do CIF em não discutir a referida questão dentro da governança, a Defensoria Pública do Espírito Santo e da União ajuizaram ação civil pública para discutir a ilegalidade da cláusula geral de quitação prevista no PIM de dano geral. Trata-se de cláusula prevista nos termos de conciliação que busca exonerar as empresas de quaisquer responsabilidades pelo desastre ambiental. Quita-se a obrigação de indenizar, mesmo que hajam parcelas fora da proposta. No Regimento Interno do programa analisado constam os seguintes termos:

Cláusula 2.4: Celebrado o acordo no PIM, o Impactado deverá assinar um termo de exoneração que liberará as Empresas e a Fundação de toda e qualquer responsabilidade ou obrigação decorrente do Evento. Não havendo acordo, os Impactados poderão instaurar ou dar prosseguimento às suas ações judiciais.

De acordo com as Defensorias Públicas signatárias da ação civil pública (processo nº 001182136.2017.4.02.5004):

Toda e qualquer quitação geral, ampla e irrestrita de direitos, no âmbito do maior desastre ambiental da história do Brasil, não encontra respaldo nos princípios norteadores do ordenamento jurídico brasileiro. Da mesma forma, exigir do interessado, na condição de impactado pelo desastre, o pleno conhecimento da extensão dos danos que sofreu no momento da assinatura do acordo é submetê-lo a manifesta posição de desigualdade, o que não condiz com os princípios gerais da mediação.

A dificuldade de indenizar os atingidos impôs que a Fundação Renova revisse a sua estratégia de atuação. Na prática, a matriz de dano e a lista de documentos comprobatórios estavam excluindo diversas classes de atingidos do processo de indenização. Persistia a dificuldade de se aferir os danos sofridos pelos atingidos e a sua extensão²¹.

Desse contexto, no segundo semestre de 2017, surgem as primeiras “políticas indenizatórias”, espécies de programa de indenização que, por meio de valores tabelados, busca indenizar classes específicas de atingidos com menores rigores burocráticos. Pescadores de subsistência, comercial não regulamentado, comercial regulamentado, areeiros e comerciantes passaram a contar com este tipo de proposta.

Novos problemas passaram a surgir no decorrer da execução das referidas políticas. O principal deles cingiu-se à aglutinação do programa de auxílio financeiro com o programa de indenização.

Em descompasso com o que havia sido informado nas audiências públicas realizadas ainda no ano de 2016²², a Fundação Renova passou a contabilizar os valores recebidos pelos atingidos a título de auxílio financeiro na indenização. Mais uma vez, foi necessária a atuação da Defensoria Pública para obstar tal comportamento. A partir de um parecer enviado à CTOS e posteriormente ao CIF, surge a deliberação nº 111 de 25 de setembro de 2017, que consolida o caráter assistencial, temporário e indisponível do auxílio financeiro emergencial.

Mesmo com a questão sendo dirimida pelo sistema de governança, Fundação Renova e empresas insistem na revisão do posicionamento, o que cria profunda insegurança jurídica em um programa de indenização que constantemente tem as suas regras mudadas. À título de exemplo, o abatimento do auxílio financeiro estava correndo à revelia dos poderes públicos que, ao serem notificados da situação, posicionaram-se contra e exigiram da Fundação Renova a restituição dos valores indevidamente abatidos aos atingidos.

²¹ O panorama geral foi repassado durante a reunião da 17ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, ocasião em que foi explicado aos presentes a dificuldade de comprovação da extensão dos danos dos pescadores e a necessidade de reorganização da política de indenização em curso.

²² Neste momento, a analogia usada pela empresa Samarco para tratar do auxílio financeiro era compará-lo ao programa bolsa família, buscando convencer os atingidos de que o programa de indenização em nada tinha a ver com a referida verba.

Muitos problemas ainda persistem. A situação calamitosa do programa de indenização acabou por unir as 7 instituições de justiça (DPES, DPU, DPMG, MPF, MPMG, MPT e MPES) em uma recomendação, que apontou 39 pontos a serem corrigidos e aprimorados pelas empresas e Fundação Renova para minimizar os danos aos atingidos. As recomendações são divididas em eixos que sintetizam diversas demandas das comunidades: 1) do direito de acesso à informação; 2) dos levantamentos e cadastramentos dos atingidos; 3) do auxílio financeiro emergencial; 4) do programa de indenização mediada e demais políticas indenizatórias; e 5) da assistência jurídica gratuita.

Atualmente, a condução do PIM dos danos gerais encontra seríssimos problemas para o seu desenvolvimento, não podendo ser considerado uma opção segura ao atingido, muito menos um modelo a ser seguido.

QUEM RESPEITA A GOVERNANÇA? A INGERÊNCIA DAS EMPRESAS NO ESTABELECIMENTO DE PRECEITOS BÁSICOS DA INDENIZAÇÃO AOS ATINGIDOS.

Além dos problemas estruturais que impedem o êxito do programa de indenização, há também a forte ingerência das mantenedoras em questões estratégicas, colocando em cheque a autonomia da Fundação Renova para com as empresas, fato há muito já denunciado pelas comunidades atingidas, sociedade civil e movimentos sociais, haja vista representar desrespeito ao próprio TTAC, acordo do qual as empresas participam.

O debate sobre a cláusula de quitação geral, ampla e irrestrita é um exemplo. Conforme descrito acima, a irresignação das empresas e da Fundação Renova em conferir aos acordos efeitos restritos ao seu objeto levou a Defensoria Pública a judicializar a questão. Atualmente, a negociação referente a sua amplitude não se dá mais com a Fundação Renova, mas com as mantenedoras e as Defensorias Públicas. O quadro geral de denúncias apresentadas pelas comunidades e Defensorias Públicas acabou por colaborar com a revisão do posicionamento inicial do CIF, que a partir da Deliberação nº119 de 23 de outubro de 2017 determinou que a quitação opere efeitos apenas aos lucros cessantes porventura transacionados.

Outro ponto de especial irresignação por parte das empresas e da Fundação Renova é o reconhecimento do auxílio financeiro como direito autônomo. Novamente, se está diante de um comando emanado do sistema de governança criado pelas empresas. Em que pese a posição do Comitê Interfederativo que, através da deliberação nº 111 se posicionou pela independência do auxílio financeiro perante o programa de indenização, Fundação Renova e empresas insistem em não cumprir com o que foi determinado.

É interessante ressaltar que o reconhecimento do auxílio financeiro enquanto direito autônomo possui reflexos para além do caso de Mariana. Isto porque a própria governança do TTAC, cujas empresas são signatárias, criou um precedente de suma importância no reconhecimento de direito à verba de manutenção aos atingidos por barragens.

Os exemplos acima relatados demonstram a fragilidade atual do sistema de governança. Para além de CIF e Renova, o que está em jogo é responsabilidade dos Poderes Públicos em cobrar das empresas a reparação pelo desastre ambiental causado.

Por isso, ainda que se discuta a legitimidade do sistema criado pelo TTAC, certo é que a atuação dos órgãos ambientais e entes federativos é fundamental para a devida fiscalização dos processos de recuperação e compensação promovidos pelas empresas a partir da Fundação Renova.

Este tensionamento teve seu auge no reconhecimento do litoral do estado do Espírito Santo como área atingida pelo desastre ambiental, a partir da Deliberação nº 58 de 31 de março de 2017. Com uma profunda resistência, demorou mais de um ano para que Fundação Renova promovesse o atendimento emergencial das comunidades do município de São Mateus.

No estado do Espírito Santo, o reconhecimento das áreas litorâneas para além da foz do Rio Doce como atingidas pelo desastre ambiental foi objeto de trabalho estratégico autônomo realizado pela DPES e DPU, com o apoio institucional da DPMG (BITTENCOURT et al 2017)²³. Não só o reconhecimento formal das áreas, advindo da Deliberação nº 58 de 31 de março de 2017, mas também o seu reconhecimento material no final do ano, quando as comunidades passarem a ser efetivamen-

²³ O referido trabalho recebeu menção honrosa no XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/Livro_Congresso_2017.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2018.

te atendidas, encontraram forte resistência da Fundação Renova e das empresas, provocando, inclusive, o desgaste interno com a CTOS e CIF.

A demora injustificada ensejou, inclusive, a aplicação de multa à Fundação Renova, a partir da Deliberação nº 141 de 14 de dezembro de 2017, além do ajuizamento de ação civil pública pelas Defensorias Públicas (processo nº 0038031-30.2017.4.02.5003).

A dificuldade de execução dos programas socioeconômicos é reflexo claro do distanciamento que o TTAC criou entre atingidos e poderes públicos. Com muito custo, algumas instituições tentam estreitar esse caminho, mas ainda é insuficiente.

A solução apresentada através o TTAC, ao delegar a execução de todas as medidas de compensação e reparação a uma pessoa jurídica de direito privado demonstra a forte tendência de privatização do desastre ambiental.

Diante de todos os problemas apresentados, fica evidente a necessidade rever a forma de reparação e compensação feita por uma pessoa jurídica que não foi criada com participação dos atingidos. A prática mostrou os diversos erros do TTAC e já passou da hora de que se promova ampliação da participação social dentro de todo o processo. A esperança dos atingidos e da Defensoria Pública hoje se encontra na implementação das assessorias técnicas nos territórios, que deve ser escolhidas pelos atingidos aos moldes do que já tem sido feito em Mariana e Barra Longa, Minas Gerais, e que, de forma legítima, consigam ter um diálogo com os atingidos decorrente da construção de uma verdadeira relação de confiança²⁴.

CONCLUSÃO

Na concepção das Defensorias Públicas, o processo indenizatório promovido pelo PIM, somados aos problemas do programa de cadastra-

²⁴ Concomitantemente ao desenrolar dos problemas da atuação da Fundação Renova, o Ministério Público Federal firmou novo acordo com as empresas. Em novembro de 2017 o Termo de Ajustamento Preliminar é assinado, prevendo, dentre suas medidas, a constituição de assessorias técnicas nas comunidades atingidas e o levantamento dos danos ocasionados pelo desastre ambiental de forma externa e independente às empresas.

mento e do programa de auxílio financeiro, tem saído muito caro aos atingidos. Exige-se toda a segurança jurídica para as empresas, mas quase nenhuma ao atingido, que tem na necessidade em receber sua indenização (quem tem fome tem pressa) a forte pressão que o leva a aceitar os valores de indenização apresentados muitas vezes sem orientação jurídica.

O tempo que se passou sem pagamento de indenizações individuais e coletivas não pode e não deve servir como artifício para se conceder soluções distantes de um ideal de justiça e que não perfazem a reparação integral dos danos sofridos, não só pelo rompimento da barragem de Fundão, como também pelo tratamento que tem sido conferido posteriormente. O atingido é vítima. Que não invertam os papéis!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTENCOURT, F. R.; PICCIN, G. M. V.; CAMPOS, R. M. P.; SOBRAL, M. A.; SILVA, M. G. A. V. P.; PAULA, V. L.; NÓBREGA, F. A. N.; MARIANO, J. M. M.; COUTO, E. F.; LARA, L. L. **A Atuação do Grupo Interdefensorial do Rio Doce no reconhecimento do litoral do estado do Espírito Santo e de suas comunidades como afetadas pelo desastre ambiental de Mariana/MG.** In: XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos. Novembro de 2017, Santa Catarina. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/Livro_Congresso_2017.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- CIF. **Deliberação nº 29 de 25 de setembro de 2016.** Disponível em:<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/cif-2016-10-25-deliberacao_29.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- CIF. **Deliberação nº 58 de 31 de março de 2017.** Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-03-31-deliberacao_58.PDF>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- CIF. **Deliberação nº 105 de 14 de setembro de 2017.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-09-14-deliberacao-105.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.
- CIF. **Deliberação nº 111 de 25 de setembro de 2017.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-09-25-deliberacao-111.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CIF. **Deliberação nº 119 de 23 de outubro de 2017**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-10-23-deliberacao-119.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CIF. **Deliberação nº 141 de 14 de dezembro de 2017**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-12-14-deliberacao-141.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

DPES e DPU. **Ação Civil Pública**. Processo nº 001182136.2017.4.02.5004.

DPES e DPU. **Ação Civil Pública**. Processo nº 0038031-30.2017.4.02.5003.

DPES. **Ato Normativo nº 003 de 13 de novembro de 2015**. Cria o grupo de trabalho da defensoria pública do estado do espírito santo e define o seu funcionamento, objetivando a prestação de assistência jurídica integral e promoção de direitos humanos das vítimas do rompimento de barragens em minas gerais que atingiram o estado do espírito santo. Publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 16 de novembro de 2015.

DPES. **Ato Normativo nº 450 de 16 de junho de 2015**. Dispõe sobre as diretrizes gerais, a instalação e a composição dos Núcleos Especializados no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. Publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 17 de junho de 2015.

DPES. **Portaria nº 518 de 22 de agosto de 2016**. Insere nas atribuições do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia - NUDAM, de que trata o Ato Normativo nº 001 de 16 de junho de 2015, as atribuições do Grupo de Trabalho do Rio Doce, de que trata o Ato Normativo nº 003 de 13 de novembro de 2015, revogando seus art. 2º e 3º. Publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 22 de agosto de 2016.

DPMG. Revista da Defensoria Pública de Minas Gerais. **Tragédia de Mariana**. Apesar do Trauma, a vida segue. Disponível em: <http://escolasuperior.mg.def.br/wp-content/uploads/2017/02/dpmg_revista-n-2-site_esdep.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

DPES, MPES, DPU, MPF, MPT, MPMG e DPMG. **Recomendação Conjunta**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-conjunta-mpf-fundacao-renova>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Regimento Interno do Programa de Indenização Mediada**. Versão de maio de 2017.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Políticas Indenizatórias**. Versão de maio de 2018.

GAZETA ONLINE. **Manifestantes fecham ES 245 para reivindicar auxílio da Samarco**. 29 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/norte/2016/12/manifestantes-fecham-es-245-para-reivindicar-auxilio-da-samarco-1014009615.html>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

IBAMA. **Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC - Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/cif/ttac>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

TJMG. **TJ e Fundação Renova firmam termo de cooperação**. 29 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/tj-e-fundacao-renova-firmam-termo-de-cooperacao.htm#.WuXbRK-QvzIU>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

A atuação do Ministério Público para garantir a participação dos atingidos no processo de reparação dos direitos violados pelo rompimento da barragem de Fundão operada pela Samarco em Mariana

Guilherme de Sá Meneghin

Nívia Mônica da Silva

Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda.

(Cecília Meireles)

E o pior dos direitos violados, é que eu vim conversando com o pessoal ali tudo, é que eles entendem que liberdade era lá na onde que a gente tava, onde que é nosso habitat natural e não aqui na cidade, né? Porque aqui sim, tá todo mundo preso.

(Luzia Queiroz, Representante da comunidade de Paracatu de Baixo na comissão de atingidos)

INTRODUÇÃO

O dia 5 de novembro de 2015 ficou marcado na história como a data que desencadearia o maior desastre tecnológico do Brasil, referido muitas vezes como “tragédia ambiental”, “catástrofe ambiental” ou, eufemisticamente, “acidente ambiental”, termos que de maneira corrente desres-

ponsabilizam o Estado e as empresas Vale, Samarco e BHP Billiton pelo desastre¹.

Para compreender o desastre, é preciso saber que a Samarco Mineração S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelas empresas Vale S/A e BHP Billiton, cada qual com 50% das ações. Explorava minério de ferro desde os anos 1970 nas regiões rurais dos municípios de Mariana e Ouro Preto, mais especificamente nas proximidades do subdistrito de Bento Rodrigues, uma comunidade católica e mineradora que se formou no século XVIII, a cerca de 25 quilômetros da sede do Município de Mariana.

Após uma série de irregularidades na operação da barragem da Samarco e um obra de recuo não previsto na construção original, houve acúmulo de massa pastosa na base da estrutura. Com o tempo, esse amontoamento causou o colapso da barragem, que desmoronou. Inevitavelmente, o material retido pela estrutura irrompeu e desceu a montanha, atingindo uma barragem para estocar água (barragem de Santarém), instalada logo abaixo.

Em seguida, a massa de rejeitos misturou-se com a água, galgou a barragem de Santarém e formou uma avalanche que encobriu o Rio Gualaxo do Norte, carreando a massa que destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues, o distrito de Paracatu de Baixo e prejudicou comunidades rurais de Mariana, como os distritos de Pedras, Camargos e Campinas, no leito do citado curso d'água.

Na sequência, a avalanche alcançou os municípios de Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Sem Peixe e Rio Doce, até ser parcialmente contida na barragem da Hidrelétrica Risoleta Neves ("Candonga"). Porém, os rejeitos continuaram descendo pelo Rio Doce, até a foz em Regência, no litoral do Espírito Santo.

¹ No Brasil, a Instrução Normativa n. 01, de 2012, do Ministério da Integração Nacional define os desastres e os divide em naturais e tecnológicos. O artigo 7º, §3º, conceitua desastres tecnológicos: "São desastres tecnológicos aqueles originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos". Portanto, pode-se entender o desastre do ponto de vista penal (crimes contra a vida e o meio ambiente) e do ponto de vista civil (ato ilícito que causou danos ambientais e pessoais, apontado como "desastre tecnológico").

Nessa trilha de 600 quilômetros ao longo do Rio Doce, o desastre matou 19 pessoas, provocou um abortamento, suprimiu a flora do leito do rio, matou diversos animais, destruiu comunidades inteiras, nomeadamente Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, suprimiu propriedades ribeirinhas em diversas comunidades de Mariana (Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Borba, Pedras, Camargos e Campinas), interrompeu o fornecimento de água para consumo humano e animal, eliminou a fauna aquática, poluiu um rio que, para os indígenas do Povo Krenak, é uma entidade espiritual (*Watu*) e causou sofrimento em populações de mais de 40 municípios, afetando a qualidade de vida de 3 milhões de pessoas ao longo do Rio Doce, entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Nas comunidades atingidas na comarca de Mariana as consequências imediatas do desastre foram mais devastadoras. Primeiro porque todas as mortes, incluindo duas crianças e um abortamento, ocorreram lá, o que deixa marcas indeléveis não apenas nos familiares e amigos próximos como em toda a comunidade, tradicional e centenária. Segundo porque mais de 1000 pessoas foram deslocadas violentamente de sua moradia e de seu modo de vida: perderam tudo o que tinham, bens materiais e imateriais². No dia seguinte ao evento, os sobreviventes foram encaminhados para Mariana após um esforço conjunto de resgate entre Corpo de Bombeiros, Defesa Civil (Estadual e Municipal), Polícia Militar e voluntários. Entretanto, no próprio dia 6 de novembro de 2015, iniciou-se uma verdadeira batalha na busca da reparação justa pelos direitos violados e desde então, os atingidos³ lutam para reconstruir o

² Além da fonte de renda, convivência comunitária, acesso à terra, à cultura e às tradições locais, muito características dos povoados. Vários documentos oficiais foram divulgados sobre os danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo desastre. Um dos mais completos é o relatório final da Comissão Extraordinária das Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), finalizada em 30/06/2016. Disponível em: < https://www.almg.gov.br/export/sites/default/atividade_parlamentar/comissoes/extraordinaria/docs/relatorio-final-comissao-barragens-versao-discussao.pdf >. Acesso: 10 abr. 2018.

³ Mantemos aqui a opção feita na ação civil pública de utilizar a expressão “atingido” em vez de “vítima”, “impactado” ou “afetado”, reafirmando a perspectiva conceitual elaborada pelo Prof. Carlos Vainer: “[...] a noção [de atingidos] não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica. Conceito em disputa, a noção de atingido diz res-

projeto de vida pessoal e comunitária que foi abruptamente interrompido pelo desastre.

Nesse cenário, o Ministério Público de Minas Gerais buscou inovar na atuação frente à ordem jurídica ao ampliar e dinamizar os espaços de interação com os atingidos, movimentos sociais e outros atores sociais, que lhes ofereceram apoio na iniciativa de auto-organização e, a partir dessa interlocução, elaborar e ajuizar uma ação civil pública voltada exclusivamente para defesa dos direitos humanos dos atingidos. No curso desta ação, manteve-se a preocupação com a abertura ao diálogo constante com os atingidos, sendo a implementação da assessoria técnica autônoma, custeada pelas empresas, mas totalmente comprometidas com a defesa dos direitos dos atingidos, foi um passo decisivo para a qualificação da participação da incidência dos atingidos em todo o processo e, em especial, na tomada de decisão e para tornar mais dinâmico o processo de interação entre o Ministério Público e os atingidos. A ação coletiva dos atingidos e outros atores sociais e a importância de o acesso à Justiça priorizar a defesa dos direitos humanos e, partir daí, considerar a perspectiva das pessoas, grupos e comunidades que sofreram a violação de direito também é apresentada neste texto a partir da reflexão sobre as estratégias adotadas.

Como forma de ilustrar as reflexões a que os autores se propõem neste texto, atingidos das várias comunidades afetadas foram informalmente consultados⁴, o que possibilitou que a narrativa deles fosse

peito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação de direitos de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária [...] Assim, ao abordar a discussão acerca do conceito de atingido é necessário compreender que está discutindo acerca do reconhecimento e legitimação de direitos.” (VAINER, Carlos. Conceito de “atingido” uma revisão de debate e diretrizes. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.) Vidas Alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1 ed. Viçosa: UFV, 2008, p. 39. Acessível em goo.gl/Ojnal0.

⁴ Embora a perspectiva de análise seja dos autores, ambos membros do Ministério Público, a segunda autora optou por ilustrar os argumentos apresentados nos tópicos 2 e 3 com o ponto de vista de atingidos. Foram consultados três atingidas e um atingido, todos integrantes da comissão de atingidos formada para defender os interesses de todas as comunidades afetadas na circunscrição da comarca de Mariana. As consultas foram

pontualmente incorporada ao debate conforme a temática tratada: tipo de direito violado pelo desastre, desafios que ainda são vivenciados no processo, estratégias utilizadas, avanços e pontos críticos do processo de resolução dos conflitos em questão, entre outras.

Embora se faça menção ao desastre de modo geral e às suas repercussões em variados âmbitos, este texto tem como foco o trabalho desenvolvido pelo Ministério Público na comarca de Mariana, a luta e a mobilização dos atingidos e de outros atores sociais. Por outro lado, o relato das dificuldades enfrentadas, os limites ainda impostos à realização integral da justiça em diversas situações concretas. Além disso, ao relatar a experiência vivenciada nos dois primeiros anos desde o rompimento da barragem de Fundão, abrem-se caminhos para que se examinem as possibilidades de aprimoramento institucional que a experiência oferece ao Ministério Público na defesa de direitos humanos em conflitos socioambientais multilaterais complexos e de grande repercussão social.

UM OLHAR SOBRE A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CONTEXTO DE CRIMES AMBIENTAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS COMPLEXOS

Em um cenário marcado por graves repercussões, pela multiplicidade de atores, pela complexidade e diversidade dos conflitos daí decorrentes, era imprescindível atuar de modo a não fragmentar a atuação dos Ministérios Públicos. Mas, de outro lado, era igualmente imperativa a necessidade de se definir estratégias que fossem eficientes para defender os direitos humanos das pessoas atingidas pelo desastre, evitando que

feitas a distância, enviadas por áudio via telefone e respondidas, conforme a disponibilidade de tempo de cada uma das pessoas consultadas, da mesma forma. Sugeriu-se o tempo médio de 4 minutos para cada resposta. Uma delas foi gravada em 8 minutos, as demais utilizaram o período de tempo próximo ao sugerido. A consulta se referia ao entendimento das pessoas consultadas sobre o que entendiam por direitos humanos e por que se consideram – ou não – vítimas de uma violação de direitos humanos. Além dessas consultas, feitas especialmente para a elaboração deste texto, também foram utilizadas declarações de atingidos que integram ou já integraram a comissão, feitas em outras oportunidades para a segunda autora.

essas violações fossem encobertas por tantas outras mazelas causadas pelo mar de lama que se via derramar pelas águas da cidade, das Minas Gerais, das terras do Espírito Santo e de lá para o mar, que é, em si, uma porta para o mundo.

O dilema foi solucionado pela premência da intervenção do Ministério Público após visita ao ginásio local, onde centenas e centenas de atingidos se amontoavam nos dias que se seguiram ao rompimento da barragem. A expedição de uma recomendação pela Promotoria de Justiça de Defesa de Direitos Humanos e Apoio Comunitário da Comarca de Mariana, já no segundo dia após o rompimento da barragem, no sentido de deixar evidenciada a responsabilidade das empresas em providenciar acomodações condignas para todas as pessoas atingidas pelo desastre, além de prestar toda a assistência necessária, marcou o início da atuação do Ministério Público na defesa dos atingidos. Atendimento médico, psicossocial, alimentação adequada e todo tipo de atendimento emergencial que fosse necessário para, naquele momento, minimizar ao máximo as consequências físicas, psíquicas e morais de cada uma das pessoas atingidas. Sabe-se que a reparação integral de um dano passa pela prevenção de novos processos revitimizadores e foi nesse princípio que se pautou a atuação do Ministério Público.

A urgência de uma definição de rumos para a grave situação dos atingidos em Mariana tornou-se acentuada pelo ajuizamento, no final do mês de novembro de 2015, de ação civil pública, em litisconsórcio ativo entre a União, o estado de Minas Gerais e Espírito Santo contra as empresas Samarco, Vale e BHP. A intenção inicial seria abranger todas as áreas atingidas pelo desastre, inclusive Mariana, apesar das peculiaridades locais⁵.

Paralelamente a esta atuação focada na defesa de direitos humanos, um grupo de membros dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, atuando predominantemente a partir da capital do Estado, também iniciava sua atuação com enfoque voltado às questões socioambientais. Nesse primeiro momento, a maior preocupação que se percebia era identificar as causas do rompimento, estabelecer medidas emergenciais

⁵ Notícia completa disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/371174>. Acesso em abr. 2018

de contenção do dano ambiental e medidas de prevenção a novos desastres na região.

No âmbito penal, em razão da competência, o Ministério Público Federal se incumbiu acompanhar as investigações da Polícia Federal pelos crimes ambientais praticados, e posteriormente, oferecer a denúncia correspondente⁶.

Num segundo momento, outro ramo do Ministério Público da União, o Ministério Público do Trabalho, foi chamado a atuar em defesa dos trabalhadores da empresa Samarco⁷, assim como em outras questões relacionadas à sua área de atuação.

Através do desenho inaugurado pela Constituição de 1988, um novo Ministério Público surge como consequência do processo de redemocratização pelo qual o país passou como uma instituição independente, de caráter permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a qual compete defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis⁸. Como instituição republicana por definição, toda a sua atuação deve ser pautada pela concretização dos objetivos da República Federativa Brasileira e pelos seus fundamentos⁹, dentre os quais se destacam a promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana. Não é sem razão que Luiz Werneck Vianna e Marcelo Baumann Burgos afirmam que o constituinte conferiu ao Ministério Público a tarefa de promover os interesses estratégicos da sociedade brasileira¹⁰.

⁶ O Ministério Público Federal acusou 21 pessoas por homicídio doloso e outros três tipos previstos no Código Penal, além dos mesmos crimes ambientais atribuídos às empresas Samarco, Vale e BHP Billiton; já VOGBR e o engenheiro da empresa foram acusados de emissão de laudo ambiental enganoso. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana-mg>>. Acesso em abr. 2018

⁷ Disponível em: <<http://www.prt3.mpt.gov.br/procuradorias/prt-belo Horizonte/656-mpt-e-mpmg-ajuizamacao-contra-a-samarco-vale-e-bhp-para-garantir-emprego-dos-trabalhadores>>. Acesso em abr. 2018

⁸ Art. 127 da Constituição da República.

⁹ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana.

¹⁰ VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.) **A democracia e os Três Poderes**

Para desempenhar esse relevante papel, a instituição dispõe de instrumentos procedimentais e processuais adequados ao exercício de suas funções, tais como, na atuação extrajudicial, o inquérito civil, o termo de ajustamento de conduta e a recomendação e, na atuação judicial, a ação civil pública.

No campo doutrinário, o novo desenho institucional do MP reforçou a ideia de harmonização da unidade institucional e da independência funcional com a finalidade de garantir a efetividade da atuação¹¹. Neste ponto, a combinação da defesa de direitos humanos, como defesa da cidadania e da dignidade humana de mais de mil pessoas vitimadas pelo desastre, a relevância dos interesses sociais envolvidos no caso e o incremento dos riscos à efetividade da atuação do MP, caso a situação dessas pessoas não fosse acompanhada localmente, foram fatores que confluíram para a decisão de se ajuizar uma ação específica para a comarca de Mariana e voltada exclusivamente para a defesa dos direitos humanos dos atingidos.

Concebidos numa perspectiva moderna, os direitos humanos são a essência da noção de cidadania como a concebemos hoje porque representam um limite à atuação dos governantes, daí porque as Constituições Francesa e Americana, ambas de fins do século XVIII, foram as primeiras a trazer essa ideia de declarações de direitos. Já no século XX, a Declaração Universal dos Direitos Humanos surge como reação à violência institucional letal praticada contra milhões de pessoas em razão de sua origem, etnia, opinião política ou orientação sexual no contexto da Segunda Guerra Mundial. Em 1966, num contexto mundial bipolarizado, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O processo histórico de lutas por direitos, nesse contexto, é ponto de partida para a compreensão da essência dos direitos humanos. Para Herrera Flores os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a

no Brasil. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002 p. 484.

¹¹ GOULART, Marcelo Pedroso. **Elementos para uma teoria geral do Ministério Público.** Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013a, p. 127-137.

vida¹². A resposta da atingida Luzia Queiroz à pergunta¹³ sobre o que ela entende por direitos humanos vai ao encontro dessa definição, a saber:

O principal nosso é o direito de voltar a sonhar, porque hoje a gente não sonha, hoje a gente tá igual aquela frase dos alcóoltras: um dia de cada vez. Então, é quando o dia amanhece é que a gente vai ver, vai entender se naquele dia a gente vai ser feliz, que dia que a gente vai ter a notícia boa, vai ter dia que a gente vai voltar triste pra casa, o dia que a gente vai ter q entender que a gente vai ficar na mão dos poderosos, e nunca mais vai voltar a decidir sobre a nossa vida, num constante *standby*.

Assegurar a restituição dos direitos humanos dos atingidos significa ir muito além da busca de uma indenização pecuniária, as perdas por eles sofridas não foram apenas de ordem material e moral.

Mônica dos Santos, atingida de Bento Rodrigues, ao ser consultada sobre o que entendia por violação de direitos humanos, no caso em questão, foi incisiva:

Desde o dia 5 os nossos direitos foram e continuam sendo violados, pois desde o rompimento eles nos proibem de frequentar o nosso Bento, deixaram o que sobrou de nossas vidas serem saqueadas.

A resposta de Maria do Carmo, atingida que residia na zona rural, também se refere à privação do modo de vida e à insegurança quanto ao futuro, que persiste e se agrava a cada dia, como a pior violação de direitos por eles sofrida:

Essa insegurança, essa incerteza de que vai ser nosso futuro... a gente vivia num meio que não tinha nada a ver com mineração, aqui na nossa região ninguém nunca dependeu de mineração. A gente

¹² HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

¹³ Consultas realizadas com alguns representantes dos atingidos pela segunda autora em abril de 2018.

tá sendo forçado pela mineração a viver um modelo de vida que ela impôs pra nós, porque a gente tem que esperar o tempo que ela quer, pra devolver a nossa vida, e o que a adoce a gente é essa incerteza porque a gente nem sabe se eles vão devolver porque a gente tem que lutar tem que brigar pra poder conseguir o que era nosso.[...]

Houve a privação de um modo de vida, negou-se mesmo o direito de pertencimento a uma comunidade com a qual as pessoas mantinham laços muito estreitos, onde desenvolviam sua atividade produtiva, partilhavam tradições, práticas culturais e religiosas próprias. Palavras do atingido Marino D'Ângelo Junior:

Só o fato das pessoas serem tiradas do seu mundo e viver esse tempo todo sem perspectiva nenhuma, na cidade, aonde que é um lugar que ninguém quer ficar, que ninguém vai se adaptar, já é violação de Direitos Humanos.

Os impactos do desastre na saúde física e mental dos atingidos é outro aspecto grave, decorridos mais de dois anos desde o rompimento da barragem. Uma pesquisa¹⁴ realizada pelo Núcleo de Pesquisa e Vulnerabilidade em Saúde (Naves) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais aponta que 12% dos afetados pelo desastre sofrem de estresse pós-traumático. Entre as crianças e adolescentes, o índice é maior, chegando a 83%, ambos maiores do que a média nacional.

São vários os aspectos de direitos humanos violados e, considerando que o desastre ainda está em curso, o sofrimento social permanece entre eles, como pode ser observado no estudo da Professora Andréa Zhouri e outros¹⁵, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da

¹⁴ Pesquisa identifica doenças mentais em atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/pesquisa-identifica-doencas-mentais-em-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-da-s>>. Acesso: abr. 2018.

¹⁵ ZOHOURI, Andréa; *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, vol. 68, n. 3, São Paulo, jul./set. 2016.

UFMG. Portanto, a reparação socioeconômica é apenas uma parte do processo de reparação integral pelos direitos humanos violados, trata-se de restituir direitos econômicos, sociais, culturais.

Já se disse que “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam” logo, a proximidade física com o território atingido pelo desastre foi algo que interferiu significativamente na construção de alternativas e estratégias para a atuação do Ministério Público local. Ao ver as variadas e gravosas dimensões dos danos que o desastre causou às pessoas e comunidades atingidas, optou-se por ajuizar uma ação específica para reparar integralmente os danos locais, decorrentes das violações de direitos humanos que o desastre provocou. Combinou-se, assim, o princípio da independência funcional, pela atuação do Promotor de Justiça da Comarca, com o princípio da unidade institucional por meio da interlocução com os demais membros do Ministério Público que já atuavam no caso. Uma das consequências imediatas dessa decisão foi ter ampliado o acesso direto dos atingidos ao Ministério Público o que, por sua vez, possibilitou que a instituição pudesse funcionar como um vetor das múltiplas demandas geradas pelas violações perpetradas em decorrência do crime ambiental praticado.

Em relação a essa abertura para a escuta dos atingidos, interessante a fala de Mauro Lúcio Santos Paes Pinto, ex-morador de Ponte do Gama, atingida pelo desastre, no livro *Atingidos*¹⁶:

Nosso testemunho sobre a parceria com o Ministério Público de Minas Gerais tem a ver com a liberdade que nos foi dada para participar junto com eles. Tudo eles perguntam e combinam com a gente, pois os interessados somos nós!

O próximo tópico será dedicado articulação entre o Ministério Público, os atingidos e demais atores sociais na construção de caminhos possíveis para um processo de resolução justo e participativo dos conflitos.

¹⁶ Ministério Público de Minas Gerais; Cáritas Brasileira. **Atingidos**: Um olhar sobre a atuação das comunidades, das organizações populares e do Ministério Público de Minas Gerais. Belo Horizonte: O Lutador, 2016, p. 22.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ACESSO À JUSTIÇA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA MOBILIZAÇÃO DO DIREITO

O modelo institucional de Ministério Público desenhado na Constituição da República, além de incrementar o potencial de atuação do Ministério Público no campo sociopolítico, também foi eficiente no sentido de dotá-lo de condições favoráveis ao exercício da função de mediador da conflituosidade social. De acordo com o Professor Luiz Werneck Vianna:

A nova fórmula constitucional do Ministério Público será, talvez, o caso mais eloquente da operação intelectual do constituinte, que democratiza a sociedade a partir de uma reinterpretação da nossa história republicana, a ele – um ente público – confia a representação da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, ao convertê-lo em instituição acessível às demandas da sociedade.¹⁷

Dotado de instrumentos para atuar extrajudicialmente, com um pé no sistema de justiça e outro na arena sociopolítica, ao se abrir a escuta das pessoas afetadas por violações direitos e construir laços com outros atores sociais, surge a possibilidade de construção conjunta de estratégias para a realização da justiça, que nem sempre depende da intervenção direta do Poder Judiciário. E, quando a estratégia demanda atuação do Poder Judiciário, é preciso ter claro que a ação coletiva pela realização dos direitos não deve se limitar à espera da atuação exclusivamente jurisdicional.

Apesar de inegáveis avanços terem sido alcançados pela proatividade do Ministério Público na defesa dos direitos coletivos em juízo – como no caso do aumento do nível de implementação do sistema único de saúde a partir das ações civis públicas que funcionaram como indutores da política pública – o direcionamento das demandas ao sistema de justiça, quando implica renúncia ao campo sociopolítico de disputa de interesses pelos afetados pela violação de direitos, quase sempre não é suficiente

¹⁷ WERNECK VIANNA, L. O Terceiro Poder na Carta de 1988 e a Tradição Republicana: mudança e conservação. In: OLIVER, R. G. et al. (Org.) **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008, p. 100..

para a solução adequada do conflito. Isso porque o campo sociopolítico é o lugar de produção e operação de uma competência específica, capaz de oferecer sentido e conteúdo para a construção de decisões que melhor contemplem os interesses dos grupos que lutam pelo reconhecimento de direitos humanos violados.

É o saber da coletividade afetada por um problema social que deve preponderar na identificação dos parâmetros para a resolução justa da disputa e para a representação adequada em eventual ação coletiva a ser ajuizada para tanto. Também o conhecimento científico produzido sobre o tema ou sobre o caso ou sobre situações análogas, quando houver, deve ser considerado. Para o promotor de justiça do MPSP, Marcelo Goulart¹⁸:

A atividade do Ministério Público, como práxis política, se desdobra em atividade teleológica e atividade cognoscitiva. A primeira relaciona-se à produção de fins antecipatórios do resultado que se quer obter (a realidade futura; a nova ordem social); a segunda refere-se, por um lado, à produção de conhecimento sobre a realidade social na qual se pretende intervir (a realidade presente; a ordem posta) e, por outro, à produção de conhecimento que possibilite o desenvolvimento de meios e instrumentos necessários à intervenção transformadora. A efetividade da atuação do Ministério Público depende, em primeiro lugar, do grau de consciência que os seus agentes tenham dessa práxis (compreensão da práxis) e, em segundo lugar, da forma como esses agentes se postam nas disputas que travam (postura prática). A compreensão da práxis está diretamente relacionada com o estoque de conhecimento que dá suporte à ação e a qualifica. A postura prática determina o desempenho dos agentes e é determinada pela linha de atuação adotada, pelas opções táticas e pela forma de aplicação dos recursos disponíveis. A efetividade apresenta-se, assim, como resultado da fusão das atividades teleológica e cognoscitiva.

¹⁸ GOULART, Marcelo Pedroso. Órgãos de Execução, Escolas Institucionais e Corregedorias na Dinâmica do Ministério Público. **Revista Jurídica Corregedoria Nacional: A Atuação Orientadora das Corregedorias do Ministério Público**, volume II/ Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília: CNMP, 2017, p. 29.

Ao lançar as bases de um modelo que seja capaz de desempenhar a missão constitucional de transformar a realidade social, Marcelo Goulart propõe uma atuação reflexiva, resolutiva e proativa dos membros do Ministério Público.

Reflexiva porque a atuação deve ser precedida do conhecimento da problemática sobre a qual deve atuar. Isso implica, por exemplo: contato permanente com os produtores do conhecimento, realização periódica de audiências e de outras formas de escuta das demandas apresentadas pelos afetados pelo problema e realização periódica de visitas aos espaços de intervenção, objetivando a constatação direta da realidade.

A postura proativa refere-se à iniciativa combinada com senso de oportunidade, capacidade de diálogo e de liderança para exercer o papel de mediação quando necessário, a abertura de espaço para a articulação sociopolítica, sobretudo no que diz respeito à formação de alianças que podem contribuir para que se alcance os resultados necessários à resolução adequada do conflito.

A atuação resolutiva relaciona-se com a preocupação com a efetividade da atuação institucional, portanto requer escolha de arenas de negociação adequadas, criatividade para inovar no sentido de atender às especificidades de cada caso. Numa concepção plural e democrática de acesso à justiça, a articulação de estratégias – políticas e jurídicas, jurisdicionais e extrajurisdicionais – que, em muitos casos, será capaz assegurar a participação dos grupos sociais afetados na construção de alternativas para a resolução dos conflitos, ainda que tenham sido por eles endereçados ao sistema de justiça. Merece especial relevância pela temática tratada neste capítulo um dos pressupostos elencados pelo referido autor para a atuação resolutiva: ter a construção de consenso emancipador como objetivo imediato.

Essa perspectiva emancipatória só pode ser garantida, sobretudo em contexto de conflitos socioambientais com alto nível de complexidade, protagonizados por empresas e atingidos moradores de comunidades rurais, se a ação coletiva no campo sociopolítico, somada a atuação institucional, for eficiente para diminuir a assimetria que existe entre os responsáveis pela violação e as vítimas. Esta, talvez seja a mais relevante e desafiadora expectativa que orbita em torno dos atores institucionais: exercer o papel contramajoritário e igualar os desiguais, ainda que

seja no âmbito do lugar de fala, nos espaços institucionais e processuais e, sobretudo, na consideração da assimetria quando estiver em análise qualquer possibilidade de resolução alternativa do conflito.

Sob a perspectiva tratada neste texto, não se pode falar em mediar um debate sobre reparação de direitos violados se não se considerar, a priori, essa assimetria e o dever que as instituições do sistema de justiça, no Estado Democrático de Direito, têm de encontrar resoluções alternativas aos conflitos sem descuidar do dever de promover tratamento isonômico entre as partes, assegurando tratamento desigual aos desiguais, na medida da sua desigualdade. De um lado centenas de famílias unidas porque foram atingidas pelo mesmo evento, de outro, três empresas – duas delas transnacionais, que figuram entre as maiores do mundo no setor minerário – e uma Fundação instituída por meio de um acordo entre essas empresas, a União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A atuação do Ministério Público, nesse contexto, deve incluir estratégias para diminuir essa disparidade de forças para que o acesso à justiça seja garantido de modo efetivo. Atuar no sentido de garantir a participação dos atingidos em todo o processo, assegurando instrumentos para que essa participação seja informada e tecnicamente abalizada – como no caso da implementação da assessoria técnica – e que incida no processo de tomada de decisão, parece ter sido uma escolha acertada para a obtenção desse resultado. Por mais desgastante que seja o processo participativo, a letargia da pessoa ou comunidade atendida por um desastre também é traumática do ponto de vista emocional. Do ponto de vista da defesa de direitos, mais relevante ainda a participação, já que direitos foram, são e serão resultados de lutas e processos históricos. É uma forma de retroalimentar a mobilização dos atingidos e dos atores sociais que oferecem apoio, como associações, movimentos sociais, redes e organizações populares em outras arenas além da política. Na perspectiva da atingida Monica dos Santos:

Algumas pessoas se acomodam, muita gente quer ficar em casa esperando acontecer. Outras já estão cansadas de reunião, reunião, reunião. Tem gente perdendo a saúde, muitas pessoas com depressão, elas não têm mais força para brigar. Para mim, toda essa situação é muito angustiante, minha vida resume a trabalho e reunião. Você

perde tudo em questão de segundos e ainda tem que ficar mendigando seus direitos, se humilhando em audiências, dando detalhes da sua vida, todo mundo com aquela cobrança! Sem contar os apertos que passamos! Um cidadão colocou uma matéria em um jornal falando que nossas casas no Bento eram barracos de lona e que estávamos aproveitando dessa situação para ganhar mais do que nos devem. São situações pelas quais não passávamos e não precisávamos estar passando. Mas nossa presença em todo processo de reparação é fundamental! Não fosse essa pressão da Comissão de Atingidos, o trabalho do Ministério Público e dos coletivos e movimentos sociais, ainda estaríamos dormindo na arena, em colchõezinhos.¹⁹

Dois exemplos concretos podem ilustrar como a articulação entre ação coletiva, sob a forma de mobilização social dos atingidos, e a atuação de atores institucionais, como o Ministério Público, na arena jurídica pode contribuir para reduzir a assimetria das forças em disputa e para a obtenção de resultados favoráveis. O primeiro exemplo foi o encontro de representantes dos atingidos com membros do Grupo de Trabalho sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. A reunião ocorreu em Mariana, em 12 de dezembro de 2015, e a organização prévia dos atingidos garantiu objetividade e profundidade na narrativa da problemática do desastre. Como organizador do encontro, ao Ministério Público coube garantir o lugar de fala dos atingidos com o protagonismo necessário para que pudessem contar a própria história²⁰.

O último a falar foi Fernando Aparecido dos Santos, de Bento Rodrigues²¹: “as pessoas que estão na parte de cima da pirâmide ficam com o

¹⁹ Trecho de fala da Mônica dos Santos, ex-moradora de Bento Rodrigues, no livro **Atingidos** publicado em novembro de 2016.

²⁰ Eles seguiram por cerca de uma hora se revezando na tarefa de, cada um a seu modo, narrar as dimensões do desastre. Contaram como eram as comunidades e como elas ficaram após o desastre, falaram sobre problemas de saúde que surgiram ou se agravaram entre a população atingida, do desdém da empresa em avisar as comunidades vizinhas sobre o rompimento da barragem, uma vez que não havia aviso sonoro em funcionamento; reclamaram da falta de orientação e de assistência antes e depois do rompimento da barragem, da falta de apoio para limpar os locais atingidos e da ausência de perspectiva para o futuro..

²¹ Atingido consultado em outubro de 2016.

desenvolvimento econômico, a riqueza e o poder; para os de baixo, resta apenas pagar a conta”.

Após ouvir o relato dos atingidos, os integrantes do GT se reuniram com representantes da empresa. Houve muito interesse da mídia pela visita, razão por que a nota à imprensa²² divulgada por eles ao final da visita teve ampla repercussão e serviu como mais um argumento utilizado durante a primeira audiência designada judicialmente, em 23 de dezembro de 2015, quando foram assegurados alguns direitos básicos dos atingidos até então identificados e que estavam sendo negligenciados.

Posteriormente ao relatório “Reunião com o Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas Transnacionais em Mariana, MG”, a ONU divulgou um informe do Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e as empresas transnacionais no Brasil:

O Grupo de Trabalho adverte sobre a importância de se avaliar cuidadosamente o nível dos danos para se engajar no longo trabalho de reparação requerido e assegurar a compensação adequada para cada pessoa afetada, a partir de ampla consulta a todos os interessados, tendo em conta que nenhum acordo financeiro pode trazer de volta vidas perdidas ou totalmente compensar o sofrimento causado.

Embora a causa exata do colapso da barragem de Fundão ainda seja desconhecida, eventos dessa natureza nunca deverão ocorrer. O incidente sublinha a importância de regras de licenciamento rigorosas, supervisão regulatória adequada e planos de contingência.²³

O segundo episódio e, seguramente, mais representativo do ponto de vista do impacto produzido ao longo do processo foi a expressiva e articulada participação dos atingidos em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em janeiro de 2016²⁴,

²² Disponível em: <<https://www.business-humanrights.org/pt/brasil-gt-da-onu-sobre-empresas-e-direitos-humanos-termina-visita-afirmando-que-desenvolvimento-economico-nao-deve-ocorrer-a-custa-dos-direitos-humanos>>..Acesso: abr. 2018..

²³ ONU. **Informe de Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e as empresas transnacionais e outras empresas acerca de sua missão no Brasil**. 12 de maio de 2016. Parágrafos 32 e 33. Tradução livre.

²⁴ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/01/25_barragens_atingidos.html>. Acesso: abr. 2018.

quando se discutiam os efeitos do desastre na comarca de Mariana. Informados do risco de que o processo de reparação em curso no território poderia ter a competência deslocada para a justiça federal em Belo Horizonte e da possibilidade de que Mariana fosse incluída nas negociações do acordo entre União, Estados de MG e ES, o que inviabilizaria a incidência direta dos atingidos no processo, houve uma grande mobilização. Como resultado dessa ação coletiva resultou o compromisso, na arena político-jurídica, de que seria refeito processo de resolução do conflito já iniciado no território em que as violações de direito ocorriam. A partir daí, foi juntado aos autos da ação civil pública manifestação de desinteresse da União no feito e elaborada cláusula específica no Termo de Acordo que fora celebrado em 2016 entre a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas que preservava o processo de negociação em curso no território. No âmbito jurídico, a unidade institucional dos ramos do Ministério Público foi reafirmada com a elaboração conjunta de parecer – Ministério Público Federal e Ministério Público de Minas Gerais com atuação em Mariana – no sentido de que a causa deveria ser julgada pela Justiça Estadual, na Comarca de Mariana, uma vez que se tratava de ação voltada à reparação de direitos violados naquele território e que não havia interesse da União no feito.

Usar o direito como meio para traduzir as lutas pela restituição de direitos que já estão sendo travadas em outras arenas pode abrir caminho para uma perspectiva mais interativa entre campo sociopolítico – *locus* típico dos movimentos sociais e organizações populares em geral – e a arena de atuação dirigida ao sistema de justiça.

A interface entre vida social, política e direito vem sendo há muito debatida pela comunidade científica. A professora Cristiana Losekann ao pesquisar o repertório de ações civis públicas relacionadas a conflitos socioambientais, faz a análise dos espaços de disputa e de interação entre os diversos atores, a partir da teoria da mobilização do direito, explica que “mobilizar o direito não é só usar estrategicamente a lei, envolve interações com atores do campo jurídico e implica a constituição de um repertório específico de ação coletiva”.

Não há dúvidas de que diversas inovações institucionais surgem em decorrência da mobilização social e política frente ao sistema de justiça, um bom exemplo é implementação das ouvidorias externas de atores institucionais, no caso as Defensorias Públicas de alguns estados no Bra-

sil. Há ainda coletivos de advogados, advogados populares e clínicas de direitos humanos em várias universidades brasileiras atuando com litígios estratégicos e obtendo resultados muito positivos, são mudanças institucionais que abrem espaço para a transformação da realidade social por meio do direito.

No que diz respeito aos conflitos socioambientais, a pesquisa ora citada concluiu que “Nos casos envolvendo conflitos ambientais caracterizados por injustiças ambientais atingindo populações locais e marginalizadas, os efeitos observados incidem sobretudo nos próprios processos de mobilização social”. É essencial, portanto, que a atuação do Ministério Público como um dos atores institucionais envolvidos nos processos de mobilização do direito, esteja atento às oportunidades de aprendizagem institucional que a interação com os atingidos e demais atores sociais proporcionam, afinal os efeitos da mobilização recaem sobre os grupos e movimentos mobilizadores e sobre as instituições por eles acionadas.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA REPARAÇÃO DOS DIREITOS DOS ATINGIDOS

No dia 10 de novembro de 2015, ou seja, 5 (cinco) dias após o rompimento da barragem de Fundão da Samarco, o Ministério Público ajuizou a Ação Cautelar de Indisponibilidade de Bens, distribuída à 2ª Vara da Comarca de Mariana, sob o número 0400.15.003989-1. No dia 11 de novembro de 2015, a liminar foi deferida, bloqueando-se R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) em ativos financeiros da empresa Samarco, para garantia de reparação dos direitos dos atingidos²⁵.

Tal medida foi tomada em razão da insegurança causada pela empresa em responder às demandas de reparação dos direitos dos atingidos, especialmente consignadas na Recomendação n. 08/2015 do Ministério Público de Minas Gerais, o que levou a essa alternativa drástica.

²⁵ O andamento do processo pode ser conferido no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/>>. Acesso: 10 abr. 2018.

Concomitantemente, procurou-se viabilizar a participação dos atingidos, mediante reuniões e formação de comissões de atingidos. Notou-se claramente, nos discursos das empresas e de uma miríade de autoridades, que não pretendiam dar voz aos atingidos, o que prejudicaria a efetivação da reparação e a própria legitimidade nos encaminhamentos necessários. O Ministério Público (MP), porém, não poderia incorrer no mesmo erro.

Deveras, no dia 28 de novembro de 2015, o MP com apoio do Município de Mariana organizou uma assembleia para que as comunidades selecionassem seus representantes. Ao final, foram escolhidos os membros das comissões de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e demais comunidades rurais da comarca de Mariana afetadas pelo desastre.

No período subsequente, técnicos do MP e promotores de Justiça reuniram-se com os representantes das comunidades para formulação dos principais pleitos dos atingidos, que podem ser resumidos nas seguintes pretensões:

1. Medidas emergenciais:

- 1.1. Moradia até o reassentamento;
- 1.2. Auxílio financeiro mensal às famílias;
- 1.3. Antecipações de indenização pela perda de moradia;
- 1.4. Antecipação de indenização pela perda de veículos;
- 1.5. Assistência social;
- 1.6. Assistência à saúde.

2. Assistência técnica.

3. Indenização integral por todos os danos materiais (danos diretos e lucros cessantes) e imateriais sofridos (dano moral, estético, social, perda de uma chance, dentre outras modalidades).

4. Reparação direito à moradia das comunidades destruídas e reconstruções das estruturas e equipamentos públicos.

5. Reativação econômica das comunidades

Com base nessas informações, o MP tentou pactuar um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Samarco, para que fossem garantidos os direitos dos atingidos, sem a necessidade de outras ações judiciais.

Decerto, o TAC é um instrumento de resolução extrajudicial de conflitos coletivos, preconizando o artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/1985 com a seguinte redação: “Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial”. É um caminho útil para prevenção e reparação de direitos coletivos violados ou ameaçados de violação, mas não pode permitir que direitos fundamentais sejam reduzidos.

Foram realizadas diversas reuniões e o próprio presidente da empresa prestou declarações sobre a proposta de TAC na Promotoria de Justiça de Mariana²⁶. Porém, no dia 9 de dezembro de 2015 a empresa informou ao MP que não tinha interesse na celebração do TAC.

Sendo assim, no dia 10 de dezembro de 2015, o MP propôs a sua principal Ação Civil Pública, distribuída por dependência à Ação Cautelar de Indisponibilidade de Bens, na 2ª Vara da Comarca de Mariana, sob o número 0400.15.004335-6.

Na ação, o MP materializou juridicamente todas as pretensões dos atingidos acima relacionadas, visando a reparação integral de todos os direitos humanos violados pelas rés, as empresas Samarco, Vale e BHP²⁷. Coincidentemente, 10 de dezembro é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, em comemoração à data em que foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)²⁸.

²⁶ Sobre o depoimento do presidente da Samarco na Promotoria de Justiça de Mariana. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/presidente-da-samarco-presta-depoimento-ao-ministerio-publico.html>>. Acesso: 10 abr. 2018..

²⁷ O andamento do processo pode ser conferido no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Disponível em: <<http://www.tjmg.jus.br/porta1-tjmg/>>. Acesso: 10 abr. 2018.

²⁸ A ação garantiu vários direitos aos atingidos, como moradia em casas alugadas pelas empresas até 3 meses após o reassentamento, auxílio financeiro mensal às pessoas que perderam renda, compra de terrenos para reassentamento, indenização pela perda de veículos e antecipações parciais de indenização nos valores de R\$ 10.000,00 (p/ famílias que perderam moradia não habitual); R\$ 20.000,00 (p/ famílias que perderam a moradia habitual); R\$ 100.000,00 (p/ famílias que tiveram parentes falecidos no desastre). Foram realizadas 7 audiências nesse processo, sendo que na audiência do dia 28/11/2016 as empresas assumiram a obrigação de reassentar as comunidades mediante processo participativo e na audiência do dia 07/04/2017 as empresas assumiram a obrigação de alterar o cadastro de atingidos, pois foi realizado unilateralmente pelas empresas, podendo cau-

IMPLEMENTAÇÃO DA ASSESSORIA TÉCNICA

Conforme descrito acima, mesmo antes do ajuizamento da principal Ação Civil Pública, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) assegurou a participação dos atingidos. Todos os passos das medidas extrajudiciais e judiciais adotadas pela instituição foram acompanhados da colaboração deles.

Assim, a formação de comissões de atingidos, realização de reuniões, convocação de assembleias e participação em audiências judiciais foram constantes, havendo diálogo entre a comunidade e o Ministério Público (MP). Nas audiências perante o Poder Judiciário, o MP sempre se fez presente com pelo menos um representante de cada grupo de atingidos de Mariana²⁹.

Porém, essa participação foi insuficiente para assegurar a paridade entre as empresas e os atingidos. Conforme já descrito, a assessoria técnica tornou-se cada vez mais imprescindível para garantir uma participação qualificada, informada e eficiente dos atingidos. Por isso, em meados de

sar prejuízos aos atingidos. Ministério Público já solicitou nova audiência. Audiência de continuação foi realizada no dia 05/10/2017, em que as partes formularam os seguintes acordos: (a) todos os atingidos poderão responder ao cadastro de atingidos; (b) haverá possibilidade de um relato individual por escrito ou audiovisual do atingido que será anexado ao cadastro; (c) o cadastro de atingidos poderá ser feito individualmente ou por núcleo familiar; (d) as empresas desistiram da permuta entre os imóveis dos atingidos e o reassentamento. Audiência de conciliação foi realizada no dia 18/10/2017, resultando nos seguintes acordos: (a) o cadastro de atingidos, instrumento necessário para levantar todos os danos sofridos pelos atingidos, será feito pela assistência técnica junto à Cáritas (e não pelas empresas); (b) haverá laudo de avaliação nos locais dos danos, feitos por profissionais da Samarco / Renova e por profissionais da Cáritas; (c) Os atingidos terão direito à mais uma parcela de antecipação de indenização, nos moldes do acordo de 23/12/2015, sendo R\$ 20.000,00, sendo R\$ 10.000,00 compensáveis e R\$ 10.000,00 não compensáveis (para moradores não habituais) e R\$ 10.000,00 compensáveis (para moradores não habituais). Foram liberados mais oito milhões e meio de reais para pagamento das parcelas de indenização e contratação das equipes de aplicação do cadastro de atingidos.

²⁹ Para facilitar a atuação, os atingidos de Mariana foram distribuídos em três grandes grupos: atingidos de Bento Rodrigues, atingidos de Paracatu de Baixo e atingidos das demais comunidades rurais (Borba, Camargos, Campinas, Paracatu de Cima, Pedras e Ponte do Gama). Sendo assim, nas audiências judiciais sempre participa um integrante de cada grupo..

2016, o MP exigiu imediatamente o acolhimento de um dos pedidos formulados na Ação Civil Pública: a implementação da assessoria técnica.

Depois de intensas negociações, a assessoria técnica foi admitida pelas empresas, especialmente após a pressão dos atingidos e o retorno da Ação Civil Pública que havia sido remetida para a Justiça Federal³⁰.

De qualquer maneira, o MP iria requerer judicialmente, caso o pleito fosse negado, mas o acordo foi o melhor caminho e o incidente processual n. 0400.16.003473-4, também em apenso à Ação Civil Pública que voltou a tramitar na 2ª Vara da Comarca de Mariana, serviu para instrumentalizar a assessoria técnica.

Em audiência realizada no dia 16/09/2016 o MP e as empresas celebraram a transação a respeito da assessoria técnica, que foi homologada pela juíza, conforme a notícia divulgada no site do Ministério Público de Minas Gerais:

Ao final da audiência, a juíza Marcela Decat acatou o pedido do MP e determinou a expedição de alvará para o levantamento de R\$ 500 mil reais, que haviam sido depositados judicialmente pelas empresas-rés, para custeio da parte inicial do projeto de assistência técnica aos atingidos.

O projeto foi elaborado pela comissão de atingidos em parceria com a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, e, posteriormente, avaliado e validado pelas empresas. Ele tem por objetivo principal oferecer aos atingidos suporte técnico em todas as áreas envolvidas no conflito, a fim de possibilitar a participação informada e qualificada dessas pessoas no processo decisório e contribuir para que a resolução do conflito se dê de modo justo e adequado, sob a perspectiva dos atingidos.³¹

³⁰ O processo permaneceu por 6 meses na 12ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte – entre fevereiro e agosto de 2016 –, com a numeração 10264-98.2016.4.01.3800. Em agosto de 2016 o processo retornou à Comarca de Mariana, juntamente com a Ação Cautelar n. 0039891-33.2015. Vale registrar que o Ministério Público de Minas Gerais articulou com o Ministério Público Federal um parecer conjunto postulando o retorno de ambas as ações para a 2ª Vara da Comarca de Mariana.

³¹ Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-trabalha-para-garantir-direitos-humanos-dos-atingidos-pela-tragedia-de-mariana.htm#.WtCxz-Zdv9PY>>. Acesso: 10 abr. 2018.

O plano de trabalho da assessoria foi elaborado pela Cáritas Regional Minas Gerais, entidade sem fins lucrativos, ligada à Igreja Católica, prevendo a contratação de profissionais em diversas áreas do conhecimento (direito, engenharia, arquitetura, agronomia, assistência social, psicologia), auxiliares administrativos, aluguel de espaço para desenvolvimento dos trabalhos e aquisição equipamentos e veículos.

No tocante ao custeio da assessoria técnica, ficou definido entre as partes que seriam liberados R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais) para um prazo inicial de 4 (quatro) anos de assessoria. Os recursos foram retirados dos valores bloqueados da Samarco, por meio da ação cautelar acima mencionada.

No mês de outubro de 2016, os assessores foram contratados, com seleção participativa das comissões de atingidos. Iniciados os trabalhos, verificou-se os resultados dessa iniciativa.

EFEITOS DA ASSESSORIA TÉCNICA NA PARTICIPAÇÃO DOS ATINGIDOS

Cerca de um ano e seis meses após a instalação da assessoria técnica, é possível delinear os principais efeitos, todos positivos, de sua instalação, que podem ser assim resumidos:

1. Mobilização social;
2. Informação;
3. Efetivação de direitos emergenciais;
4. Reelaboração do projeto urbanístico de Bento Rodrigues;
5. Cadastramento dos atingidos;
6. Diretrizes de reparação do direito à moradia;
7. Expansão da assessoria técnica.

Dentro de uma ação coletiva, a *mobilização social* significa potencializar a participação dos atingidos. A assessoria técnica proporcionou isso em diversas ocasiões, fornecendo transporte e organizando a comunidade nas assembleias e audiências judiciais.

Particularmente, os assessores organizaram dezenas de atingidos para acompanharem o julgamento do agravo de instrumento interposto pela Samarco, contra a decisão liminar que deferiu o bloqueio de bens, descrita acima.

Em três sessões no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), realizadas nos dias 7, 14 e 21 de novembro de 2017, na sede do órgão em Belo Horizonte, os atingidos compareceram maciçamente para acompanhar os votos dos desembargadores que, à unanimidade, mantiveram a indisponibilidade de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para garantia dos direitos dos atingidos³². Segue o acórdão proferido pelo TJMG, publicado no dia 4/12/2017, cujo resultado é obra conjunta dos atingidos, assessores técnicos e Ministério Público de Minas Gerais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO – BLOQUEIO DE VALORES – JUNTADA DE DOCUMENTOS NO AGRAVO – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – MANUTENÇÃO DO BLOQUEIO – RECONSTRUÇÃO DOS DISTRITOS E REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS – NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA CONSTRIÇÃO – AUSÊNCIA DE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO – RECURSO NÃO PROVIDO – COMPETÊNCIA FUNCIONAL – PRETENSÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – HABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARIANA – APLICAÇÃO DO ART. 36, I, ‘a’, RITJMG – COMPETÊNCIA DA 2ª CÂMARA CÍVEL DO TJMG. 1. A apresentação de documentos nesta Instância pela Mineradora, para demonstrar o desaparecimento do *periculum in mora*, não possibilita a liberação dos valores bloqueados, devendo a juntada se dar no juízo de origem, eis que é a instância adequada para seja feita a verificação real dos cumprimentos, mediante o devido processo legal, além, do que, sua análise neste Sodalício retrataria supressão de instância. 2. Diante da proporção do evento danoso, impõe-se a manutenção da decisão de bloqueio da importância de R\$ 300.000,00 (trezentos milhões de reais), em bens e direitos da Samarco Mineradora S/A., a fim de possibilitar a reconstrução dos distritos e consequente reassentamento dos atingidos, bem como pagamento de gastos com despesas emergenciais. 3. A pretensão do Ministério Público, na Ação Civil Pública

³² Notícias referentes ao julgamento do agravo de instrumento no TJMG. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/tjmg-mantem-decisao-que-bloqueou-r-300-milhoes-da-samarco-para-a-indenizacao-das-vitimas-da-barragem-de-fundao.htm#.WtX215dv9PZ>>. Acesso: 10 abr. 2018.

n. 0043356-50.2015.8.13.0400, à qual está ligada a presente cautelar, não tutela apenas interesse de particulares, uma vez que os pedidos de reassentamento dos atingidos e ‘completa reconstrução das comunidades atingidas’ envolve a proteção do patrimônio público do Município de Mariana, atraindo a competência para julgamento das Câmaras de Direito Público deste Tribunal para análise dos recursos correlatos. 4. A habilitação do Município de Mariana como assistente do Ministério Público na ação civil pública atrai a aplicação do disposto no art. 36, I, ‘a’, do RITJMG, mantendo a competência desta 2ª Câmara Cível para julgar os recursos dela originados. (TJMG – Agravo de Instrumento – Cv 1.0400.15.003989-1/001, Relator(a): Des.(a) Afrânio Vilela, 2ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/11/2017, publicação da súmula em 04/12/2017).³³

No tocante à *informação*, os assessores técnicos criaram grupos de base, promovendo reuniões periódicas com diversos atingidos que não fazem parte das comissões para divulgar e debater todos os aspectos das reparações de seus direitos. Além disso, os assessores técnicos atendem os atingidos e fazem constantes divulgações por meio de folderes, *e-mails* e demais formas de comunicação, para ampliar a informação para toda a comunidade atingida.

Conforme já mencionado, o MP celebrou transação processual com as empresas para fornecimento de vários auxílios emergenciais, destacando-se o auxílio financeiro mensal para cada pessoa que perdeu renda, correspondente a um salário mínimo, mais o valor de uma cesta básica e 20% do salário mínimo por dependente.

Segundo os termos expressos do acordo, esse valor não constitui indenização, ou seja, não pode ser descontado da futura indenização a ser paga pelas causadoras do dano. Portanto, tem conteúdo assistencial para que as famílias.

³³ Disponível em: <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=1&totalLinhas=2&paginaNumero=1&linhasPorPagina=1&palavras=samarco%20agravo%20instrumento%20cautelar&pesquisarPor=ementa&pesquisaTesauro=true&orderByData=1&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&>>. Acesso: 10 Abr. 2018.

Todavia, as empresas não só descumpriram o acordo, rejeitando direitos de várias pessoas que se enquadraram nos requisitos, como em muitos casos se negavam a dar uma resposta às atingidos que constantemente lhes procuravam.

Diante dessa situação, o MP instaurou inquérito civil e, juntamente com a assessoria técnica, apurou que, no ano de 2017, pelo menos 30 atingidos tiveram seus direitos indevidamente recusados pelas empresas e pela Fundação Renova.

Logo, o MP ajuizou uma ação denominada “cumprimento coletivo de sentença homologatória”, pleiteando os direitos dos atingidos. No cômputo final, 27 atingidos tiveram seus direitos assegurados, sendo 23 (vinte e três) mediante acordo realizado na audiência de conciliação, e 4 (quatro) foram contemplados na sentença proferida, pois as empresas se recusaram a reconhecê-los como atingidos. Nesse verdadeiro resgate de direitos, a assessoria técnica foi essencial³⁴.

Ao que tange o *projeto urbanístico da nova Bento Rodrigues*, é importante frisar que foi elaborado por empresas contratadas pela Fundação Renova, entidade constituída pelas empresas Vale, Samarco e BHP para executar as ações de reparação ambiental e social. Entretanto, o projeto não contou com efetiva participação social e estava repleto de irregularidades, tornando-se incompatível com a legislação ambiental e urbanística vigente.

Os assessores técnicos, engenheiros e arquitetos da Cáritas foram essenciais para assegurar a participação social e a reelaboração do projeto

³⁴ O Cumprimento de Sentença Homologatória foi distribuído no dia 18/8/2017, sob o número 0400.17.003443-5. No dia 5/10/2017, entre 9h00min e 17h00min, foi realizada audiência de conciliação, em que as empresas reconheceram os direitos de 23 atingidos. Os acordos foram homologados pela Justiça. Dos 7 casos que restaram, em 1 caso o Ministério Público desistiu do pedido e em 6 casos insistiu nos pedidos. As empresas impugnaram esses casos restantes. No dia, a juíza Marcela Oliveira Decat de Moura acolheu parcialmente os pedidos do Ministério Público, fixando o auxílio emergencial para 04 (quatro) atingidos e negando para 2 (dois) atingidos. Disponível em: <http://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado.jsp?tipoPesquisa=1&txtProcesso=0400170034435&comrCodigo=400&nomePessoa=&tipoPessoa=X&naturezaProcesso=0&situacaoParte=X&codigoOAB=&tipoOAB=N&ufOAB=MG&numero=1&select=1&tipoConsulta=1&natureza=0&ativoBaixado=X&listaProcessos=17003443>.. Acesso: 10 Abr. 2018..

dentro dos parâmetros legais. No dia 8/2/2018 a comunidade votou o novo projeto e o aprovou quase à unanimidade³⁵.

O *cadastramento dos atingidos* foi outra medida incorporada à assessoria técnica. A indenização dos atingidos depende de uma coleta de dados sobre todos os danos materiais e imateriais sofridos e, assim, a metodologia dessa coleta é importante para assegurar um cadastramento capaz de proporcionar uma indenização justa. Nesse ponto, o parecer formulado a pedido do MPMG pela equipe técnica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (MPF) contribuiu bastante para o debate:

Todas essas pessoas são consideradas atingidas. Devem ter o direito de participar do processo e ter restituídos os direitos violados pela empresa causadora dos danos. Para isso, elas devem estar cadastradas. O cadastro dos atingidos é o levantamento das pessoas, famílias e comunidades afetadas, devendo conter a catalogação das perdas materiais e das atividades sociais e econômicas impactadas pelo desastre. O cadastramento é de grande relevância para o reconhecimento dos direitos e para a digna reparação das violações e deve, portanto, contar com a participação dos moradores desde o momento de sua elaboração. Essa participação inclui a escolha e determinação dos métodos, conceito, critérios e instrumentos a serem adotados, além da definição do tipo de conhecimento que se quer gerar, dos acordos que se pretende atingir e do planejamento das ações decorrentes. Sem a participação do atingidos em todas as etapas, o processo de cadastramento pode redundar em ocultação de dados em perda de direitos. Para a justa reparação aos atingidos é necessária, portanto, a

compreensão de suas perspectivas acerca dos acontecimentos, das suas perdas, do que entendem por 'bens', o compartilhamento das decisões sobre formas e medidas de reparação adequadas [...]. A maior parte dos problemas apontados pela equipe técnica do MPF relaciona-se, em maior ou menor medida, com a ausência de participação pela população vitimada e vulnerabilizada pelo desastre na constru-

³⁵ Notícia sobre a aprovação do projeto disponível no site do MPM. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/com-apoio-do-mpmg-atingidos-pela-barragem-de-fundao-aprovam-projeto-urbanistico-da-nova-bento-rodrigues.htm#.WtX_gpdv9PY>. Acesso: 10 Abr. 2018.

ção dos instrumentos e métodos para a sua devida reparação, pois esta ausência eleva o risco de uma parte significativa das pessoas/coletividades vitimadas serem inviabilizadas em função dos próprios métodos, espacialidades e categorias de reconhecimento não estarem respaldadas em decisões participativas, com o aporte das assessorias independentes por elas escolhidas.³⁶

Inobstante os argumentos apresentados, as empresas tentaram impor aos atingidos a aceitação de um cadastro que não contemplava todos atingidos e tampouco todos os direitos afetados, tentando, ainda, designar a Fundação Renova para se desincumbir da aplicação do cadastro. Essas ideias eram inadmissíveis e, além disso, muitos atingidos tiveram seus direitos emergenciais negados por falhas das empresas e da aludida fundação. O que poderia ocorrer se eles agora fizessem o cadastro definitivo?

Obviamente, o MP se opôs a essa alternativa e, após acordo homologado na Ação Civil Pública n. 0400.15.004335-6, a assessoria técnica ficou responsável por reformular o cadastro e aplicá-lo às comunidades atingidas, sem interferência das empresas e da Fundação Renova. No atual estágio, mais de 500 (quinhentos) núcleos familiares foram cadastrados.

Concernente ao *direito à moradia*, as empresas e sua fundação, novamente, tentaram impor unilateralmente as medidas necessárias à reparação dos atingidos. Com efeito, aproximadamente 1.000 (mil) pessoas perderam sua moradia em virtude do desastre e, portanto, cabe às empresas promoverem a devolução desse direito. No entanto, as empresas se recusaram a atender requisitos essenciais à concretização desse direito fundamental, preconizado no artigo 6º da Constituição da República³⁷.

Nesse sentido, apoiados pelo MP os assessores técnicos se reuniram com os atingidos e elaboraram um conjunto de regras a serem observadas na reparação do direito à moradia.

³⁶ Parecer técnico nº 695/2016, SEAP/MPF.

³⁷ “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 10 de abril de 2018.

Dentre as principais *diretrizes de reassentamento*, pode-se destacar as seguintes: a) direito à opção pela modalidade de reparação do direito à moradia, que pode ser mediante reassentamento coletivo, reconstrução e reassentamento familiar (compra assistida); b) direito à moradia digna, com estrutura suficiente para atender às famílias, acesso a equipamentos públicos e a serviços essenciais, como água, energia e esgotamento sanitário; e c) formação de um Grupo de Trabalho Local Interdisciplinar. Parte das diretrizes já foi transacionada pelas partes e homologadas pela Justiça³⁸ e o grupo de trabalho local iniciou suas atividades no dia 11 de abril de 2018.

Finalmente, a assessoria técnica foi compreendida como elemento indispensável à reparação dos direitos dos atingidos, de modo que foi incorporada na ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), que tramita perante a 12^a Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte. Pelos termos do acordo celebrado pelo MPF e pelas empresas, serão criadas 16 (dezesseis) assessorias técnicas ao longo da Bacia do Rio Doce, para atender outras comunidades atingidas pelo desastre distintas de Mariana.

Em outras palavras, a *assessoria técnica concebida em Mariana* tornou-se um paradigma para que outras comunidades possam ter direito à participação qualificada nos processos de reparação de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desastre da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana também afetou o Ministério Público e trouxe a necessidade do aparato jurídico-institucional desenvolver iniciativas para fazer frente aos enormes desafios que se apresentaram e continuam a surgir a cada dia. O estreitamento dos laços entre o Ministério Público e os atingidos, desde o início, possibilitou o estabelecimento de vínculos de respeito recíproco e, ao que parece, contribuiu para que fosse possível a coletivização das demandas decorrentes do desastre. A construção conjunta de

³⁸ Conferir notícia no site do MPMG. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/audiencia-define-diretrizes-sobre-reassentamento-das-familias-atingidas-por-rompimento-de-barragem.htm#.WtYDAUxFwjY>>. Acesso: 10 abr. 2018.

estratégias também interferiu positivamente na mobilização e união dos atingidos em prol da causa comum.

Inegavelmente, a reparação coletiva de direitos humanos não pode ser vista sob o prisma do *laissez-faire* ou através do modelo privatístico e patrimonialista do Código Civil de 1916. Uma reparação justa requer a compreensão de que o desastre afetou direitos fundamentais, de caráter coletivo e individual, de matiz material e imaterial, e que sua reparação deve ser mais ampla possível.

Decerto, o modelo do *laissez-faire* baseia-se em uma concepção individualista e unilateral, incompatível com as necessidades dos atingidos, cuja principal pretensão não é “uma casa para cada um”, mas uma “comunidade para todos, em que cada um tenha sua moradia, dentro de um reassentamento coletivo”.

Para tanto, é preciso garantir que os atingidos participem qualificadamente do processo de reparação, para que o “processo coletivo” não seja só um arremedo que, no fundo, seja utilizado como publicidade e não considere os interesses dos atingidos. Logo, a única saída é uma concepção multilateral, envolvendo todas as partes em paridade técnica, para reconstrução dos direitos humanos.

Essa visão corresponde à ideia de Boaventura de Souza Santos que, a partir de uma hermenêutica diatópica, busca implementar soluções multilaterais para concretização dos direitos humanos:

De parceiros e temas unilateralmente impostos a parceiros e temas escolhidos por mútuo acordo. Sempre que uma dada comunidade cultural decide envolver-se num diálogo intercultural não o faz indiscriminadamente, com uma qualquer outra comunidade cultural ou para discutir qualquer tipo de questões. O requisito de que tanto os parceiros como os temas do diálogo não podem ser unilateralmente impostos e devem antes resultar de acordos mútuos é talvez a condição mais exigente da hermenêutica diatópica.³⁹

³⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma concepção intercultural dos direitos humanos. In: PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela; SARMENTO, Daniel. (Coord.) **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 35.

Assim, assessores técnicos desvinculados das empresas, com atuação autônoma e supervisionada pelo Ministério Público, têm sido eficientes na missão de diminuir a assimetria técnica entre os atingidos e as empresas, assegurando elementos essenciais para a reconstrução dos direitos dos atingidos: mobilização social, a acesso à informação, efetivação de direitos emergenciais, reelaboração do projeto urbanístico de Bento Rodrigues, cadastramento dos atingidos, diretrizes de reparação do direito à moradia e expansão da assessoria técnica. A efetividade dos serviços prestados pelos assessores demonstra que qualquer reparação coletiva de direitos depende de uma equipe de multiprofissional que possa materializar tecnicamente a pretensão da comunidade atingida.

Apesar de todas as dificuldades impostas pelo contexto, do sofrimento social que acomete os atingidos pela ausência de certeza quanto ao futuro e pelos constantes embates com as empresas para a resolução de questões relativamente simples, o aprendizado que fica aos membros do Ministério Público de Minas Gerais que atuaram e/ou atuam no processo de reparação é que não se pode atuar por um grupo, pelos atingidos, para a comunidade. É necessário que se atue com a comunidade, com os movimentos sociais, com os atingidos e com os demais atores sociais que puderem se aliar na busca por resultados que sejam adequados e justos em cada contexto, sempre compartilhando da perspectiva daqueles que sofreram a violação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSLOVSKY, Salo. Relational regulation in the Brazilian Ministério Público: The organizational basis of regulatory responsiveness. **Regulation & Governance**, v. 5, n. 1, p. 70-89, 2011.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2002.
- GOULART, Marcelo Pedroso. **Elementos para uma teoria geral do Ministério Público**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013a. p. 127-137.
- GOULART, Marcelo Pedroso. Órgãos de Execução, Escolas Institucionais e Corregedorias na Dinâmica do Ministério Público. **Revista Jurídica Corregedoria Nacional: A Atuação Orientadora das Cor-**

- regedorias do Ministério Público, volume II/Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2017. p. 29.
- HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- LOSEKANN, Cristiana. Direito, Mobilização Social e Mudança Institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32, nº 34. 2017.
- MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, Mobilização do Direito e Instituições Políticas. O caso da Campanha da Lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, 2011.
- McCANN, Michael. Poder Judiciário e mobilização do direito: uma perspectiva dos ‘usuários’”. Revista Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª. Região/Emarf, seção especial, **Anais do Seminário Nacional sobre Justiça Constitucional**, 2010. p. 175-196.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira. **O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3ª Ed. 2008.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o Político**. 1ª Edição. 2015.
- Ministério Público de Minas Gerais; Cáritas Brasileira. **Atingidos: Um olhar sobre a atuação das comunidades, das organizações populares e do Ministério Público de Minas Gerais**. Belo Horizonte: O Lutador, 2016. p. 22.
- ONU. **Informe de Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e as empresas transnacionais e outras empresas acerca de sua missão no Brasil**. 12 de maio de 2016. Parágrafos 32 e 33.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma concepção intercultural dos direitos humanos. In: PIOVESAN, Flávia; IKAWA, Daniela; SARMENTO, Daniel. (Coord.) **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 35
- SARMENTO, Daniel. **Dignidade da Pessoa Humana – Conteúdo, Trajetórias e Metodologia**. Ed. Fórum, 2016.
- VAINER, Carlos. Conceito de “atingido” uma revisão de debate e diretrizes. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.) **Vidas Alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. 1 ed. Viçosa: UFV, 2008. p. 39
- VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: VIANNA, Luiz Werneck. (Org.)

- A democracia e os Três Poderes no Brasil.** Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002. p. 484.
- WERNECK VIANNA, L. O Terceiro Poder na Carta de 1988 e a Tradição Republicana: mudança e conservação. In: OLIVER, R. G. et al. (Org.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira.** São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Anpocs, 2008. p. 100.
- ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, jul./set. 2016.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Bruno Milanez (PoEMAS/UFJF): Possui graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrado em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutorado em Política Ambiental pela Lincoln University. Atualmente é professor no Programa de Pós-graduação em Geografia e no Departamento de Engenharia de Produção e Mecânica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e coordenador do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS).

Carolina Machado Saraiva: Professora adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenadora do Observatório C.A.F.E. - Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração. Possui graduação em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1998), mestrado em Marketing pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, na área de Estudos Organizacionais (2010).

Claudia Andréa Mayorga Borges: Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri - Espanha com foco em estudo sobre gênero, política e feminismo. É professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG. Atuou como pesquisadora visitante na Universidade Complutense de Madrid (2011 e 2012). Coordenadora do Projeto Observatório Interinstitucional Mariana - Rio Doce (Fapemig). Atualmente é pró-reitora de extensão da UFMG (2018-2022).

Cristiana Iosekann: Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). É professora do Departamento de Ciências Sociais e da Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente (2018) é também pesquisadora visitante no Centre de Recherche Interdisciplinaire “Institutions, Démocratie, Subjectivité” - CriDIS, na Université Catholique de Louvain, na Bélgica.

Débora Diana da Rosa: Possui graduação em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC, mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e atualmente é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integra o núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes (UFMG).

Guilherme de Sá Meneghin: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP - 2007), com premiação de Destaque Acadêmico. É promotor de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais desde 2011, exercendo as funções como titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG. Já atuou nas Promotorias de Justiça das Comarcas de Minas Novas, Diamantina, Ipanema, Manhumirim, Itabira, Ferros e na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana. Recebeu em 16 de julho de 2015 a Medalha Comemorativa do Dia do Estado de Minas, conforme Lei Estadual n. 7.561/1979. Pós-graduado em Ciências Criminais pela Universidade Cândido Mendes (2010). Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal de Minas Gerais. Integrante da Força Tarefa constituída pelo Ministério Público de Minas Gerais para apurar as consequências do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração S/A, atuando desde novembro de 2015 na defesa coletiva dos direitos das vítimas do desastre em Mariana.

Iaísa Helena Magalhães: Mestre em Administração pelo curso de Mestrado Acadêmico em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na qual foi bolsista CAPES. Foi professora substituta dos cursos de graduação de Administração e de Turismo na UFRRJ/IM/DAT. Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Ouro

Preto (2014). Atualmente é bolsista (CAPES) do Observatório Interinstitucional Mariana-Rio Doce. Atuou como pesquisadora bolsista e/ou voluntária em pesquisas de iniciação científica pela Universidade Federal de Ouro Preto, no período de 2010 a 2013. Participante do Grupo de Estudo em Marketing e Consumo (GEMC).

Karine Gonçalves Carneiro: Doutora em Ciências Sociais (PUC-Minas), mestra em Sociologia (FAFICH/UFMG) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (EA/UFMG). Professora no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (DEARQ/UFOP). É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – GEPSA/UFOP.

Letícia Cardoso Barreto: Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com área de concentração estudos de gênero; mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com área de concentração em Psicologia Social e psicóloga formada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é bolsista de pós-doutorado (CAPES) do Observatório Interinstitucional Mariana-Rio Doce, junto ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Manoela Carneiro Roland: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Viçosa, mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutorado em Direito Internacional e da Integração Econômica pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi professora de Direito Internacional Público da PUC-Rio, coordenadora de curso e professora de Direito Constitucional da Universidade Federal de Viçosa, e hoje é professora na Universidade Federal de Juiz de Fora, onde leciona, na graduação, Direito Internacional Público e Direitos Humanos, no mestrado em Direito e Inovação da Faculdade de Direito. Coordena, ainda, o Homa, Centro de Direitos Humanos e Empresas (www.homacdhe.com), financiado pela Fundação Ford. Participa, pelo Homa, da Rede Dismantle Corporate Power, que reúne mais de 200 organizações da sociedade civil, movimentos sociais e centros de pesquisa internacionais, além de colaborar com o Consórcio Latino-Americano de Pós-Graduação em Direitos Humanos.

Margareth Diniz: Graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, psicanalista, professora adjunta de Psicologia da UFOP, diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), coordenadora do Observatório de Pesquisa Educacional CAPES/FAPEMIG e líder do grupo de pesquisa Caleidoscópio/UFOP/CNPQ. Coordenadora do Programa de Pesquisa/extensão Caleidoscópio. Participa ainda dos grupos de pesquisa sobre formação e condição docente - PRODOC-UFMG e do Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre a Infância Seção Minas (LEPSI-MG).

Mariana Andrade Sobral: Defensora pública do estado do Espírito Santo. Integrante do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia, que atualmente possui a atribuição de atuar no âmbito do desastre ambiental de Mariana/MG e seus reflexos no estado do Espírito Santo. Integrante do Grupo Interdefensorial do Rio Doce. Vice-presidente da Associação de Defensores Públicos do Estado do Espírito Santo. Diretora Coordenadora do Sudeste da Associação Nacional dos Defensores Públicos. Graduada em Direito pela Faculdade Tiradentes.

Nívia Mônica Silva: Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, atua como Promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, onde coordenou, de 2011 a 2018, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa de Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Estado. Atuou na defesa dos direitos humanos dos atingidos e atingidas da comarca de Mariana desde o rompimento da Barragem de Fundão até dezembro 2017, em cooperação ao Promotor de Justiça local. É Conselheira Nacional de Direitos Humanos (Biênio 2017/2018) e coordenadora da Comissão de Direito à Cidade do CNDH.

Rafael Mello Portella Campos: Defensor Público do Estado do Espírito Santo. Integrante do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia, que atualmente possui a atribuição de atuar no âmbito do desastre ambiental de Mariana/MG e seus reflexos no estado do Espírito Santo. Integrante do Grupo Interdefensorial do Rio Doce. Diretor jurídico e de assuntos legislativos da Associação de Defensores Públicos do Estado do Espírito

Santo. Graduado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes.

Rafaela Silva Dornelas: Bacharela e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente é pesquisadora e extensionista (com bolsa de apoio técnico da FAPEMIG) no Organon - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais e no Observatório Mariana-Rio Doce (UFMG, UFOP e UFES).

Tatiana Ribeiro de Souza: Doutora em Direito Público e mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), em 1998. Iniciou a carreira acadêmica em 2000, após concluir a especialização em Direito Público pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atuou como pesquisadora do Proyecto PAPIIT IN3088093 Hacia um Estado de Derecho Internacional da Universidad Nacional Autónoma do México (UNAM), de 2009 a 2011 e em 2013 como professora convidada da Universidad Libre de Colômbia, no curso de Maestría en Filosofía del Derecho y Teoría Jurídica. Atualmente é professora visitante no Centre d'Estudes de Dret Ambiental (CEDAT) da Universitat Rovira i Virgili – Espanha, integrante da Rede Internacional para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano, coordenadora do GEPSA e professora adjunta da UFOP, onde atua na graduação e no mestrado “Novos Direitos, Novos Sujeitos”.

SOBRE OS GRUPOS DE PESQUISA E INSTITUIÇÕES

O Organon – Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais é vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFES. O tema central de trabalho é a ação coletiva desempenhada por movimentos sociais, organizações da sociedade civil e indígenas com finalidades de mudança social, participação e contestação política. Fazem parte do Organon o GETPol - Grupo de Estudos em Teoria Política contemporânea, o Mapa das Mobilizações e o Observatório Conflitos Sociais e Sistema e Justiça.

O Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) surgiu a partir da necessidade de compreender o papel social, econômico e ambiental da extração mineral em escala local, regional e nacional. O grupo é composto por pesquisadores e alunos com formações diversas e utiliza conhecimentos da Economia, da Geografia, da Sociologia e das políticas públicas para analisar e avaliar os impactos que as redes de produção associadas à indústria extrativa mineral geram para a sociedade e para o meio ambiente.

O Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA), criado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), está vinculado ao Programa de Pós-Graduação “Novos Direitos, Novos Sujeitos” e é integrado por pesquisadores com formação em diferentes áreas do conhecimento, dos Departamentos de Direito (DEDIR) e Arquitetura e Urbanismo (DEARQ). Dentre os objetivos do GEPSA, encontram-se a produção de tecnologias sociais, voltadas para as populações atingidas pela mineração, de relatórios e estudos interdisciplinares relativos aos impactos da mineração

na produção do espaço e às repercussões sociais, econômicas, jurídicas e ambientais do rompimento da barragem de Fundão.

HOMA, Centro de Direitos Humanos e Empresas da UFJF (www.homacdhe.com), existe desde 2012, com o apoio da Fundação Ford, sendo responsável pelo lançamento da primeira Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas, além da organização do Seminário Internacional de Direitos Humanos e Empresas. Conta com professores associados, tanto da própria UFJF quanto de outras instituições acadêmicas, nacionais e internacionais, além de alunos de graduação e pós-graduação em Direito e áreas afins. Desenvolve, portanto, diversas frentes de trabalho: aprofundamentos teóricos sobre Direitos Humanos e também acerca do Direito Empresarial; identificação de mecanismos judiciais e extrajudiciais capazes de dar maior eficácia à responsabilização de empresas por violações de Direitos Humanos; estudos de casos de violações de Direitos Humanos por empresas; acompanhamento da implementação das *guidelines* das Nações Unidas (ONU) e a possibilidade, a partir da 26ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2014, da elaboração de um tratado internacional nesta matéria, assim como vem desenvolvendo estudos críticos sobre a realização de Planos de Ação Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos.

O Observatório Interinstitucional Mariana – Rio Doce é um projeto apoiado pela FAPEMIG fruto de uma iniciativa de pesquisadoras de três universidades – UFMG, UFOP e UFES – e tem como objetivo desenvolver e publicizar estudos e práticas de intervenção sobre o desastre Mariana-Rio Doce. Busca colaborar com as populações e territórios atingidos a partir dos princípios dos direitos humanos, da interdisciplinaridade e das práticas colaborativas. Pretende-se que as ações desenvolvidas no âmbito do Observatório possam ser utilizadas pela população atingida, por profissionais vinculados(as) às políticas públicas e por pesquisadores(as) de diversas áreas do conhecimento.

O grupo de pesquisa **Caleidoscópio**, criado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), objetiva realizar formação docente e discente visando a diversidade e a inclusão, articular ações do ensino, da pesquisa e da extensão em torno da temática da diversidade, inclusão e subjetivida-

de. Realizar sessões de cinema comentado, sensibilizar educadores(as) e gestores(as) para a promoção da cidadania e dos Direitos Humanos e ampliar a formação ética e estética de mulheres-professoras.

O Observatório em Crítica, Formação e Ensino em Administração (CAFE), criado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), é um grupo de pesquisa em crítica, formação e ensino em administração. O observatório abrange duas linhas principais, a saber: Estudos Críticos Organizacionais, na qual propomos analisar a realidade organizacional sob a lente dos estudos críticos, desvelando as estratégias de dominação e alienação presentes nas formas atuais de estruturação do trabalho; e Formação e Ensino em Administração, com o objetivo de compreender a realidade do ensino de Administração no país, bem como as formas de desenvolvimento da formação crítica do administrador.

Este livro foi produzido no Rio de Janeiro pela Letra e Imagem Editora, sob o selo Fólio Digital, em maio de 2018. A tipologia utilizada foi Charis SIL.

Acompanhar, compreender e buscar reparação para o desastre causado pelo crime socioambiental da mineradora Samarco, no Rio Doce, em Mariana/MG, foram tarefas que diversos atores se propuseram a empreender, buscando aspectos do desastre levando-se em conta a perspectiva das comunidades atingidas ao longo de dois anos de desastre. O objetivo central desta obra é apresentar ao público geral e aos próprios atingidos um balanço acerca das reivindicações e processos institucionais em curso, além de provocar reflexões e autorreflexões sobre a atuação da universidade, da ciência e de instituições de justiça. As autoras e os autores da obra têm em comum uma atuação enraizada nas comunidades atingidas durante todos esses anos de desastre, o que permitiu consolidar as diferentes experiências de pesquisas como uma reflexão do ocorrido a partir de questões ligadas aos problemas de gênero, do trabalho e dos efeitos das próprias atividades científicas no cotidiano das comunidades afetadas. O livro conta também com os relatos e análises de duas instituições de Estado ativas nesse caso, a Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES) e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), ambas apresentando aspectos centrais de suas atuações nesses dois anos desde o rompimento da barragem de Fundão, em Minas Gerais.

Apoio:



ISBN 978-85-5473-007-9



9 788554 730079